

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**DANIEL STRAUSS**

**PLANIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO  
MATERIAL DA UNIÃO SOVIÉTICA (1917-1937)**

**Porto Alegre**

**2019**

**DANIEL STRAUSS**

**PLANIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO  
MATERIAL DA UNIÃO SOVIÉTICA (1917-1937)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior

**Porto Alegre**

**2019**

## CIP - Catalogação na Publicação

Strauss, Daniel

Planificação: uma análise do desenvolvimento  
produtivo material da União Soviética (1917-1937) /  
Daniel Strauss. -- 2019.

159 f.

Orientador: Ronaldo Herrlein Júnior.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,  
BR-RS, 2019.

1. Socialismo. 2. Transição ao socialismo. 3. União  
Soviética. 4. Economia planificada. I. Herrlein  
Júnior, Ronaldo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**DANIEL STRAUSS**

**PLANIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO  
MATERIAL DA UNIÃO SOVIÉTICA (1917-1937)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de maio de 2019.

BANCA AVALIADORA:

---

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior - orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira  
PUCRS

---

Prof. Dr. Leonel Toshio Clemente  
UFRGS

---

Prof. Dr. Ricardo Dathein  
UFRGS

Os operários têm nas mãos o poder de Estado, têm a mais completa possibilidade jurídica de apanhar todo o milho, isto é, de não entregar nem um copeque que não seja destinado a fins socialistas.  
(VLADIMIR ILYICH LENIN)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe, Andrea, pelo amor, compreensão e apoio que me deu durante esses anos de vida e de mestrado. Sem ela nenhum trabalho, sequer da graduação, teria sido possível. Agradeço também à minha família e ao meu pai, José, que estiveram presentes nessa jornada.

Aos meus amigos nos dois mestrados, na UFRGS e na UFSM, pela força e companheirismo nas horas de dificuldades e pelo compartilhamento de dúvidas e discussões. Aos meus camaradas com quem compartilho ideias e ideais, obrigado pelas horas dedicadas ao estudo e compreensão da teoria. À minha companheira, Juliana, por estar presente nesses momentos de dificuldades e dedicar carinho e amor.

Ao meu orientador, Ronaldo, que topou esse penoso trabalho sem preconceitos com o tema. Obrigado pelas dicas e referências, realmente trouxeram um outro olhar em muitos pontos do texto. Obrigado também pela dedicação na leitura sempre atenta em um texto bastante extenso.

A todos os professores e servidores da UFRGS, por serem sempre prestativos e sempre estarem dispostos a ajudar. Isso mantém a universidade em patamar de alta qualidade e forma estudantes muito qualificados.

Agradeço por fim, aos trabalhadores brasileiros, que produzem todas as riquezas do país e pouco se apropriam dela. O financiamento das universidades públicas do país vem da sua dedicação, ainda que, a produção científica e o acesso a esse conhecimento sejam muito limitados para a sua classe social.

## RESUMO

Os processos que floresceram na Rússia, a partir da revolução em 1917, potencializaram o surgimento de novos paradigmas na literatura econômica mundial. A União Soviética, que era qualificada como aventureirismo bolchevique, mostrou um destacado processo de desenvolvimento material produtivo, principalmente no que tange à industrialização, que a evidenciou-a como um dos países de maior crescimento econômico do século XX. Esse processo não esteve marcado apenas por mudanças quantitativas no crescimento, mas por uma verdadeira transformação qualitativa. O presente trabalho tem como objetivo discutir as causas que levaram a União Soviética a estabelecer um sólido modelo de crescimento e os resultados dos projetos econômicos aplicados pelos bolcheviques durante o período de 1917, quando a revolução levou o Partido Bolchevique ao poder, até 1937, no final da execução do Segundo Plano Quinquenal. Para tanto, utilizou-se revisão bibliográfica histórica e teórica, comparando os resultados econômicos da URSS com a Rússia antes de 1917 e com outros países com características semelhantes. O resultado sugeriu que o Estado soviético passou por crise e reformulação durante as estratégias político-econômicas do Comunismo de Guerra (1917-1921) e da Nova Política Econômica (1921-1928), quando, apesar do objetivo ser a planificação econômica, a prioridade foi manter o governo dos bolcheviques e não sucumbir à contrarrevolução. Depois desse período seguiu-se o projeto de planificação econômica com foco na industrialização, principalmente na produção de maquinaria e bens de produção, e na coletivização da agricultura. Esse período, entre 1928 e 1937, foi marcado, contraditoriamente, por um crescimento econômico robusto, mas pela constituição de um regime sem democracia produtiva para os operários, em um Estado policial que perseguiu a oposição política e condenou milhões de camponeses à fome.

**Palavras-chave:** Socialismo. Transição ao socialismo. União Soviética. Economia planificada.

## ABSTRACT

The processes that took place in Russia, since the revolution in 1917, have potentiated the emergence of new paradigms in the world economic literature. The Soviet Union, which was described as a Bolshevik adventurism, showed a remarkable process of productive and material development, especially in what concerns to industrialization, which made it one of the countries with the greatest economic growth of the 20th century. This process was not only marked by quantitative changes in growth, but by a true qualitative transformation. This dissertation aims to discuss the causes that led the Soviet Union to establish a solid growth model and the results of the economic projects applied by the Bolsheviks during the period of 1917, when the revolution led the Bolshevik Party to power until 1937 in the implementation of the Second Five-Year Plan. For that, historical and theoretical literature review were used, comparing the economic results of the USSR with Russia before 1917 and with other countries with similar characteristics. The result suggested that the Soviet state underwent a crisis and reformulation during the political-economic strategies of War Communism (1917-1921) and the New Economic Policy (1921-1928), when, despite the objective of economic planning, priority was to maintain the government of the Bolsheviks and not succumb to a counterrevolution. After this period the economic planning project focused on industrialization, mainly in the production of machinery and production goods, and in the collectivization of agriculture. This period, between 1928 and 1937, was marked, contradictorily, by a robust economic growth, but by the constitution of a regime without a productive democracy for the workers, in a police state that persecuted the political opposition and condemned millions of peasants to hunger.

**Keywords:** Socialism. Transition to socialism. Soviet Union. Planned Economy.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Consumo no Modelo de Fel'dman.....	110
Gráfico 2 - Fronteira de Produção – O caso Soviético .....	112
Gráfico 3 - Fronteira de Produção – Para o Desenvolvimento Soviético.....	113

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grupos de Províncias segundo Predominância de Sistema Produtivo (1883/1887)	24
Tabela 2 - Variação Percentual de Produção de Cereais e Batata	25
Tabela 3 - Produção industrial na Rússia (1860-1876)	31
Tabela 4 - Produção Industrial 1887-1897	32
Tabela 5 - População e Produção (em milhares de toneladas) 1860-1899 (média do período)	32
Tabela 6 - População e Produção (em milhares de toneladas) 1900-1913	33
Tabela 7 - Importações de Máquinas e Equipamentos (médias quinquenais em milhões de rublos)	35
Tabela 8 - Participação do Capital Estrangeiro em Ramos Industriais	38
Tabela 9 - Distribuição percentual da terra em desyatinas (1,093 hectares)	58
Tabela 10 - Dívida de guerra da Russa com as principais nações aliadas em outubro de 1917, em milhões de Dólares de 2018	68
Tabela 11 - Imposto sobre cereais em milhões de toneladas	78
Tabela 12 - Relação dos Preços Agrícolas aos Preços Industriais de Varejo	82
Tabela 13 - Quantidade percentual de empresas, média de trabalhador por empresa e porcentagem representada na produção total em 1923	85
Tabela 14 - Porcentagem da Produção das Indústrias (por escala de produção)	85
Tabela 15 - Porcentagem da produção nas indústrias em relação ao nível de 1912	88
Tabela 16 - Produção Industrial Bruta, em milhões de rublos – a preços de 1913	90
Tabela 17 - Toda a Produção em Grande Escala (em milhões de rublos, a preços de 1926/27)	90
Tabela 18 - Evolução da Receita Tributária (em milhões de dólares de 2018)	94
Tabela 19 - Gasto Líquido do Orçamento Estatal (em porcentagem)	95
Tabela 20 - Destinações Orçamentárias à Agricultura e à Indústria (em milhões de dólares de 2018)	95
Tabela 21 - Evolução do comércio externo Soviético de 1913 a 1929, em milhões de dólares de 2018	98
Tabela 22 - Superfície de Cultivo de Cereais por Setores (em milhões de hectares)	118
Tabela 23 - Perdas de Rebanho na URSS em Milhões de Cabeças	119
Tabela 24 - Metas do Primeiro Plano Quinquenal 1928-1932 – Base 1928=100	126
Tabela 25 - Investimento Total em Indústria, Comércio, Estatais e Organizações de Abastecimentos e a Parte do Orçamento do Estado (em milhões de dólares de 2018)	127

Tabela 26 - Produção Global da Grande Indústria por Setor social (em porcentagem).....	127
Tabela 27 - Importações em milhares de toneladas.....	128
Tabela 28 - Divisão da Classe Trabalhadora na URSS (em milhares).....	134
Tabela 29 - Transição Urbana 1928-1937 (milhões de pessoas).....	137
Tabela 30 - Despesas do Consumo das Famílias Soviéticas, 1928-37 (bilhões de 1937 rublos).....	137
Tabela 31 - Proporção da Investimentos em Bens de Produção e Bens de Consumo na URSS (em porcentagem).....	140
Tabela 32 - Destinação do Orçamento do Estado Combinado - União e Repúblicas (em bilhões rublos).....	141
Tabela 33 - Receita do Orçamento de Estado combinado (em bilhões de rublos).....	141
Tabela 34 - Comércio Externo URSS (em milhões de dólares de 2018).....	142
Tabela 35 - Percentagens de realização dos objetivos de produção previstos pelo segundo Plano Quinquenal (1933-1937).....	144
Tabela 36 - Objetivos e sua Realização: Indústria pesada.....	144
Tabela 37 - Variação Percentual nas Despesas de Capital das Empresas, Cooperativas e Organizações Governamentais, Coletivos e Individuais por Setores da Economia da URSS.....	146
Tabela 38 - Volume da produção global dos departamentos I e II da indústria da URSS (1913 = 100).....	146
Tabela 39 - Variação Percentual nas Despesas de Capital das Empresas, Cooperativas e Organizações Governamentais por Setores da Indústria da URSS.....	147
Tabela 40 - PIB per capita no mundo 1820-1940 (em dólares de 2018).....	149
Tabela 41 - Crescimento do PIB por Setor – 1928=1,0.....	149
Tabela 42 - Despesas nacionais brutas soviéticas 1928-40 (bilhões de rublos de 1937).....	151

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CAPITALISMO NA RÚSSIA ANTES DA REVOLUÇÃO DE 1917.....</b>	<b>15</b>
2.1	CAMPO E SERVIDÃO .....	16
2.2	CIDADE E INDÚSTRIA .....	25
<b>3</b>	<b>DO COMUNISMO DE GUERRA À NEP .....</b>	<b>39</b>
3.1	O COMUNISMO DE GUERRA.....	50
3.1.1	As guerras.....	50
3.1.2	O campo.....	53
3.1.3	A indústria.....	59
3.1.4	Finanças, comércio e relações exteriores .....	66
3.1.5	Comunismo de Guerra e a transição para a NEP .....	70
3.2	NOVA POLÍTICA ECONÔMICA (NEP) .....	72
3.2.1	Imposto em espécie e plano de produção agrícola .....	75
3.2.2	Revitalização e expansão industrial .....	82
3.2.3	Recuperação do Comércio Externo e Finanças .....	92
<b>4</b>	<b>PLANOS QUINQUENAIS .....</b>	<b>100</b>
4.1	PREOBRAJENSKY CONTRA BUKHARIN: O DEBATE DA INDUSTRIALIZAÇÃO .....	101
4.1.1	O Modelo de Fel'dman e o Desemprego Oculto .....	106
4.1.2	A burocracia e a virada de Stálin.....	113
4.2	I PLANO QUINQUENAL.....	116
4.2.1	Coletivização forçada .....	116
4.2.2	Industrialização acelerada .....	122
4.2.3	Mercado de trabalho, coerção e qualidade de vida .....	130
4.3	II PLANO QUINQUENAL.....	135
4.3.1	Consumo e queda na produção agrícola.....	135
4.3.2	Estado e estrutura do investimento: manutenção da industrialização .....	140
4.3.3	Resultados econômicos e crescimento soviético .....	147
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>152</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No início do século XIX, a Rússia era um país atrasado, com características feudais, trabalho organizado em regime de servidão. A população servil, camponesa, representava 80% do total da população. O atraso industrial com relação à Europa Ocidental remetia a uma organização política pautada pelos interesses da nobreza e da monarquia que retratavam o antigo modo de produção feudal. Essa relação parecia inabalável até as crises produtivas de 1840, que impulsionaram o fim da servidão.

Para superar o atraso russo do século XIX e avançar à modernidade capitalista era necessário destruir estruturas e instituições do antigo regime. Ao início do século XX, eclodia na Rússia uma revolução socialista, porque as amarras do antigo regime não permitiam que se avançasse na plenitude da produção capitalista. Ainda que a Rússia não reunisse condições “maduras” para a revolução socialista, os limites do antigo regime e das instituições, políticas e produtivas, impulsionaram as massas proletárias a tomarem o poder.

A revolução que transcorre na Rússia em 1917 representou não apenas avanços na acumulação, mas também uma mudança qualitativa nas relações de produção e na forma de apropriação do valor. A Rússia havia entrado no período de transição ao socialismo, chamada pelos bolcheviques de Acumulação Socialista Primitiva, marcado por intensas contradições e disputas tanto com a forma capitalista local, ainda não derrotada, quanto com o imperialismo, das potências estrangeiras.

Os primeiros anos foram os mais rigorosos no controle econômico. O Estado formado e dirigido pelo Partido Bolchevique, com medo de ser sufocado pelas pressões, internas e externas, e retroceder à democracia burguesa, programou uma estratégia econômica chamada de Comunismo de Guerra. O plano era manter o consumo do proletariado urbano e a manutenção do exército, ao longo dos anos de guerra civil (1918-1921), através do confisco direto da produção agrícola do campesinato.

O Comunismo de Guerra era uma política econômica inviável no longo prazo, apesar de ter sido importante durante os anos de guerra. Não gerava recursos suficientes para manter sequer a reprodução simples, isto é, não pagava nem a depreciação da maquinaria; mantinha-se apenas como esforço para garantir que a revolução não fosse derrotada.

Depois de longos debates no interior do Partido Bolchevique surgiu um novo programa estratégico em 1921: a Nova Política Econômica (NEP). O plano era entregar novamente uma parte das pequenas indústrias, comércio e, principalmente, produção agrícola à iniciativa

privada com o objetivo de aumentar a acumulação de forma acelerada, para superar tanto os atrasos da própria Rússia quanto as perdas causadas pela guerra civil.

Ainda que fosse uma proposta de caráter economicamente mais liberal, com a permissão de concessões à iniciativa privada, o Estado mantinha o controle das principais indústrias, dos bancos e do comércio exterior. Com isso a ideia era garantir que, numa etapa transitória, pudesse haver aumento da acumulação, mas sob influência e controle direto do Estado operário. Em outras palavras, foi um programa de concessões temporárias e contidas.

Na metade dos anos 1920 os bolcheviques discutiam quais rumos a Rússia deveria tomar para a industrialização. Duas linhas estratégicas surgiram desse debate: Bukharin apostava no crescimento gradual através da liberalização econômica, limitando a industrialização pelo equilíbrio com o crescimento da produção agrícola. A Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, contava com as posições de Preobrajensky e Fel'dman, cuja a proposta era extrair sobreproduto dos camponeses, pela manipulação de preços, e dirigir o processo de industrialização forçada.

Stálin, e a direção majoritária do partido, se posicionaram, *a priori*, ao lado de Bukharin. Depois de exilar Trotsky e desarticular a Oposição de Esquerda, em 1927, a direção do partido se apropriou dos projetos da Oposição de Esquerda. Os anos subsequentes, quando se efetivaram os Planos Quinquenais, foram marcados por forte dirigismo industrial com mudanças produtivas profundas no campo, através da coletivização forçada das produções agrícolas.

A industrialização soviética a partir dos planos baseou-se, principalmente, nas propostas de Preobrajensky e Fel'dman. O foco era desenvolver a indústria produtora de bens de produção e, a partir dela, seria efetivado um *big push* que alavancaria a indústria produtora de bens de consumo e a agricultura.

O que evidencia o modelo soviético foi atingir um dos maiores crescimentos econômicos do mundo no século XX. Seu crescimento, entre 1928 e 1970, foi superado apenas pelo Japão e, mesmo ao longo da crise iniciada em 1929, que afligiu o mundo capitalista, a Rússia apresenta um crescimento de 57% no seu PIB per capita entre 1928 e 1940.

A crise de 1929 representou para os soviéticos uma restrição ainda maior para usar as exportações como alavancas de crescimento ou para a industrialização. Desde os primeiros anos, a URSS sofreu pesadas sanções e boicotes comerciais das principais potências imperialistas, por motivação político-ideológica. A economia soviética precisou desenvolver-se para dentro, ainda que usasse recursos externos, via empréstimos de bancos, e mantivesse importação de máquinas e equipamentos, principalmente nos primeiros anos de planificação.

Depois de 1932, as importações de maquinaria foram reduzidas, quando o Estado substituiu essas máquinas importadas por aquelas produzidas nacionalmente, ainda que representassem perda de produtividade.

A política econômica implementada após a revolução de 1917 representou uma mudança de paradigma na historiografia e para a teoria econômica. As teorias tradicionais defendiam que as sociedades capitalistas estavam organizadas, produtivamente, através da harmonia social, e internacional, dos agentes na produção. Portanto, quanto maior a liberdade econômica, com menos atuação do Estado, maior seria o crescimento e o desenvolvimento econômico.

A experiência de desenvolvimento na URSS não correspondeu a essas teorias. A nova sociedade forjada pelo operariado, enquanto sujeito social, e pelo Partido Bolchevique, enquanto sujeito político, estabeleceu um modelo inédito de ditadura do proletariado. Esse modelo exigia um paradigma original, de economia e de desenvolvimento, que pretendesse romper com a lógica do lucro e destruir os princípios capitalistas de lei do valor, exploração, alienação e, por fim, extinguir o próprio Estado.

No entanto, o que se pode observar foi, por um lado, um país, cuja formação foi chamada de aventureirismo pelas potências imperialistas, mas que logrou a manutenção do poder político soberano e de intenso crescimento econômico, alavancado por desenvolvimento industrial robusto. Por outro lado, os objetivos de ruptura com o modo de produção capitalista foram, apenas, parcialmente cumpridos. O processo de forte crescimento econômico foi marcado pela constituição de uma base burocrática formada no interior do Partido Bolchevique, e que se desenvolveria no Partido Comunista.

Não havia diálogo democrático com a classe trabalhadora nem canais de comunicação produtivos, isto é, quem definia a quantidade, a qualidade, a forma de produção e ainda influenciava os preços era o próprio Estado, dirigido pela burocracia. Portanto, pode-se entender que as decisões da burocracia refletiam os interesses da própria burocracia do partido, em última instância: a manutenção do poder, e não a superação do capitalismo e a supressão do Estado, como proposto pelas teorias socialistas.

O estudo do modelo soviético de planificação para o desenvolvimento produtivo e material atingido demonstrou a maior complexidade de seu improvável crescimento, dadas as premissas das teorias econômicas tradicionais. Portanto, a investigação da história econômica que fundamenta o crescimento soviético é o que justifica o presente trabalho.

Seus capítulos encontram-se divididos da seguinte forma: o Capítulo 2 trabalha as condições do desenvolvimento do modo de produção capitalista na Rússia antes de 1917, cujas

características apontam pistas sobre os pontos de reais transformações econômicas e aqueles que apresentavam poucas mudanças. As discussões revelam posições distintas tanto no interior do Partido Social-Democrata Russo (POS DR), entre a ala menchevique e a ala bolchevique, quanto em outros importantes movimentos ligados ao populismo-russo (*narodnik*). O terceiro capítulo destaca os primeiros planos econômicos do Estado soviético, isto é, pós-revolucionário, e as transformações que surgem na URSS. O Comunismo de Guerra, primeiro plano, surge como fruto da necessidade de manter o Estado diante de uma guerra civil. A NEP, ainda elaborada por Lenin, tenta recuperar a economia e, principalmente, a indústria, esmagadas pelos esforços de guerra. O quarto capítulo discute a planificação, projeto que está na essência e na estrutura dos conceitos sobre a formação do socialismo para os bolcheviques. Essa planificação idealizava um Estado centralizador que dirigisse a produção nacional, cujo alicerce encontrava-se na industrialização, que desencadearia o crescimento econômico e a abundância de recursos que suprissem as necessidades da classe trabalhadora. No capítulo quinto, apresentamos uma conclusão do estudo realizado.



## 2 CAPITALISMO NA RÚSSIA ANTES DA REVOLUÇÃO DE 1917

A história da Rússia, ao longo do século XIX, remete à exploração servil, ao atraso industrial e a uma monarquia decadente e usurpadora, que não consegue manter a governabilidade e cultiva pouca relação ou compreensão da massa do povo russo. No final do século XIX e início do XX, a economia se estagnava sob o império enquanto economias das nações ocidentais saltavam afrente.

A angústia do atraso e do subdesenvolvimento desempenhou um papel central na política e na cultura russa, da década de 1820 ao período soviético. Neste período de cerca de cem anos, a Rússia lutou contra todas as questões a serem enfrentadas posteriormente pelos povos africanos, asiáticos e latinoamericanos. Podemos, pois, interpretar a Rússia do século XIX como um arquétipo do emergente Terceiro Mundo do século XX. (BERMAN, 1986 p. 169).

A monarquia era completamente alheia aos problemas e necessidades da massa da população russa. Mesmo diante de uma revolução que se desenhava há décadas, previstas e refletidas desde Marx até a socialdemocracia russa, o último czar, Nicolau II, parecia indiferente:

Nicolau II herdou de seus ancestrais não apenas um gigantesco império, mas também uma revolução. E eles não lhe legaram uma só qualidade que o capacitasse de governar um império, ou mesmo uma província ou distrito. Àquela maré histórica que rolava suas ondas pouco a pouco para mais perto das portas de seu palácio, o último Romanov opunha uma muda indiferença: parecia que entre sua consciência e a sua época havia algum véu transparente, mas absolutamente impenetrável. (TROTSKY, 2007 p. 67)

Com relação ao desenvolvimento material e produtivo, Trotsky (2007) apontava que a característica essencial era o primitivismo e a lentidão, cujas causas estavam relacionadas à sociedade russa nascer sobre uma base econômica mais pobre que a Europa. Até a década de 1860, a Rússia vivia sob o predomínio de um modo de produção baseado na servidão e na corveia.

Uma grande transformação se processou, no entanto, a partir da emancipação da servidão em 1861, quando, ainda que vagarosamente, começou a se fomentar o capitalismo no país. Em suas primeiras fases, a cooperação simples e a manufatura, ainda eram observáveis apenas poucos centros urbanos, a indústria se organizava no campo e desenvolvia atividades simples, sem grande aperfeiçoamento técnico.

Nas décadas de 1880 e 1890, os avanços da pequena indústria, a transformação da agricultura (de corveia para comercial), a libertação dos servos (que formaram as massas proletárias) e a formação de mercado interno propiciaram a estruturação da grande indústria. Nessa nova etapa, o desenvolvimento do capitalismo torna-se inegável.

Esse processo foi intensamente dirigido pelo Estado czarista. Mas se era um Estado que não estava preocupado em atender as demandas campesinas, tampouco dos operários recém construídos, porque dar liberdade aos servos e constituir um regime contrário à manutenção das classes que formam a base da exploração do antigo regime? A resposta para essa pergunta foi a necessidade. A antiga organização não podia se sustentar com a mesma exploração diante da competição externa, da baixa produtividade e das revoluções burguesas que despontavam na Europa Ocidental.

## 2.1 CAMPO E SERVIDÃO

A servidão na Rússia, que havia começado tardiamente no século XVI, mantivera-se instituída e servia como motor das relações de trabalho e da economia até 1861. Se compararmos à Europa Ocidental, processos de intensa transformação econômica, ainda no final da Idade Média, convertem a sociedade: a ruína do feudalismo dava lugar a um novo modo de organização da produção, baseado nas trocas mercantis (SILVA, 2012).

Serge (1993) aponta que durante toda a primeira metade do século XIX a Rússia mantivera-se à margem dos processos de revolução burguesa, que acompanharam a passagem ao modo de produção capitalista na Europa Ocidental. O antigo regime parecia inabalável na Rússia. A sociedade mantinha-se organizada através da servidão, privilégios da nobreza e da igreja, autocracia dos czares.

Em 1840, pressões do capital por uma revolução burguesa, ou ao menos por reformas, tornam-se mais latentes na Rússia, caracterizada por insuficiência na produção agrícola, com baixa exportação de trigo, e por um lento desenvolvimento das manufaturas, com falta de mão de obra. Serge (1993) observa que a manutenção da autocracia e da servidão são empecilhos ao desenvolvimento do capitalismo. O atraso relativo da Rússia se ampliara com a industrialização inglesa e europeia. Isso ficou evidenciado pela derrota na Guerra da Crimeia (1855), indicando que a sobrevivência de um Estado russo independente exigia reformas econômicas capazes de fomentar a indústria, alicerce da segurança nacional.

O capital em expansão, surgido da base das trocas mercantis na Europa Ocidental, virá impor sobre a economia russa suas exigências de acumulação, ainda que sob a mediação do

próprio Estado russo. Um dos aspectos desta imposição refere-se à formação de um mercado de trabalho, no qual o trabalhador seja duplamente livre: livre de qualquer outra forma de subsistência e de qualquer outro modo de exploração. Em outras palavras, este trabalhador possui apenas sua força de trabalho para sobreviver (Marx, 2012).

Estava claro que, na Rússia, era preciso abolir a servidão para desenvolver o capitalismo:

A abolição da servidão na Rússia coincide com a guerra de Secessão e a abolição dos escravos nos Estados Unidos (1861-1865). O desenvolvimento do capitalismo exigia, nos dois mundos, que o trabalhador livre – livre para vender seu trabalho – substituísse o escravo ou o servo; ele trabalha melhor, muito mais, conscientemente. (SERGE, 1993 p. 27).

As monarquias do antigo regime, herdeiras do feudalismo e da servidão, estavam assentadas na grande propriedade fundiária, no absolutismo burocrático e na hierarquia da corporação do Estado. A libertação dos servos em 1861 representava, aparentemente, um passo contrário aos seus interesses. No entanto, a abolição da servidão representou um ato paliativo às pressões capitalistas e fora realizada, de acordo com Serge (1993, p. 26), de tal modo que:

O lavrador “liberto”, mas obrigado a comprar ínfimas porções de terra habilmente recortadas, passa da servidão feudal à servidão econômica: trabalhará muito mais. A indústria manufatureira encontrará na zona rural a mão de obra que necessita. [...] As terras aráveis que os lavradores “libertos” tiveram que alugar ou comprar foram avaliadas aproximadamente pelo dobro do seu preço real (342 milhões de rublos em vez de 180), de modo que os servos da véspera se viram ao mesmo tempo livres e terrivelmente endividados.

A reforma não previa, no entanto, o direito de propriedade privada aos camponeses “libertos”, mas um estágio transitório, no qual eles permaneciam membros de uma comuna rural (*mir*) e de um grupo doméstico. As comunas eram responsáveis pela distribuição de terras aos grupos domésticos, cujos membros deveriam pagar impostos coletivos e ninguém poderia renunciar à comuna. Entre as obrigações estava a dívida dos camponeses com o Estado em virtude das terras adquiridas dos senhores.

Silva (2012, p.112) destaca ainda:

Com os pagamentos elevados a que estavam obrigados e a insuficiência de terras que receberam, o êxodo rural poderia ter sido uma opção, o que no médio prazo facilitaria a industrialização. Não foi, entretanto, o que ocorreu, graças aos dispositivos na lei que obrigavam os camponeses a ficar na comunidade. Se sáíssem seriam obrigados a renunciar suas terras e ainda assim continuar efetuando os pagamentos devidos.

Portanto, a reforma não chegou a alterar a organização fundiária russa:

A própria abolição da servidão proclamada em 1861 pelo regime czarista (que se encontrava, à época politicamente enfraquecido pela derrota militar na campanha da Criméia) não chegou a alterar a estrutura fundiária, marcada pelo predomínio da grande propriedade aristocrática. Os camponeses, que se libertaram, assim, da fixação feudal à terra, continuaram economicamente dependentes dos grandes senhores de terra, através do mecanismo do endividamento (FERNANDES, 1991 p. 64).

Se por um lado as reformas de 1861 significaram a possibilidade de desenvolvimento capitalista na Rússia, contraditoriamente, os interesses da nobreza, da corte e da grande propriedade fundiária sobrepujavam os interesses da frágil burguesia e qualquer possível ideal de progresso. Apesar disso, com os distúrbios constantes no campo e os ideais capitalistas do ocidente, as reformas progrediram no sentido de institucionalizar o capitalismo. Esse processo dá origem “As reformas, tal como a do judiciário, o estatuto das administrações locais, a abolição dos castigos corporais (1863-1865).” (SERGE, 1993 p.27).

Essa fragilidade burguesa, a inexistência de qualquer movimento liberal e a situação desesperada dos homens no campo, juntamente com a forte organização repressiva do Estado czarista, deram origem ao primeiro grupo de grande envergadura de oposição à monarquia dos czares, os chamados *narodniks* (populistas) (SERGE, 1993).

Os *narodniks* propunham uma revolução popular cuja base estava no *mir*, que levaria a um socialismo camponês. A essência deste pensamento era que a Rússia não precisaria passar por uma fase capitalista para atingir o socialismo, pois:

A comuna camponesa era dotada de qualidades que tornavam indesejável sua substituição pela economia e democracia ocidentais. Essas qualidades, como a democracia direta e a proteção dos indivíduos pelo coletivo, deveriam ser preservadas, pois continham a semente do socialismo futuro. (SILVA, 2012).

Os *narodniks* formaram uma sociedade secreta chamada Terra e Liberdade, que mais tarde se subdividiu em dois grupos: Partilha Negra, partidário da propaganda na zona rural, liderados por Plekhanov e Axelrod; e o *Narodnaia Valia* (Vontade do Povo), cuja ação principal vinculava-se ao terrorismo. Serge (1993) aponta que alguns *narodniks* se contentariam com uma monarquia constitucional, que solucionasse os problemas do campo.

Vera Zaslitch foi uma das principais interlocutoras do movimento *narodnik* na Rússia. Conhecida pelo atentado contra o general Trepov, Zaslitch pertencia em sua juventude ao Partilha Negra, grupo que deixou em 1883, e, junto à Plekhanov e Axelrod, fundou o grupo “Emancipação do Trabalho”, de caráter marxista. Durante essa época, Zaslitch ficou

responsável por traduzir as obras de Marx no recém-fundado grupo (RIAZANOV, 2013). Zaslitch, Plekhanov e Axelrod foram três dos fundadores do partido social democrata russo e que, junto com Márto, formariam mais tarde a ala menchevique do partido (DEUTSCHER, 1968).

Zaslitch (2013) escreve cartas a Marx, em 1881, que mostram como então ela ainda defendia as posições que do grupo Partilha Negra. Isto é, mantinha-se preocupada com as condições pré-capitalistas da Rússia agrária e acreditava na propaganda entre os trabalhadores rurais e no fortalecimento e libertação da comuna rural como possível sobrelevação da etapa capitalista na Rússia.

Do posicionamento da vossa parte sobre essa questão depende até mesmo o nosso destino pessoal como socialistas revolucionários. Apenas duas soluções são possíveis. A comuna rural, liberada das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos donos das terras e da administração arbitrária, é capaz de se desenvolver pela via socialista, quer dizer, de organizar pouco a pouco sua produção e distribuição de produtos sobre bases coletivistas. Nesse caso, o socialista revolucionário deve envidar todos os seus esforços em prol da libertação da comuna e de seu desenvolvimento. (ZASULITCH, 2013 p. 79).

Zaslitch (2013 p.79) apontava ainda que:

Mas se, pelo contrário, a comuna está destinada a perecer, ao socialista como tal não resta outra coisa senão dedicar-se a cálculos mais ou menos mal fundamentados para descobrir em quantas dezenas de anos a terra do camponês russo passará de suas mãos para as da burguesia, em quantas centenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá na Rússia um desenvolvimento comparável ao da Europa Ocidental.

Os *narodniks*, dessa forma, apresentavam uma caracterização de que na Rússia ainda não havia se desenvolvido o capitalismo pleno e sequer havia chances de desenvolvê-lo. Usavam, para isso, a observação de que a população russa ainda era de maioria absoluta agrária. Portanto, era preciso fortalecer as relações coletivistas de produção das comunas rurais e acabar com os tributos e pagamentos abusivos pela terra, que agora sobrecarregavam o *mir*.

Voronov [*narodnik* liberal] [...] defendia o ponto de vista de que o capitalismo não tinha quaisquer chances de se desenvolver na Rússia. Em dezembro de 1880, Nicolai Alexandrovitch Morosov, um representante do Comitê Executivo da organização (A Vontade do Povo), de São Petesburgo, já solicitara a Marx que expusesse a sua opinião sobre as questões controversas, principalmente sobre a perspectiva da comuna rural russa. (LÖWY, 2013 p. 81).

Segundo Riazanov (2013), Marx apresentava um pensamento crítico aos *narodniks* e considerava Zaslitch ingênua, mas mesmo assim não deixou de responder aos debates, ainda

que de forma débil. Os principais pontos da análise de Marx (2013) contemplam a possibilidade de sobrelevar o capitalismo através das comunas rurais, que resguardavam em seu interior relações de propriedade adversas à propriedade privada, mas para isso seria necessária uma revolução.

Marx (2013) aponta que a gênese da produção capitalista é, no fundo, a separação radical entre o produtor e seus meios de produção e a base de toda esta evolução é a expropriação dos agricultores. A comuna arcaica que havia se desenvolvido na Europa Ocidental foi, dessa forma, suplantada pela forma capitalista de produção através da expropriação do campesinato.

Essa “fatalidade histórica”, que Zaslitch (2013) indaga em sua carta sobre a possibilidade de haver um processo diferente na Rússia, Marx (2013) restringe apenas à formação do capitalismo na Europa Ocidental. Assim, chama atenção à forma desse processo:

O movimento de eliminação que transforma os meios de produção individuais e esparsos em meios de produção socialmente concentrados e que, por conseguinte, converte a propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, essa expropriação dolorosa e terrível do povo trabalhador, aí estão as origens, aí está a gênese do capital. [...] A propriedade privada, fundada no trabalho pessoal [...] é suplantada pela propriedade privada capitalista, fundada na exploração do trabalho de outrem, sobre o trabalho assalariado. (MARX, 2013 p. 89).

Para Marx (2013) não ocorreria, tal como na Europa Ocidental, transformação de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada na Rússia, pois a terra jamais havia sido propriedade privada dos camponeses russos. O desenvolvimento do processo, então, não ocorreria desta maneira na Rússia.

A coexistência com o capitalismo na Europa Ocidental fez surgir a possibilidade dessa via singular, uma vez que a Rússia poderia apropriar-se das conquistas da produção capitalista sem precisar passar por todas as suas violentas vicissitudes. Ao mesmo tempo, a revolução era necessária para que a comuna rural não sucumbisse às pressões fiscais, de exploração da comunidade rural pela via do comércio e da posse da terra pela usura.

Por essa coexistência, Marx (2013) aponta que foi possível incorporar as máquinas, os barcos a vapor, as ferrovias à produção russa, sem que fosse preciso, tal como o Ocidente, a passar por um longo processo de encubação. E, além disso, foi possível rapidamente introduzir todo o mecanismo de trocas (bancos, sociedades de crédito) rapidamente.

Marx (2013) nomeia como singular o caso da comuna agrícola russa, com a especificidade de abrigar um processo cujas possibilidades seriam: ou a comuna se conserva desenvolvendo a propriedade comum em contraste com a propriedade privada, ou a propriedade

privada acabaria por eliminar a propriedade comum. O Estado russo, por sua vez, deu forte impulso aos ramos capitalistas às custas dos camponeses:

Desde a assim chamada emancipação dos camponeses, a comuna russa foi colocada pelo Estado em condições econômicas anômalas e desde esse tempo não cessou de sucumbir às forças sociais concentradas em suas mãos. Extenuada pela carga fiscal que pesa sobre ela, tornou-se matéria inerte possível de ser facilmente explorada pelo comércio, pela propriedade fundiária e pela usura. Essa opressão vinda de fora desencadeou no seio da própria comuna o conflito de interesses já presente nela e desenvolveu rapidamente os germes de sua decomposição (MARX, 2013 p. 97).

Em suma, o Estado russo cooperava para a criação e enriquecimento de um novo estrato parasitário do campesinato, através dos “meios técnicos e econômicos mais apropriados para facilitar e precipitar a exploração do agricultor.” (MARX, Ibid. p. 97). Mas por que os capitalistas industriais nascentes, parasitários do campesinato, iriam conspirar para eliminá-lo? Marx (2013) sugere que o motivo era a miséria da agricultura, que não se desenvolveu em suas capacidades produtivas na Rússia, intercalando boas colheitas neutralizadas por períodos de fome.

Esta conclusão é similar à de Serge (1993), para quem períodos de crise produtiva na agricultura indicaram os limites do desenvolvimento capitalista na Rússia com as antigas estruturas. Marx (2013) apontava que as últimas décadas, antes de 1880, em média, mostravam uma produção agrícola estagnada e até recuando. A Rússia pela primeira vez tivera que importar cereais em vez de exportá-los.

Netto (1985) aponta que nem Marx nem Engels faziam críticas explicitamente ao movimento *Narodnik*, mas nos primeiros anos da década de 1890, com o rápido crescimento industrial e com a grande crise agrária (a fome de 1891), Engels recusa as propostas populistas. Lenin aprofundou as críticas de Engels, que haviam recebido a adesão de Plekhanov.

Netto (1985) lembra ainda que Lenin caracterizava as ideias do movimento *Narodnik* com três aspectos: 1) considerava o capitalismo na Rússia como uma decadência, uma regressão. O desejo dos populistas era deter, paralisar ou parar a destruição das bases seculares da vida camponesa pelo capitalismo; 2) considerava o regime russo da comuna rural como original e, portanto, não se aplicariam as leis econômicas e os conceitos científicos, mas era uma comunidade superior; 3) ignorava as relações entre a intelectualidade e as instituições jurídico-políticas, por um lado, e os interesses de classe, por outro.

No que se refere à questão agrária, Lenin (1985) elucida certos aspectos para demonstrar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, desde a emancipação em 1861, e sua intensificação na década de 1890. Para apresentar tal crítica ao movimento *Narodnik* são usadas

categorias marxistas de análise sobre a formação do mercado, das relações de trabalho, das classes sociais e suas estratificações, e sobre a paulatina transferência de capital da agricultura para a formação da indústria.

Uma das primeiras críticas elaboradas por Lenin (1985) aos *narodniks* é contra sua concepção acerca da impossibilidade de realização da mais valia nos limites de um mercado interno. Na discussão sobre valor em Marx, Lenin (1985, p. 17) expõe que esse se decompõe em três partes:

1) a primeira compensa o capital constante, isto é, o valor pré-existente sob a forma de matérias (primas e auxiliares), máquinas, instrumentos de produção etc. e que só se reproduz numa parte determinada do produto acabado; 2) a segunda compensa o capital variável, isto é, cobre os custos de manutenção dos operários; 3) a terceira constitui a mais-valia pertencente ao capitalista.

Os *narodniks* consideravam que não havia dificuldades na realização das duas primeiras partes, pois a primeira era aplicada à produção e a segunda ao consumo da classe operária, mas a terceira, isto é, a mais valia, não poderia ser consumida ou reinvestida inteiramente pelos capitalistas, a menos que houvesse expansão da acumulação. Para contornar esse problema de realização, o capitalismo precisava expandir-se ao mercado externo. Dessa forma, o capitalismo na Rússia teria o caráter natimorto, uma vez que o mercado interno russo era reduzido pela ruína do campesinato, e havia entrado muito tarde na via do desenvolvimento capitalista para almejar disputar o mercado externo.

Lenin (1985) aponta que o foco em Marx não era o mercado externo, considerado inclusive um erro metodológico introduzi-lo na análise do valor, pois “apenas confunde e não traz nenhum dado novo nem para o problema nem para a solução” (p. 19). A reprodução não é apenas das divisões entre capital constante, variável e mais valia, mas também a divisão entre os departamentos I e II<sup>1</sup>, que produzem meios de produção e de consumo, respectivamente. Quando analisadas as relações entre os dois departamentos é possível haver, tanto na reprodução simples quanto na ampliada, o fechamento de um circuito produtivo, sem a necessidade endógena de expansão ao mercado externo.

Com o foco no mercado interno, Lenin (1985 p.23) observa que:

[...] a conclusão principal a extrair da teoria de realização de Marx é a seguinte: o crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno vincula-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo. Noutros

---

<sup>1</sup> Marx (1997), como simplificação, dividiu a economia em dois setores: o departamento I, que produzia os bens de produção, e o departamento II, que produzia os bens de consumo. As relações de troca entre os departamentos são definidores dos ciclos econômicos, cujo o equilíbrio e o desequilíbrio são possíveis resultantes desta relação.



termos: o crescimento dos meios de produção ultrapassa o dos artigos de consumo.[...] Por isso, o capital constante existente nos artigos de consumo deve crescer mais rapidamente que o capital variável e a mais-valia existentes nesses artigos, e o capital constante existente nos meios de produção deve crescer mais rapidamente ainda[...] Desse modo, a extensão do mercado interno para o capitalismo é até certo ponto “independente” do crescimento do consumo individual, destinando-se mais ao consumo produtivo.

Na Rússia, essa não era apenas uma possibilidade, mas um movimento concreto. Havia intensa expansão para a economia mercantil, cujas características marcavam mudanças na organização produtiva, nas classes sociais e nas ideologias. Não havia, como apontavam os *narodniks*, portanto, um modo de produção superior que resguardava tradições russas.

Para Lenin (1985) transcorria na Rússia a decomposição do campesinato, portanto das antigas relações de trabalho. O novo camponês que se “emancipa” das relações servis está subordinado ao mercado e “depende dele tanto para consumo pessoal como para sua atividade, sem falar nos impostos.” (LENIN, 1985 p. 113). Essa relação colocava todas as contradições próprias das economias mercantis:

[...] concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarização da maioria e sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas (LENIN, 1985 p. 113).

Essa destruição do campesinato apontava não para homogeneização social como pensavam os *narodniks*, mas para estratificação permanente. Surgem no campo camponeses ricos, médios e pobres, e ainda o proletário rural, que vendia sua força de trabalho e possuía o mais baixo nível de vida ainda nesse período.

Lenin (1985) aponta que, tratando-se de uma fase de transição, não estavam descartadas as antigas formas de produção predecessoras à emancipação, as relações de corveia ainda eram presentes na Rússia com as seguintes características: 1) economia isolada e autossuficiente; 2) o produtor tinha terra e os meios de produção em geral; 3) os camponeses dependiam pessoalmente do senhor, isto é, eram seus subordinados, portanto havia possibilidade de coação extra econômica com violência física; 4) essas relações dependiam da miséria absoluta do camponês. Essas relações malogravam, mas ainda assim não haviam sido eliminadas.

O tradicionalismo dos *narodniks* tinha repousava na crença de que o acesso à terra por parte dos camponeses no sistema de corveia e de pagamento em trabalho representava a união dos produtores com seus meios de produção. Para chegar à essa conclusão, no entanto, era preciso esquecer que as relações de exploração do trabalho na economia baseada na corveia são

uma das condições de funcionamento do sistema. Ainda que os trabalhadores assalariados rurais nesse período representassem o estrato com maior miséria entre os camponeses.

Com as observações sobre as relações de trabalho assalariado ou pagamento em trabalho, Lenin (1985 p. 126) chega as conclusões presente na Tabela 1. É possível notar a predominância do capitalismo na Rússia na década de 1880, mas ainda com resquícios fortes do antigo modo de produção Na transformação para a agricultura comercial, os quatro pontos da caracterização da economia de corveia são modificados lentamente na Rússia, mas essas alterações são perceptíveis. A agricultura após a reforma de 1861, e mais ainda na década de 1890, era profundamente comercial, voltava-se às relações de mercado. Como resultado desse processo, Lenin (1985) destaca os avanços produtivos, inexpressivos em períodos anteriores.

É particularmente importante assinalar que é justamente a agricultura comercial que progride: a colheita de cereais (descontadas as sementes) por habitante cresce e entre os componentes da população a divisão social do trabalho se acentua; aumenta a população ocupada no comércio e na indústria; a população rural se divide entre patrões e proletários. Cresce a especialização da própria agricultura, de sorte que a quantidade de cereais destinados à venda cresce muito mais rapidamente que a totalidade dos cereais produzidos no país (LENIN, 1985 p. 164)

**Tabela 1 - Grupos de Províncias segundo Predominância de Sistema Produtivo (1883/1887)**

	Regiões de terras negras	Regiões das terras pobres em humo	Total	Área Cultivada de cereais e batatas nas terras dos fundiários (milhares de hectares)
Predomina o sistema capitalista	9	10	19	8.092
Predomina sistema misto	3	4	7	2.428
Predomina sistema de pagamento em trabalho	12	5	17	6.862
Total	24	19	43	17.382

Fonte: Elaboração do autor com base em Lenin (1985, p. 126).

Lenin (1985) destaca ainda a produção de batatas que constituía base alimentar da mão de obra russa e cujo barateamento, portanto, consistia em fonte de mais valia relativa. A queda nos preços dos cereais deveria impulsionar ainda mais a especialização da agricultura e a inserção de produtos agrícolas na esfera da troca, o que, por sua vez propiciaria a redução do trabalho necessário para a reprodução do operário industrial.

A Tabela 2 apresenta os dados da produção de cereais e batata no período. Fica claro o aumento produtivo, principalmente no início da década de 1900, quando, apesar da queda da área semeada, a produção aumentou quase 50% e mais que dobrou na produção de batatas.

**Tabela 2 - Variação Percentual de Produção de Cereais e Batata**

Período	Cereais e Batatas		Batata	
	Área semeada	Colheita	Área semeada	Colheita
1870/1879	4,71	38,29	26,09	78,82
1883/1897	6,22	20,78	24,14	19,10
1885/1894	15,32	3,92	52,78	22,38
1900/1905	11,77	49,51	50,91	111,96

Fonte: Elaboração do autor com base em Lenin (1985 p. 164).

O que Lenin (1985) conclui do debate sobre a agricultura é que essa tomou caráter de empresa, com desenvolvimento pleno do capitalismo na Rússia nas atividades agrícolas, ainda que existissem situações com graus intermediários de evolução, nas quais ainda permaneciam antigas relações de produção. Esse crescimento agrícola estrutura o mercado interno para o capitalismo, através da especialização de sua produção, da divisão do trabalho e da redução do custo de vida do operariado urbano. A produção que era organizada em escala diminuta passa, com a mecanização, a expandir-se, bem como ao comércio.

Por fim, o capitalismo agrário transformou pela primeira vez os alicerces das antigas relações de pagamento em trabalho e dependência pessoal do agricultor. Esse sistema que imperou até então era responsável pelo atraso do camponês, esmagado por um trabalho servil ou no máximo “semilivre”, cujas relações somente eram possíveis com a desigualdade jurídica entre os indivíduos com os agricultores pertencendo à camada inferior, sujeitos a castigos corporais, obrigação de trabalhos públicos e fixação à terra (LENIN, 1985).

## 2.2 CIDADE E INDÚSTRIA

As cidades russas experimentavam um intenso processo de concentração urbana após as reformas de 1861. Esse processo estava relacionado ao forte êxodo dos camponeses, transformados em trabalhadores livres, e aos novos investimentos na indústria. A população de São Petersburgo, principal cidade industrial russa, absorveu a maior parte desse crescimento em curto período de tempo. A cidade cresceu de 220 mil habitantes em 1800, ligeiramente menor que Moscou, com 250 mil, para 485 mil em 1850, 667 mil em 1860 e passa de 1 milhão,

antes da virada do século, em 1890. Finalmente atinge mais de 2 milhões antes da Primeira Guerra: “[...] São Petersburgo tornou-se, praticamente do dia para a noite, uma das maiores metrópoles da Europa” (BERMAN, 1986 p. 171).

Essa concentração urbana foi possível tanto pela libertação dos servos, medida que promove a formação de um mercado de trabalho, quanto pelas transformações ocorridas no campo, em que as relações transitavam da corveia para a agricultura comercial. Esse segundo processo era responsável pela redução dos custos de manutenção da força de trabalho nas cidades, pois elevou a produtividade na produção de alimentos que compunham a cesta dos operários, o que reduziu consideravelmente seus preços.

A libertação da servidão, como vimos, é pilar para a formação industrial capitalista. É preciso tornar a mão de obra disponível para a exploração salarial, ou seja, que não tenha outras formas de subsistência além da venda da sua força de trabalho. “A grande indústria mecânica é incompatível com maneiras primitivas de opressão; ela institui a opressão econômica dissimulada – por meio da fome – tão eficaz quanto a violência não disfarçada.” (SERGE, 1993 p. 27).

Marx (2012, p. 961), quando discute as origens dos ciclos de reprodução do capital, aponta a necessidade de gerar o trabalhador livre em duplo sentido:

Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção.

Se por um lado esse movimento histórico que transforma servos em trabalhadores assalariados, libertando-os da servidão e da coação física, por outro lado, os recém libertados transformam-se em vendedores de si mesmos, cuja a única forma de subsistir é vender sua força de trabalho ao mercado. Assim que surge o trabalhador livre, cuja a única opção é vender a sua força de trabalho, o capitalismo conserva e amplia a separação entre produtor e mercadoria. Por isso, em meio à necessidade de remover qualquer outra possibilidade de subsistência dessa massa proletária, realiza-se, através de nova composição jurídica, a expropriação forçada dos camponeses. Esse processo é o aspecto central do que Marx (2012) denominou de acumulação primitiva.

Trotsky (2007) aponta que a divisão do trabalho entre as classes produtivas, isto é, camponeses e operários, só era possível mediante o desenvolvimento agrícola, através da

passagem à agricultura comercial. Esse processo, graças aos aumentos de produtividade, permite formação de excedentes para abastecer a população urbana.

Até o final do reinado de Pedro I, no primeiro quarto do século XVIII, a população urbana era de pouco mais de 320 mil pessoas, aproximadamente 3% da população total do país. Até o final do mesmo século, era de 1,3 milhões, aproximadamente 4,1%. Em 1812, esse número sobe para 1,6 milhões, cerca de 4,4%; e, em 1897, o censo contabilizou 16,3 milhões, aproximadamente 13% da população total (TROTSKY, 2007). O processo de formação das grandes metrópoles russas esteve relacionado às transformações na agricultura e sua intensidade foi ampliada fortemente após as reformas de 1861, quando grande parcela dos agricultores foi expulsa do campo e formou a força de trabalho urbana. A industrialização russa somente foi possível mediante: 1) formação de uma classe de trabalhadores livres, dispostos a vender sua força de trabalho por um salário; 2) transformações na agricultura, isto é, as mudanças nas relações produtivas, com as reformas de 1861, promoveram a transformação da corveia para a agricultura comercial. Essa mudança gerou aumentos de produtividade, pois agora abastecia-se o mercado em busca de lucros e não mais mediante troca simples ou produção individual; 3) formação de um mercado, pois a agricultura comercial promove trocas entre os camponeses e intensifica a divisão social do trabalho; 4) pressão externa, uma vez que os países da Europa Ocidental buscavam expandir mercados e explorar os recursos e a força de trabalho russos. Além disso, no final do século, em vista da escalada da rivalidade interimperialista entre as potências da Europa, intensificaram-se as pressões armamentistas, que forçaram o Estado czarista a investir diretamente na formação industrial, como veremos mais adiante.

É preciso, no entanto, considerar de que esse processo ainda era marcado pelo domínio da população rural. Existiam poucas cidades maiores como São Petersburgo e Moscou, mas isso não era suficiente para descaracterizar a Rússia como essencialmente camponesa. Até a revolução em 1917, entre 80 e 90% da população vivia ou trabalhava no campo (RODRIGUES, 2006; STONE, 2006). “A maior parte da população rural ainda vivia espalhada por milhares de pequenas aldeias, trabalhando a terra com métodos e instrumentos primitivos, típicos da idade média.” (RODRIGUES, 2006 p. 33).

Esse aspecto dificulta observação do pleno desenvolvimento do capitalismo na velha Rússia. Bahro (1980) aponta que antes da revolução três formas econômico-sociais historicamente distintas conviviam: a asiática, representada pela aldeia, a feudal, que ainda não estava completamente desenvolvida e a capitalista moderna, muito recente e com burguesia débil. Essa caracterização difere um pouco daquela que Lenin (1985) havia apresentado, segundo a qual havia outras formas de produção em estágios mais atrasados, mas a Rússia

avançava para a consolidação do modo de produção capitalista, isto é, evoluía sob condições de fortalecimento das instituições de mercado.

A produção manufatureira na Rússia, inicialmente realizada nos mesmos estabelecimentos agrários, pelas famílias camponesas, normalmente o processamento de produtos primários utilizados para o consumo próprio, passava nesse novo estágio ao artesanato, cujo foco tornava-se o atendimento ao mercado. Um processo de transformação gradual começa a manifestar-se após as reformas de 1861: o surgimento do artesanato. Pequenos produtores artesanais que passavam “[...] a produzir pouco a pouco para o mercado, transformando-se em produtor[es] de mercadorias.” (LENIN, 1985 p. 217). Os produtores artesãos ofereciam no mercado os produtos que ocasionalmente lhes restavam ou preparavam em seu tempo livre.

Para Lenin (1985), a importância desse movimento está relacionada ao primeiro fundamento da separação e intercâmbio entre indústria e agricultura. No estágio seguinte, com o desenvolvimento da economia mercantil promovida pelo artesanato, nasce a figura do comerciante profissional. Nesta fase, o mercado não é apenas um pequeno bazar da aldeia ou a feira, mas uma região que se estendia por toda Rússia. “Por isso, é importante assinalar que a pequena produção mercantil começa a separar a indústria da agricultura já nas oficinas camponesas, embora, nesse estágio, na maioria dos casos, o artífice ainda não se distingue do agricultor.” (LENIN, 1985 p. 217).

Para Marx (2012, p.493) a produção capitalista teria início nas seguintes condições:

Como vimos, a produção capitalista só começa, de fato, quando o mesmo capital individual emprega simultaneamente um número maior de trabalhadores, quando, portanto, o processo de trabalho aumenta seu volume e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar (ou, se se preferir, no mesmo campo de trabalho), para a produção do mesmo tipo de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, tal é histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista.

Marx (2012) argumenta que a manufatura pode surgir de dois modos: “No primeiro, reúnem-se numa mesma oficina, sob controle de um mesmo capitalista, trabalhadores de diversos ofícios autônomos, por cujas mãos tem de passar um produto até seu acabamento final.” (p.511). Nesse caso, ainda na cooperação simples, reúne-se num mesmo espaço físico, ou no mesmo processo produtivo, diferentes artesãos que trabalham simultaneamente em colaboração mútua.

O trabalho em cooperação simples é realizado no ofício por um pequeno número de artesãos, mas com venda para um mercado. A evolução desse processo o eleva a uma etapa

superior: a manufatura. Marx (2012) aponta que inicialmente em pouca coisa diferem as duas atividades. Quantitativamente, há um maior número de trabalhadores. A essência da transformação sofrida na manufatura está relacionada aos primeiros processos de alienação e exteriorização do trabalho de seu produtor:

O costureiro, o ferreiro, o correeiro etc. que se dedicam apenas à fabricação de carruagens perdem gradualmente, com o costume, a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda sua amplitude. Por outro lado, sua atividade tornada unilateral assume, agora, a forma mais adequada para sua esfera restrita de atuação. Originalmente, a manufatura de carruagens apareceu como uma combinação de ofícios independentes. Pouco a pouco, ela se transformou em divisão da produção de carruagens em suas diversas operações específicas, processo no qual cada operação se cristalizou como função exclusiva de um trabalhador, sendo sua totalidade executada pela união desses trabalhadores parciais. (MARX, Ibid. p.512)

O segundo modo pelo qual a manufatura pode surgir é o caminho oposto: muitos trabalhadores que fabricam produtos iguais, ou da mesma espécie, são reunidos sob um único capital, na mesma oficina ou no mesmo processo produtivo. Ele continua a trabalhar da mesma forma como no antigo modo artesanal, mas sob circunstâncias determinadas pelo capital: quantidade e prazo de fabricação (MARX, 2012).

A essência desses processos é transformar aquele artesão individual, ou em pequena cooperação simples, em um organismo vivo, cujos muitos trabalhadores parciais constituem produto maior em menos tempo pelas vias da divisão do trabalho. Esse processo transforma o trabalhador em agente de trabalho parcial, os ofícios são hereditários e petrificados em castas.

Na Rússia, o desenvolvimento do capital comercial nas pequenas indústrias dava sinais de transformar os pequenos produtores em operários assalariados com a passagem da cooperação simples em manufatura. Ainda que em escala reduzida e restrito apenas às maiores províncias russas, começaram a surgir e consolidar-se produções manufatureiras na década de 1870.

A indústria têxtil, nesse período, estava organizada em grandes oficinas capitalistas que empregavam dezenas e centenas de operários assalariados. Os proprietários dessas oficinas dispunham de grande quantidade de capital, compravam grandes quantidades de matéria-prima que em parte ficavam na própria oficina para serem utilizados internamente e em parte eram entregues a pequenos produtores para que produzissem em casa ou pequenas oficinas e recebessem salário por peça. “A base técnica dessa indústria era o trabalho manual, com uma divisão ampla e sistemática do trabalho.” (LENIN, 1985 p. 249).

Na indústria de artigos de madeira, Lenin (1985) apontava o exemplo da fabricação de arcas: certo número de grandes empresários, com operários assalariados, comprava matéria-

prima para fabricar apenas parcialmente os artigos, o restante era distribuído para outras oficinas produzirem as peças acessórias. A grande oficina mãe realizava apenas a montagem e enviava os produtos ao mercado. Esse é o exemplo de Marx (2012) de manufatura heterogênea, na qual diferentes operários executam não operações sucessivas, mas partes isoladas do produto que serão reunidas posteriormente.

Villela (1970, p.32) apresenta as transformações que a indústria sofreu pela ótica leninista:

- I - Desintegração da indústria caseira e sua transformação em produção em pequena escala, trabalhando para o mercado e dominada pelo capitalismo comercial.
- II - Formação da indústria manufatureira capitalista como um estágio diretamente ligado ao anterior no que diz respeito à técnica manual, porém com expansão da divisão do trabalho através de uma transição parcial ou completa do trabalho caseiro para o trabalho em empresas capitalistas.
- III- A fábrica capitalista, uma empresa altamente equipada com maquinaria movida por energia, com uma numerosa e permanente força de trabalho especializado, etc.

Verifica-se, até aqui, os primeiros passos da industrialização russa com a cooperação simples e a organização das primeiras manufaturas. É importante ter clareza de que esse processo de industrialização ainda apresentava passos muito lentos até a década de 1870, com anos até de recuo. Villela (1970, pp. 32-33) lembra as indústrias de processamento de lã e ferro gusa que sofreram declínio no período: “Ao todo, a indústria em larga escala, empregando 100 operários ou mais, em 1866 totalizava 644 empresas, das quais apenas 307 usavam força motriz, empregavam 232.000 operários e tinham uma produção avaliada em 201 milhões de rublos.”

A principal característica que, para Marx (2012), distingue a grande indústria das formações industriais anteriores é a inserção da máquina e seu papel transformador nas relações de trabalho. Não se trata de um alívio da labuta, mas de uma profunda mudança na exploração. Por um lado, o uso das máquinas substituiu o limitado trabalho humano, que, por mais especializado que seja, é incapaz de realizar tarefas com a mesma produtividade. Por outro, a maquinaria consumou os processos de alienação e exteriorização do trabalho humano, na medida que substituiu as ferramentas e a forma de produzir dos artesãos por processos técnicos pré-elaborados, transformando o trabalhador em mero apêndice da máquina, isto é, o capital toma cada vez mais a forma de trabalho morto para absorver a mais valia do trabalho vivo.

A introdução de máquinas no capitalismo permitiu, aponta Marx (2012), aumento da exploração pela via de três efeitos imediatos: 1) apropriar-se de força de trabalho suplementar, feminina e infantil, aumentando o trabalho humano explorável; 2) prolongamento da jornada de trabalho, isto é, ao superar os limites físicos do operário e subordiná-lo à sua força motriz, possibilita ampliar a extensão de produção; 3) intensifica a jornada, reduz a porosidade do



trabalho na medida em que condensa um trabalho mais produtivo em jornada mais curta e, ainda, uniformiza o trabalho.

Na Rússia, Lenin (1985) aponta que a grande indústria substituiu os pequenos estabelecimentos característicos da cooperação simples e da manufatura. No estágio da grande indústria, é possível encontrar as relações capitalistas mais acentuadas do que nos estágios predecessores: grandes capitais, massa proletária, que forma o exército industrial de reserva. É nessa etapa do desenvolvimento capitalista que ocorre a cisão absoluta entre produção agrícola e industrial.

A Rússia, até a década de 1870, ainda apresentava traços da formação capitalista, mas sem evolução e consolidação na etapa da grande indústria. Por outro lado, as décadas de 1880 e, principalmente, 1890, apresentaram impulso industrial intenso. A Tabela 3 apresenta os dados da produção industrial na Rússia nos primeiros 15 anos após a reforma. Os maiores progressos foram na produção de petróleo, carvão e aço. A evolução industrial denota a formação das primeiras grandes empresas capitalistas na região.

**Tabela 3 - Produção industrial na Rússia (1860-1876)**

Produção industrial	1860	1876	Taxa média anual de variação no período
Fiação de algodão (milhões de rublos)	28,70	44,20	2,74
Manufaturas de algodão (milhões de rublos)	42,90	96,30	5,18
Fio de lã (milhões de rublos)	0,45	2,50	11,31
Manufaturas de lã (milhões de rublos)	34,90	52,70	2,61
Máquinas (milhões de rublos)	14,00	43,40	7,33
Petróleo (milhares de toneladas)	9,80	228,80	21,76
Carvão (milhares de toneladas)	119,70	1825,30	18,56
Ferro gusa (milhares de toneladas)	298,40	418,20	2,13
Ferro (milhares de toneladas)	191,90	280,40	2,40
Aço (milhares de toneladas)	1,60	17,60	16,17

Fonte: Elaboração do autor com base em Villela (1970 p.33)

A partir de 1890 o processo de industrialização tornou-se inegável, o que causou forte abalo na estrutura de argumentos dos *narodniks*. Se até esse período a lenta industrialização, a grande maioria camponesa da população e a inexistência da grande indústria sugeriam que na Rússia não se desenvolvia o capitalismo, mas alguma forma de modo de produção própria que pudesse sobrelevar o capitalismo, através das comunas agrárias; desde esta década, o salto na grande indústria e nas populações urbana e operária indicam evidente desenvolvimento capitalista.

A Tabela 4 mostra a divisão entre os diferentes ramos industriais. Nota-se o ligeiro decréscimo na participação da indústria têxtil no período, que cai de 34,7% em 1887, para 33,4% em 1897. Por outro lado, a mineração e a metalurgia, crescem de 11,7% para 13,9%; o processamento de metais também apresenta crescimento de 8,4% para 10,9%. O emprego no total da indústria cresceu 59,2%.

Os dados da Tabela 5 mostram essa evolução. Apesar do gradual aumento nas décadas de 1870 e 1880, a década de 1890 representou uma verdadeira transformação produtiva. Em menos de duas décadas, de 1880 a 1899, as produções aumentaram, aproximadamente, em: o ferro em 330%, o carvão em 200%, o açúcar em 150%, o consumo de algodão em 80%. A construção de estradas de ferro foi destaque com aumento de 530%.

**Tabela 4 - Produção Industrial 1887-1897**

Anos	Número de empresas		Valor da produção (milhões de rublos)		Número de empregados (em milhares)	
	1887	1897	1887	1897	1887	1897
Têxtil	2.847	4.449	463,0	946,3	399,2	642,3
Mineração e Metalurgia	2.656	3.412	156,0	393,7	390,0	545,3
Processamento de Metais	1.377	2.412	112,6	310,6	103,3	214,3
Química	558	769	21,5	59,6	21,1	35,3
Cerâmica	2.380	3.413	28,9	82,4	57,3	143,3
Todas as Indústrias	30.888	39.029	1.334,0	2.839,0	1.318,0	2.098,0

Fonte: Elaboração do autor com base em Lyashchenko (1949 p. 527)

**Tabela 5 - População e Produção (em milhares de toneladas) 1860-1899 (média do período)**

Anos	População (milhões)	Produção de ferro	Produção de carvão de pedra	Consumo de algodão em rama	Produção de açúcar	Construção de ferrovias (km)
1860-64	73,8	296,8	357,5	29,5	-	456
1865-69	79,9	310,0	465,8	44,3	82,0	910
1870-74	86,6	375,6	1.244,8	60,7	113,2	2.410
1875-79	92,2	425,7	2.156,6	91,8	170,6	890
1880-84	102,4	477,2	3.696,6	127,9	257,5	465
1885-89	113,1	616,6	4.961,0	150,9	387,0	985

Anos	População (milhões)	Produção de ferro	Produção de carvão de pedra	Consumo de algodão em rama	Produção de açúcar	Construção de ferrovias (km)
1890-84	120,2	1.097,2	7.122,5	165,6	467,4	1.054
1890-99	126,4	2.048,4	11.042,1	229,6	636,3	2.935

Fonte: Elaboração do autor com base em Villela (1970 p. 34)

Essa evolução do capitalismo na Rússia apresenta continuidade até 1913, ano anterior à Primeira Guerra Mundial, que modificaria esse processo pela destruição que provocou. Os dados da Tabela 6 destacam o crescimento, nos 13 anos, de 84% dos laminados, 123% no carvão e 94,5% no açúcar. O resultado negativo ficou com o petróleo que decaiu 3,8% no mesmo período. Apesar de apresentar uma desaceleração, o resultado do crescimento ainda foi robusto. Os dados também evidenciam os períodos de crise entre 1900 e 1903 e entre 1904 e 1908. A economia russa retoma o crescimento em 1909 e atinge o auge em 1913.

**Tabela 6 - População e Produção (em milhares de toneladas) 1900-1913**

Anos	População (milhões)	Ferro	Aço	Laminados	Carvão	Petróleo	Açúcar	Consumo de Algodão
1900	130,9	2.608	2.634	1.953	16.165	10.684	701	2.624
1901	134,8	2.517	2.364	1.968	16.547	11.987	800	2.624
1902	136,6	2.290	2.238	1.755	16.485	11.621	932	2.625
1903	139,9	2.160	2.263	1.877	17.890	11.099	938	2.870
1904	141,4	2.439	2.592	2.150	19.632	11.665	751	2.952
1905	143,9	2.471	2.419	2.089	18.691	8.310	721	2.985
1906	146,4	2.351	2.315	1.979	21.754	8.885	1.122	2.968
1907	149,1	2.536	2.444	2.109	26.031	9.760	1.102	3.198
1908	152,5	2.615	2.513	2.134	25.935	10.388	986	3.477
1909	157,1	2.674	2.788	2.387	26.037	11.248	973	3.493
1910	160,7	2.790	3.167	2.737	25.031	11.283	1.072	3.624
1911	163,9	3.252	3.535	3.013	28.449	10.547	1.642	3.509
1912	167,9	3.826	4.056	3.405	31.222	10.408	1.010	4.215
1913	170,9	4.216	4.307	3.594	36.082	10.281	1.363	4.247

Fonte: Villela (1970, p.36)

Rodrigues (2006) aponta que o desenvolvimento da industrialização russa foi fortemente dirigido pelo Estado czarista, introduzido de cima como forma de suprir as necessidades de competição com as potências europeias. Essa ideia contraria os argumentos de Lenin (1985) sobre o processo, segundo os quais houve um progresso seguindo as etapas de desenvolvimento intrínsecas à formação capitalista.

Portanto, o erro da análise de Lenin foi traçar aquilo que Marx alertava como a marcha geral fatalmente imposta a todos os povos. Oliveira (2003, p.79) expõe essa consideração de Marx da seguinte forma:

Entretanto, sobre a gênese do capitalismo não se podem elaborar teorias ou fixar leis gerais, já que não existe marcha geral fatalmente imposta a todos os povos, pois alteram-se as circunstâncias históricas. Em conclusão, Marx não produziu nem a história do capitalismo inglês, nem a teoria da gênese do capitalismo, mas fixou os momentos lógicos comuns à formação de qualquer capitalismo numa análise saturada por circunstâncias históricas específicas.

A necessidade torna-se, portanto, analisar quais são essas circunstâncias históricas. No caso da Rússia, o Estado e o imperialismo externo cumpriram papéis de suma importância para as transformações capitalistas. Dessa forma, não havia uma evolução progressiva e orgânica, como ocorreu na Inglaterra, isto é, não ocorreu uma evolução progressiva da cooperação simples a manufatura e, posteriormente, a grande indústria, essas etapas só puderam se desenvolver mediante saltos, tanto nos impactos da tecnologia importada, quanto do papel do Estado no impulso desse movimento.

Para Trotsky (2010), a burguesia russa era extremamente frágil, incapaz de aprofundar a revolução burguesa e destruir as antigas instituições. Cumpriu papel até contrário ao estabelecimento da democracia burguesa, diante das revoluções russas de 1905 e 1917. Trotsky (2010) alinhava suas posições acerca do imperialismo e do intervencionismo estrangeiro com sua lei do desenvolvimento desigual e combinado. O capitalismo se desenvolvia na Rússia não de uma forma isolada, mas profundamente relacionado ao capitalismo bastante consolidado na Europa Ocidental. Por um lado, o resultado era que o capitalismo russo não precisava passar por todas as mesmas etapas que havia passado o capitalismo europeu; poderia, ao contrário, incorporar seus processos produtivos e suas tecnologias. Por outro, o Estado czarista se viu obrigado a avançar o capitalismo pelas pressões competitivas externas, tanto nos aspectos econômicos quanto nos aspectos bélicas. “A sociedade russa que se formava sobre uma determinada base econômica interior, estava sempre sob influência, e inclusive sob a pressão, do meio sócio-histórico exterior” (TROTSKY, Ibid. p.40)

Dessa forma, o Estado, para Trotsky (2010), influenciou o processo econômico russo, que havia, até as reformas de 1861, se desenvolvido sobre uma base econômica primitiva. Quando o Estado, pressionado pelo exterior, exerce uma direção para desenvolver as relações capitalistas, desenvolve instituições capitalistas que impõem contradições com as instituições antigas. Na competição com o exterior “ou o Estado russo sucumbiria nessa luta [...] ou o Estado

russo teria, em seu desenvolvimento, que se adiantar à própria evolução das condições econômicas e gastar muito mais energia do que seria preciso no caso de um desenvolvimento isolado.” (TROTSKY, Ibid. p. 41). Na Tabela 7 vemos o resultado combinado desse processo com o desenvolvimento econômico russo, pois o aumento substancial das importações de máquinas e equipamentos, incentivadas pelo Estado, introduzia a tecnologia produtiva europeia.

**Tabela 7 - Importações de Máquinas e Equipamentos (médias quinquenais em milhões de rublos)**

Anos	Importações Máquinas e Equipamentos
1861-65	7,4
1866-70	18,1
1871-75	29,4
1876-80	49,9
1881-85	22,4
1886-90	18,5
1891-95	33,7
1896-00	59,8

Fonte: Elaboração do autor com base em Lyashchenko (1949 p. 519)

Como consequência da pressão sofrida pela escalada das rivalidades interimpelialistas na Europa, em especial na questão armamentista, o Estado russo apropriava-se de uma grande parte do excedente social, que, no entanto, era utilizado para abastecer o parasitismo das classes sociais privilegiadas, monarquia e nobreza, o que retardava seu desenvolvimento. Esses setores privilegiados tentavam aproveitar-se dos grupos econômicos em desenvolvimento e subordiná-los a seus interesses financeiros e militares, enquanto os nascentes grupos tentaram se servir do Estado para assegurar privilégios.

Assim foi impulsionado o Estado russo, construído sobre a base da economia russa, pela pressão amistosa e, mais ainda, pela pressão rival das organizações estatais vizinhas que se haviam formado sobre uma base econômica mais desenvolvida. A partir de um momento determinado [...] o Estado desejou acelerar artificialmente, com esforço supremo, o desenvolvimento econômico natural. Novos ramos de ofícios, máquinas e indústrias, produção em grande escala e capital aparecem, por assim dizer, enxertados no tronco econômico natural. **O capitalismo aparece como filho do Estado** (TROTSKY, 2010 p. 44, grifo nosso).

O que leva Trotsky (2010) a concluir que a economia ocidental influenciou a russa por meio do Estado. Para poder sobreviver em meio a Estados inimigos e melhor armados, a Rússia estava obrigada a introduzir fábricas, escolas de navegação, manuais sobre a construção de instalações, fortificações, etc.

A maioria dos ramos industriais, como o metal, açúcar, petróleo, aguardente e mesmo tecidos de fibra, nasceu diretamente sob a ação de medidas governamentais, as vezes também com a ajuda de altas subvenções, mas sobretudo porque o governo visava, pelo visto, em todas as épocas uma política protecionista consciente, chegando, durante o reinado de Alexandre, a inscrevê-lo abertamente em sua bandeira [...] O governo supremo, que se atinha, na Rússia, com plena consciência, aos princípios do protecionismo, provou ser mais adiantado do que nossas classes instruídas como um todo. (MANDELEEV, 1906 p. 84 *apud* TROTSKY, 2007 p. 46)

Essa influência dos países europeus ocidentais submete a Rússia à sua economia e implicava que as crises da Europa seriam vigorosamente sentidas na Rússia. Villela (1970 p. 33) descreve como essas crises afetaram o crescimento russo:

As crises europeias de 1873-1875 e de 1881-82 afetaram a economia russa, reduzindo o ritmo de seu crescimento. Assim, em 1873, a emissão de novas ações das sociedades anônimas, que havia alcançado seu ponto máximo com um total de 87 milhões de rublos, caiu para 51 milhões em 1880, continuando a cair nos anos seguintes para um nível de 24 milhões em 1882; a construção de ferrovias, que havia adicionado 2.410 km de novas linhas nos anos 1870-74, caiu para apenas 465 km em 1880-1884.

Para Trotsky (2010), o Estado russo usava-se da exploração mais intensa do povo russo para contornar essa submissão e manter o crescimento e os privilégios da aristocracia:

O absolutismo, enquanto proletarizava e pauperizava o campesinato mediante altos impostos, convertia milhões [de empréstimos] da bolsa europeia em soldados e em encouraçados, em cárceres e em ferrovias. A maior parte desses gastos era absolutamente improdutiva do ponto de vista econômico. Uma parte imensa do produto nacional foi dada ao estrangeiro sob forma de juros, enriquecendo e fortalecendo a aristocracia financeira da Europa. (Pp. 55-56)

O crescimento das ferroviárias, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia por sua capacidade de ligar o comércio entre cidade e campo, foi alvo de notáveis investimentos do Estado russo. Trotsky (2010) argumenta que a ferrovia foi fundamental na Rússia para desenvolver a indústria, uma vez que, ao ligar o campo e a cidade, tornava possível o abastecimento das massas proletárias urbanas.

O primeiro objetivo da política ferroviária governamental foi integrar a produção agrícola no mercado interno. Só depois de o mercado interno estar suprido de produtos agrícolas é que se passou a ligar as regiões produtoras aos portos, a fim de abrir os mercados externos à produção agrícola, principalmente cereais. (VILLELA, 1970 p. 37)

Villela (1970) aponta que a malha ferroviária cresceu entre 1861 e 1913 de 2.238 km para 70.156 km e, só em 1899, foram construídos 5.248 km. O aumento de investimentos na

infraestrutura ferroviária estimulou os investimentos na indústria pesada, o que reforçou a demanda por bens de capital, isto é, o departamento I de Marx, o que impulsiona a economia via mercado interno.

As construções das ferrovias impulsionaram a indústria de processamento de metais, que por sua vez impulsionou a siderurgia; na década de 1890, as ferrovias e a indústria de processamento de metais absorveram entre 70 e 75% da produção siderúrgica. Os dados indicam que, enquanto na década de 1870, a produção só atendia 41% da demanda de produtos siderúrgicos, que era, em média, de 970 mil toneladas por ano; entre 1890 e 1899, a produção era de 1,5 milhões e atendia 73% da demanda interna (VILLELA, 1970).

O Estado intervinha diretamente na economia na década de 1890, quando o governo passou a operar diversos tipos de empresas, ferrovias e fábricas e conceder encomendas preferenciais aos industriais. Ainda na década de 1880, tomou o controle tarifário subsidiando a tarifa para regiões mais afastadas, de modo a integrá-las. O Estado russo passou a tributar produtos importados, também nas décadas de 1880 e 1890, o que gerou uma guerra tarifária com a Alemanha, que retaliou contra os produtos agrícolas russos, o que só terminou em 1894 (VILLELA, 1970).

A Rússia impulsionava seu desenvolvimento industrial, fortalecendo o mercado interno. Em 1890, seus industriais pleiteavam proibir encomendas de firmas estrangeiras, especialmente em equipamentos ferroviários. O mais notável, no entanto, era a dependência do país com relação ao capital externo, principalmente francês, inglês e alemão.

O pagamento de juros, as exportações forçadas e o investimento estrangeiro na indústria são as características mais marcantes do período 1880 a 1913. A Rússia conseguiu equilibrar o saldo da balança comercial entre 1898 e 1913, enquanto o saldo em conta corrente saltou de 2,6 bilhões, em 1881-1897, para 4,1 bilhões de rublos nesse período, o que ocorreu, para Villela (1970), devido às exportações forçadas. Os investimentos estrangeiros diretos e empréstimos governamentais subiram de 1,8 bilhões, em 1881-1897, para 4,2 bilhões de rublos em 1898-1913, enquanto o investimento em indústrias subiu 7,5 vezes nesse período. Com relação aos juros, amortizações e dividendos, nesse período, passaram de 3 bilhões para 5,4 bilhões de rublos.

A dependência russa, como apontada por Trotsky (2010), que levou o Estado a aumentar investimentos e incentivos à indústria, pode ser observada na sua subordinação ao capital estrangeiro, tanto no pagamento de juros quanto nas condições de investimento externo. A Tabela 8 apresenta dados da participação do capital estrangeiro na Rússia. O notável é a

mineração, quase completamente dominada pelo capital estrangeiro (90%) e a química com 50%.

**Tabela 8 - Participação do Capital Estrangeiro em Ramos Industriais**

Indústrias	Capital Total (capital social e debêntures)	Estrangeiro	Porcentagem
Mineração	917,8	834,3	90%
Metalurgia e Mecânica	937,8	392,7	42%
Têxtil	635,4	190,5	28%
Química	168,9	83,6	50%
Madeira	68,8	25,7	37%

FONTE: Lyashchenko, 1949 p.716

O resultado da política de industrialização da Rússia foi um volume de produção industrial que atingiu o quinto lugar no mundo, em 1913 (VILELLA, 1970), e um PIB per capita que, em dólares de 2018, saiu de: \$1,2 mil, em 1820, para \$1,7 mil, em 1870, atinge \$2,0 mil, em 1900 e chega a \$2,4 mil dólares, em 1913 (ALLEN, 2003). Comparado com regiões que estavam em patamares semelhantes em 1820, a Rússia apresentou crescimento maior que Japão e América Latina, e muito superior à China.

O desenvolvimento do capitalismo na Rússia teve um marco importante após as reformas de 1861, quando a libertação dos servos e o surgimento da agricultura comercial alavancaram um potencial industrial. Esse potencial, contudo, foi propulsado apenas quando o Estado se viu obrigado a incentivar a grande indústria e fomentar seu crescimento. Por fim, esse crescimento se deu conforme a lei do desenvolvimento desigual e combinado, isto é, nações que já tinham passado pelas fases capitalistas anteriores e possuíam técnica produtiva e tecnologia serviram de base para o desenvolvimento russo, que, por sua vez, evoluiu de maneira altamente dependente dos países imperialistas.



### 3 DO COMUNISMO DE GUERRA À NEP

Nesta seção, examinaremos os determinantes dos planos econômicos aplicados durante o Comunismo de Guerra e a Nova Política Econômica (NEP). Para isso, precisamos primeiramente fazer um balanço das questões que permearam os debates do partido bolchevique na aplicação dos planos.

Em 1903, o Partido Social-Democrata Russo (POSDR), representantes do marxismo, dividiu-se em duas alas de maior expressão, segundo Bukharin e Preobrajensky (1975): os bolcheviques, representados, principalmente, por Lenin, Trotsky, Bukharin, Preobrajensky e Stálin; e os mencheviques, representados por Martov, Plekhanov, Axelrod. As diferenças que se apresentavam estavam ligadas, principalmente, à forma organizativa do partido e à luta revolucionária. Os mencheviques defendiam uma transição ao capitalismo democrático burguês para, posterior e gradualmente, uma mudança social ao socialismo; por outro lado a ala bolchevique defendia uma ruptura radical e a transição ao socialismo dirigida pelo Estado operário. Os bolcheviques rompem com o POSDR em 1912, na Conferência de Praga e formaram o Partido Bolchevique (DEUTCHER, 1968). Em 1918 o Partido Bolchevique foi renomeado para Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Outro importante partido político da Rússia, no período das revoluções, foram os Socialistas Revolucionários (SRs). Estes dirigiam os movimentos camponeses, maior parte da população russa, e tinham ideais que se aproximavam das propostas mencheviques e anarquistas, na horizontalização do movimento de massas e em direção à uma democracia burguesa.

O Partido Bolchevique, apesar de centralizado em suas ações políticas e com uma base comum de ideal revolucionário, não era homogêneo. Ao longo de sua história, após a revolução de outubro de 1917, diversos grupos se formaram. Entre eles o principal a ser destacado eram os Comunistas de Esquerda, que se formaram em 1918 e cujo principal representante foi Bukharin.

Essas divergências culminaram em elaborações e caracterizações bastante distintas na análise dos processos históricos, da estrutura imperialista mundial e das estratégias econômicas que a URSS deveria adotar em meio à transição ao socialismo. Afinal, se não haviam muitas elaborações sobre a ordem socioeconômica do socialismo para os países centrais, havia ainda menos para os países atrasados e isolados, como a Rússia, para entender como se realizaria o processo de transição (HADDAD, 1992).

A questão da pressão internacional permeava os debates dos teóricos marxistas russos. A Rússia era diretamente influenciada por essas pressões que empurravam os avanços industriais desde o período czarista. As características da formação desta pressão e dependência se aprofundam no começo do século XX, quando as potências Europeias começam a disputar os mercados internacionais para a distribuição de suas mercadorias. Essas características são avaliadas, pelos marxistas bolcheviques, como uma nova fase do capitalismo mundial: o imperialismo.

A categoria do *imperialismo*, formulada pelos teóricos bolcheviques, edifica suas bases nas elaborações de Hilferding, que afirmava que o volume de capital destinado à acumulação nos países mais avançados aumentava e a oportunidade de investimento diminuía o que causava pressão por exportação do capital para áreas com potencial de lucro extraordinário maior, ou seja, onde a concorrência dos grandes capitais ainda não fosse barreira ao crescimento da acumulação.

Nessa fase do capitalismo, uma parcela crescente de capital, utilizado pelos industriais, não tinha origem do próprio capitalista industrial, mas era intermediada por instituições bancárias. A esse capital bancário, que se transforma em capital industrial, Hilferding (1985) chamava *capital financeiro*. Fernandes (1991) evidencia que, para Hilferding, a atuação do capital financeiro e a organização produtiva, provenientes desta nova etapa do capitalismo, possibilitariam a superação das crises cíclicas, pois limitam a anarquia do mercado.

Lenin (2011) observa a adequação dos conceitos de Hilferding, mas salienta que a definição ainda não estaria completa, pois não indica um dos aspectos mais importantes ligados ao aumento de concentração do capital em grau tão elevado que originava os monopólios. Essa explícita fusão entre bancos e indústria dá origem à oligarquia financeira que detém o controle do capital na etapa imperialista do capitalismo.

Nos países onde o capitalismo encontrava-se em etapa mais avançada, a formação dos monopólios, da oligarquia financeira, dos cartéis e trustes pressionava a expansão do capital a outros países: mais atrasados, menos produtivo, onde o capitalismo ainda não havia completado suas etapas de desenvolvimento. A questão que preocupava os teóricos marxistas era: para aonde essa nova etapa do capitalismo se dirigia?

Fernandes (1991) aponta que para Kautsky esse processo estava conduzindo a uma homogeneização do capital e possibilitaria, no futuro, o fim das guerras imperialistas. Bukharin (1986), por outro lado, afirmava que a formação dos monopólios substituiria completamente a concorrência e o livre mercado capitalistas, o imperialismo enquanto fase mais avançada do

capitalismo produziria guerras entre esses grandes conglomerados de capital e através dessas guerras emergiria o processo revolucionário ao socialismo.

Gerratana (1987, p. 21), aponta as diferenças na constituição da fase imperialista em Lenin e Bukharin:

A primeira diferença substancial se refere à relação estabelecida na fase imperialista do capitalismo, entre concorrência e monopólios. Já vimos como em Bukharin a oposição entre esses dois termos fica superada em uma visão teórica simétrica, na qual ao crescimento da luta concorrencial entre os grandes complexos monopolistas do mercado mundial corresponde um decréscimo da concorrência em cada uma das economias nacionais, dentro do que ele define com termos significativos um “truste capitalista de Estado”. Na realidade, essa caracterização simétrica não se baseia em uma análise dos dados econômicos objetivos, mas resulta muito mais de exigências formais de construção harmônica do esquema teórico, isto é, da exigência de preencher as lacunas da análise.

Lenin (2011) afirmava que não existe monopólio sem livre concorrência, isto é, esse processo conduziria a uma convivência contraditória entre os monopólios e a livre concorrência, isto é, o aumento dos grandes complexos monopolistas não resultavam na ausência da livre concorrência. Portanto, Lenin (2011), também, divergia de Hilferding sobre o imperialismo encaminhar a superação das crises. Para isso, era necessário que o partido revolucionário tomasse o poder e avançasse à etapa socialista, na qual a concentração do mercado, em um projeto de planificação, com finalidade de suprir as necessidades da classe trabalhadora, poderia encerrar a destruição de capital proporcionada pela anarquia de mercado.

No VIII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Lenin expõe essa divergência:

O concreto do camarada Bukharin é uma exposição livresca do capitalismo financeiro. Na realidade observamos fenômenos heterogêneos. Em cada província agrícola, ao lado da indústria monopolizada, observamos a livre concorrência. Em nenhuma parte do mundo existiu nem existirá capitalismo monopolista sem livre concorrência numa série de setores. Descrever tal sistema seria descrever um sistema afastado da vida e errado (FERNANDES, 1991 p. 37).

Em seguida, Lenin expõe, no congresso, que essa posição sobre os monopólios conduzia às mesmas conclusões reformistas de Hilferding, isto é, não há a necessidade de um partido e tampouco de um processo revolucionário para superar as contradições da anarquia de mercado:

Defender o ponto de vista de que existe um imperialismo integral, sem o velho capitalismo, é tomar os desejos por realidade [...]. Se tivéssemos perante nós um imperialismo integral, que tivesse transformado radicalmente o capitalismo, a nossa tarefa seria cem mil vezes mais fácil. Teríamos um sistema no qual tudo estaria subordinado apenas ao capital financeiro. Então só teríamos que eliminar a parte superior e colocar o resto nas mãos do proletariado. Isto seria extraordinariamente agradável, mas isto não existe na realidade. Na realidade, o desenvolvimento é tal que nos obriga a proceder de modo completamente diferente (FERNANDES, 1991 p. 37).

Tanto para Lenin (2011) quanto para Bukharin (1986) o imperialismo representa uma etapa histórica do desenvolvimento capitalista. A fase monopolista do capital se desenvolve posteriormente à grande indústria e ao predomínio do capital industrial, que, por sua vez, sucedeu a fase de predomínio do capital comercial e da manufatura. O que os difere, em estrutura do argumento, é a categoria de anarquia de mercado.

Para Bukharin (1986) a anarquia de mercado seria superada mediante o aumento da concentração imperialista, argumento que se aproxima das proposições de Hilferding. No entanto, a concorrência imperialista, apesar de reduzir a anarquia da concorrência de mercado, cria blocos de disputas interimperialistas:

É essa razão por que as contradições fundamentais do capitalismo - que, com seu desenvolvimento, se reproduzem em ritmo crescente - encontram, em nossa época, expressão particularmente violenta. É o que igualmente se passa com a estrutura anárquica do capitalismo, expressa na concorrência. O caráter anárquico da sociedade capitalista fundamenta-se no fato de que a economia social não é uma coletividade organizada que se move segundo uma vontade única, e sim um sistema de economias entrelaçadas pela troca e onde cada qual produz por sua conta e risco, sem jamais adquirir a condição necessária para adaptar-se, em maior ou menor medida ao nível da demanda e à produção das demais economias individuais. Daí a luta entre economias e sua concorrência capitalista. (BUKHARIN, Ibid. pp. 107-108)

Segundo Gerratana (1987), para Lenin o capitalismo monopolista, ou o imperialismo, era uma fase em transição que socializava a produção nos mais variados aspectos, pois arrastava os capitalistas contra sua vontade e consciência para uma nova etapa, em que racionalidade coletiva era modificada qualitativamente pelas ações do capital individual. Entretanto, não se superaria a livre concorrência com a fase monopolista do capital, isto é, na totalidade da economia de mercado, alguns setores sobrevivem e mantêm pequena escala produtiva ou produção mercantil simples. Mesmo diante de condições de oligopólio, a concorrência entre os grandes capitais mantém-se acirrada. Portanto, a etapa do imperialismo não era condição suficiente para a superação da anarquia de mercado. Era preciso que a classe trabalhadora tomasse o poder, sob a direção do partido, para avançar na constituição de uma organização coletiva que superasse a anarquia do mercado.

Assim, Lenin (2011 p. 216) resume o imperialismo como:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo,

do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões.

Lenin (2007), acrescentava à fórmula do imperialismo o papel que cumpria os Estados capitalistas nacionais. Os interesses das classes são irreconciliáveis, portanto, o Estado tem a função de instrumento, pelo qual os interesses da classe dominante são impostos por meio da coerção física às classes dominadas. O Estado não age por interesses próprios, estranhos a esse modelo, e também não exerce a função de conciliar as classes sociais, mas sua atuação comporta-se de maneira a submeter uma classe à outra.

Trotsky (2010) alinhava suas posições acerca do imperialismo e do intervencionismo estrangeiro com sua lei do desenvolvimento desigual e combinado. O capitalismo se desenvolvia na Rússia não de uma forma isolada, mas profundamente relacionado ao capitalismo bastante consolidado na Europa Ocidental.

As leis da história não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases ao amálgama de formas arcaicas e modernas (TROTSKY, 2007 p. 21)

Essas posições acerca do imperialismo levaram Lenin (1987 pp. 144-145) a concluir que o capitalismo se comportava por fases históricas de desenvolvimento enumeradas da seguinte forma:

Enumeramos esses elementos:

- 1) economia camponesa patriarcal, isto é, natural, em grau considerável
- 2) pequena produção mercantil (nela se inclui a maioria dos camponeses que vendem cereais)
- 3) capitalismo privado;
- 4) capitalismo de Estado;
- 5) socialismo

A Rússia é tão grande e tão complexa que nela se entrelaçam todos esses tipos diferentes de Economia social. A originalidade da situação está exatamente nisso.

Lenin (1987) apontava, no entanto, que apesar de entrelaçar todos os elementos, na Rússia dominavam a pequena produção mercantil e o capital privado, cujas bases econômicas

eram a especulação. A luta que o PCUS deveria travar era contra esses dois elementos para construir a fase histórica do capitalismo de Estado.

As economias mais avançadas, o capitalismo encontrava-se em desenvolvimento de sua quarta etapa, com a formação dos monopólios, cartéis e trustes, que seriam funcionais na tomada do poder pela classe trabalhadora e na organização e superação da anarquia de mercado. Por isso Fernandes (1991) lembra que o pensamento de Marx propunha que a transição do capitalismo ao socialismo seria efetivada nos países mais avançados, e considera e que esse processo seria gerado com relativa rapidez. Mas a revolução não aconteceu onde esse monopólio já estava mais consolidado:

O fato é que, nas condições de predominio dos grandes monopólios no início do século XX (que tanto Hilferding, quanto Lenin e Bukharin identificaram como uma nova etapa do capitalismo), a primeira revolução socialista vitoriosa no mundo eclodiu precisamente na Rússia – um país que, embora pudesse ser classificado como ‘imperialista’, mantinha acentuado atraso econômico, político e cultural em relação às demais potências capitalistas da época (FERNANDES, *Ibid.* p. 63).

A primeira tarefa dos bolcheviques, para Lenin, diante da tomada do poder, era fortalecer, portanto, as relações de “capitalismo de Estado”, na Rússia, para avançar à etapa do socialismo. Lenin acreditava que o imperialismo, na medida em que formava o capitalismo de Estado, era a etapa mais próxima antes da revolução socialista mundial.

A concepção de Lenin na passagem ao capitalismo de Estado relacionava-se com a formação de trustes centralizados pelo Estado. Não há eliminação da concorrência, mas mudança na sua forma, quando o Estado se articula com os monopólios em “um só gigantesco truste combinado, cujos acionistas são grupos financeiros e o Estado” (GERRATANA, *Ibid.* p.19). É o truste capitalista de Estado.

Gerratana (1987 p. 19) conclui, então, que as guerras serviriam ao processo de centralização do truste através do seguinte mecanismo:

Por outro lado, devido ao estímulo da guerra e da preparação imperialista da guerra, a estrutura interna do “truste capitalista de Estado” se modifica e torna-se cada vez mais similar à de um “verdadeiro truste”. Tem-se então um processo de centralização acelerada no âmbito do truste capitalista de Estado, que se desenvolve até sua forma mais elevada: a do capitalismo de Estado.

As ideias de Lenin, no entanto, sobre o avanço ao capitalismo de Estado nunca tiveram boa aceitação. Mesmo os que aceitaram, posteriormente, as orientações práticas da NEP resistiam em qualificar a nascente formação social soviética de capitalismo de Estado.

Trotsky, por exemplo, falando no IV Congresso da Internacional Comunista (no dia seguinte ao discurso em que Lenin ratificava uma vez mais suas posições no que se refere à relação entre a NEP e o capitalismo de Estado), apressava-se em salientar: “Eu não emprego com muito gosto o termo capitalismo de Estado [...] Se chamamos à nossa situação de capitalismo de Estado é no sentido muito convencional e eu evito com prazer essa denominação (GERRATANA, 1987 p. 13).

Apesar disso, havia acordo dos principais dirigentes do PCUS com relação ao caráter transitório da formação social soviética, que Lenin (1980 p. 5) assim qualificava:

Este período não pode deixar de reunir os traços ou as propriedades de ambas as formações da economia social, não pode deixar de ser um período de luta entre o capitalismo agonizante e o comunismo nascente. Ou, por outras palavras: entre o capitalismo vencido, mas ainda não aniquilado, e o comunismo já nascido, mas ainda muito débil.

Esse, segundo Trotsky (2005), é o estágio chamado por Marx de “estágio inferior do comunismo”. Era distinguido do superior pois neste último desapareceria, ao mesmo tempo que o último espectro das necessidades, a desigualdade material. A doutrina oficial da URSS dizia que não havia chegado no estágio superior, mas que já realizava o socialismo, isto é, o estágio inferior do comunismo.

O capitalismo preparou as condições e as forças da revolução social: a técnica, a ciência, o proletariado. A sociedade comunista não pode, no entanto, suceder imediatamente à sociedade burguesa; a herança material e cultural do passado é insuficiente. A princípio, o Estado Operário não pode ainda permitir a cada um trabalhar “segundo as suas capacidades”, o que significa fazer o que se quiser e puder, nem recompensar cada um “segundo as suas necessidades”, independentemente do trabalho fornecido. O interesse do crescimento das forças produtivas obriga a recorrer aos habituais normas do salário, isto é, à repartição de bens segundo a quantidade e qualidade do trabalho individual. (TROTSKY, 2005 p. 74)

O primeiro ponto que levanta Preobrajensky (1979), sobre as etapas históricas de desenvolvimento, é que nenhuma formação econômica pode se desenvolver sob forma pura, ou seja, baseando-se unicamente em leis imanentes de uma única formação. Expansão de uma forma Econômica é igual ao afastamento progressivo de outra. Portanto, a luta pela sobrevivência do socialismo nascente dependia da expansão das relações socialistas e a destruição das formas pré-socialistas de sociedade, baseadas na lei do valor.

As contradições das sociedades, presentes no pensamento de Preobrajensky (1979), remetem à disputa entre as leis gerais da acumulação capitalista e a constituição das leis da nova sociedade. A antítese, em essência, é entre o antigo modo de produção capitalista que está baseado na economia mercantil e, portanto, na lei do valor, e a nova sociedade que se forma, baseada na economia planificada.

Carcanholo (2017) aponta que essa lei do valor não é a adequação da forma-preço, mas a forma pela qual as relações sociais são intermediadas dentro do capitalismo. Não se trata, portanto, de uma categoria trans-histórica que possa ser pensada em sociedades pré ou pós-capitalistas. Se há essa disputa no interior da URSS, e, portanto, há uma sobrevivência da lei do valor, essa só pode ser caracterizada como uma sociedade transitória, que disputa com as antigas relações de produção.

Havia uma grande diferença na formação das sociedades capitalistas e socialistas, para Preobrajensky (1979), pois a constituição do socialismo é um processo complexo e único, que não poderia advir do útero do capitalismo, isto é, não poderia desenvolver-se dentro do capitalismo. Em outras palavras, a diferença do socialismo é que a revolução deve ocorrer antes, e a etapa transitória deve ser realizada pela própria direção do partido e do Estado.

Em outras palavras, para o socialismo destruir seu modo de produção anterior, era preciso derrotar as relações pré-socialistas e, assim, garantir-se como modo de produção dominante.

Mas lutar pela reprodução das relações de um determinado tipo, quer dizer, do tipo socialista, significa lutar, em primeiro lugar, pela expansão dos meios de produção que pertencem ao governo proletário; em segundo lugar, significa lutar pela união de números sempre maior de operários em torno desses meios, e em terceiro lugar, pelo aumento da produtividade do trabalho em todo o sistema (PREOBRAJENSKY, 1979 p. 65).

A posição de Trotsky para a economia soviética, em caráter transitório, dada as disputas com o capitalismo, interno e externo, e a sobrevivência da lei do valor, era de que precisava-se, em primeiro lugar, dirigir o processo econômico via planejamento e, em segundo lugar, essa direção deveria ser verificada, em suas decisões, pela própria lei do valor, e em terceiro lugar os problemas de não-coordenação, que adviessem da relação entre o planejamento centralizado e a lei do valor, deveriam ser corrigidos por mecanismos de democracia plena, ou seja, não poderiam ser dirimidos por poder centralizado, vertical e burocrático (CARCANHOLO, 2017).

Preobrajensky (1979) constrói o argumento de que, na acumulação socialista primitiva, o partido tem a tarefa de construir a propriedade social dos meios de produção mercantil, portanto, deve desaparecer a anarquia da produção, substituída pela produção consciente e planejada. O primeiro ato é, portanto, a nacionalização da indústria, pois concentra no Estado os recursos para organização e direção socialista industrial.

Por meio do planejamento econômico a anarquia da produção poderia ser amenizada ou substituída por completo; em outras palavras, o homem passaria a ter o controle dos meios de



produção e não a relação inversa (PREOBRAJENSKY, 1979). Por isso, não apenas a indústria deveria ser nacionalizada, mas também setores auxiliares como transportes e o setor bancário.

A necessidade econômica é percebida com antecedência, considerada previamente, possibilitando uma ação organizada numa dada direção. Toda a diferença reside aí. Mas, quando um novo tipo de relações de produção começa a se impor, ele deve, antes de tudo e sobretudo, lutar por sua existência e consolidação. (PREOBRAJENSKY, Ibid. p.65)

Outra importante tarefa da União soviética, tarefa defendida por Lenin e pelos bolcheviques, era garantir o monopólio do comércio exterior. Em um país dependente e atrasado como era a Rússia, que poderia ter seu setor industrial destruído pela concorrência com países mais avançados, o protecionismo por meio do monopólio do comércio exterior tornou-se um princípio.

Passemos agora ao comércio externo ao sistema do protecionismo socialista (segundo expressão do camarada Trotsky). A instituição do monopólio do comércio externo tem uma importância absolutamente excepcional em todo o sistema econômico socialista. Ela própria aparece, em primeiro lugar, como um dos órgãos da acumulação socialista. Ela constitui, em segundo lugar, um dos órgãos mais importantes de garantia do próprio processo de acumulação sob todos os seus aspectos e sob todas as suas formas e, com isso, um dos mais importantes instrumentos de luta contra a lei do valor da economia capitalista mundial. E, em terceiro lugar, esta instituição é um dos instrumentos mais importantes na regulação de toda a economia da URSS (PREOBRAJENSKY, 1979 p. 117).

Por isso, para caracterizar os Estados transitórios, Hernández (2008), apontava como pontos centrais: 1) planejamento central; 2) propriedade Estatal das principais indústrias e do setor financeiro; 3) monopólio do comércio exterior. Mandel (1981) adiciona ainda o transporte no ponto dois, configurando os meios de produção e circulação, e a supressão legal dos direitos de propriedade privada. O monopólio do comércio exterior tratava de evitar que as pressões externas da lei do valor mundial interferissem na planificação da economia.

Mandel faz o seguinte balanço da economia soviética:

A ausência das regras da lei do valor permitiu, entre outras coisas, que a economia soviética fosse capaz de se desenvolver independentemente das prioridades do setor derivado do lucro e das distorções impostas pelo capitalismo internacional a todas as economias menos desenvolvidas na época do imperialismo. Implica também que tenha sido capaz de evitar o ciclo econômico, as crises periódicas de superprodução e o desemprego conjuntural em larga escala. Ela foi caracterizada por taxas médias de crescimento de longo prazo superiores às dos países capitalistas industrializados, mesmo depois de atingir sua industrialização básica. Mas a sobrevivência da produção parcial de mercadorias, a pressão do mercado mundial e todas as outras restrições mencionadas acima, restringem objetivamente a eficiência e o escopo do planejamento econômico global. Elas implicam flutuações periódicas na taxa de crescimento econômico e uma série de tensões e crises específicas de uma sociedade em transição entre o capitalismo e o socialismo, qualitativamente diferentes da

economia capitalista e socialista. Eles também implicam a possibilidade de superprodução parcial de todas as commodities que continuam sendo commodities. (1981, p. 35 – **tradução nossa**)

Ainda assim, Mandel (1981) aponta que esse processo foi degenerado pela burocracia stalinista que usava o monopólio do poder, através do partido e da direção do Estado, para manter os privilégios, o que gerava fortes distorções na planificação. Em outras palavras, a democracia plena para corrigir as distorções não era posta em prática.

Na União Soviética, portanto, era necessário enfrentar as limitações do processo de acumulação socialista:

Ao contrário, nenhuma acumulação socialista parcial e de reduzida importância é capaz de resolver o problema fundamental da organização socialista da economia. Particularmente, na medida em que se trata da economia da União Soviética; é necessário uma acumulação: 1) que permita a economia estatal atingir a técnica capitalista contemporânea nos lugares onde for impossível a passagem gradual a uma nova base técnica; 2) que torne possível a mudança da base técnica da economia estatal, a organização científica do trabalho, a direção planificada de todo o complexo da economia estatal, medidas que não poderão ser adotadas sem formação de grandes estoques de emergência e reservas planejadas; 3) que garanta o progresso de todo sistema e não somente de partes isoladas, pois a interdependência do movimento do conjunto do sistema torna absolutamente impossível um progresso descoordenado, segundo método da guerrilha capitalista, da iniciativa individual e da concorrência (PREOBRAJENSKY, 1979 p.93).

Era preciso um amplo crescimento produtivo material na URSS para garantir essa acumulação socialista. Caso não se desenvolvessem os meios de produção, a possibilidade de escassez de mercadorias, fraqueza na base industrial e militar acabariam por destruir o socialismo antes mesmo que pudesse se estabelecer plenamente. Por isso, a imposição de avançar à modernidade industrial capitalista, como critica Kurz (1993), na verdade era traduzida como uma necessidade material do próprio socialismo.

O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista, calcada na última palavra da ciência moderna, sem uma organização estatal harmônica [planificada], que submeta dezenas de milhões de pessoas à mais rigorosa observância de uma única norma na produção e na distribuição dos produtos. Nós, marxistas, sempre falamos sobre isso e não vale a pena gastar sequer dois segundos para conversar com pessoas que não compreendem pelo menos isso (os anarquistas e uma boa parte dos esseristas [Socialistas Revolucionários] de esquerda). (LENIN, 1987 p, 148)

Lenin defendia que a Rússia deveria desenvolver essa base produtiva através de caminho semelhante ao traçado pela Alemanha, e afirmava que esse era mais avançado que o próprio caminho dos EUA (FERNANDES, 1991). A Alemanha podia estar abaixo dos EUA em muitos aspectos, mas superava na organização do capitalismo financeiro e na transformação de capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. Assim, o poder soviético

deveria eleger a indústria pesada como motor da economia, tal como estava indicado nas análises de Gershenkron sobre a Alemanha (1968).

Todos conhecemos este exemplo: a Alemanha. Aí temos a “última palavra” da grande técnica capitalista moderna e da organização harmônica [planificada], subordinada ao imperialismo *junker*-burguês. Deixando de lado as palavras sublinhadas, e colocando no lugar de Estado militar, *junker*, burguês, imperialista, também um Estado, mas um Estado de outro tipo social, de outro conteúdo de classe, o Estado soviético, isto é, proletário, e obteremos toda soma de condições que dá como resultado o socialismo. [...] a nossa tarefa consiste em aprender o capitalismo de Estado com os alemães e implantá-lo com todas as forças, em não suavizar métodos ditatoriais para acelerar a sua a implantação do ocidentalismo, para a Rússia bárbara, nem evitar os meios bárbaros de luta contra a barbárie. (LENIN, 1987 pp. 148-149)

Kurz (1993) critica as teorias leninistas sobre o monopólio de Estado quando afirmam que bastava tirar a burocracia burguesa sugadora e pegar aquilo que estava tecnicamente perfeito, em outras palavras, a classe burguesa era mistificada como meta-sujeito social e não como personificação do capital. Não deveria se tratar, portanto, de transferir simplesmente o mecanismo do capital como ele é para o socialismo, mas transformá-lo, em algo qualitativamente novo.

Lenin afirmava que era acordo generalizado que aqueles que tinham medo de avançar ao socialismo eram traidores da revolução, mas reconhecia que o novo regime, surgido da revolução, não seria outra coisa senão um regime de transição, com formas econômicas mistas e até opostas (GERRATANA, 1987)

Para Lenin, a transição do capitalismo para o socialismo é um processo histórico objetivo, resultado do desenvolvimento da sociedade. Não seria possível derrubar o capitalismo, senão através da marcha ao desenvolvimento econômico. Só se podia derrotar o capitalismo mediante uma revolução socialista e a revolução não trazia o socialismo imediatamente, mas levava a um período de transição (JORZOV et al, 1977).

Em outras palavras, a questão central, em Lenin (1987), não era qual política econômica seria aplicada, mas "quem controla" o capitalismo de Estado, por isso a própria liberalização adotada na NEP se justifica. O partido revolucionário, ao dirigir o processo, ou ser o sujeito político da revolução, em nome do operariado, o sujeito social, deveria tomar o poder do Estado e suprimir os antagonismos sociais. Em Lenin, o poder e controle do Estado e qual classe que controla esse poder é o diferencial.

Com esse controle do produtor sobre o produto, estaria extinta a anarquia do mercado, isto é, a produção social seria organizada, pois o Estado centralizador tinha conhecimento dos

lucros e perdas, dos direitos e deveres; o que não acontece quando é a burguesia governando para a burguesia.

Os operários têm em suas mãos o poder do Estado, têm absoluta possibilidade jurídica de tomar todos os milhões, isto é, de não entregar um só copeque que não seja destinado a fins socialistas. Essa possibilidade jurídica que se fundamenta na passagem de fato do poder aos operários é um elemento do socialismo (LENIN, 1987 p. 147).

Trotsky (1987) resume os eventos da URSS da seguinte forma:

Em março de 1917, o czarismo foi derrubado. Em outubro de 1917, a classe operária tomou o poder. Todas as terras, nacionalizadas pelo Estado, passaram para as mãos dos camponeses, que a cultivavam, vendo-se, na atualidade, obrigados a pagar ao Estado um imposto fixo em espécie, que constitui o fundo de construção socialista. Todas as ferrovias, as empresas industriais, tornaram-se propriedades do Estado e, salvo raras exceções, o Estado as faz funcionar em benefício próprio. O sistema de crédito encontra-se nas mãos do Estado. O comércio exterior é um monopólio do Estado (TROTSKY, 1987 p. 197).

Portanto, a posição defendida pelos bolcheviques, e por Trotsky, nesse caso, era que o Estado detinha o amplo controle das relações de produção, e como o próprio Estado era dominado pelo partido, cuja base social era o operariado, bastaria usar esse poder para resolver os problemas econômico-produtivos e avançar ao socialismo.

### 3.1 O COMUNISMO DE GUERRA

Nessa seção será analisado o projeto estratégico do Comunismo de Guerra (1918-1921), com a seguinte divisão de subseções: a primeira observará a questão da guerra e seu impacto para as tomadas de decisões nos planos econômico-produtivos bolcheviques, a segunda e a terceira, trabalharão, respectivamente, os projetos para o campo e para a indústria e os resultados alcançados. A quarta subseção analisará as questões relativas às finanças, ao comércio e às relações exteriores. A quinta subseção exporá as falhas do Comunismo de Guerra e os motivos de sua transição para o novo projeto estratégico: Nova Política Econômica (NEP).

#### 3.1.1 As guerras

O fim do czarismo é marcado por um longo período de guerras. A participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial interrompe o longo período de grande crescimento industrial vivido desde o final da década de 1890 até 1913. Segundo Reis Filho (1983), os interesses

czaristas na guerra envolviam: garantir a hegemonia nos Bálcãs e o controle dos estreitos que dão acesso ao mediterrâneo e, internamente, reunificar o povo russo em torno do czarismo e da defesa da pátria. Imaginavam, os generais, que a guerra seria curta e vitoriosa e disporia de grande apoio popular. “Mas a guerra não seria curta nem vitoriosa. O seu prolongamento e suas sucessivas derrotas corroeriam as bases do czarismo.” (REIS Fº., 1983 p. 39).

A exaustão da luta nos conflitos externos, as grandes perdas humanas causadas (em 1917, 5,5 milhões de soldados haviam sido mortos, desaparecidos, feridos ou presos segundo Reis Filho, 1983), a manutenção da guerra aliada à miséria dos camponeses e à queda da produção industrial levaram à contestação popular. Reis Filho (1983) destaca que havia falta de preparo para a guerra, os soldados eram camponeses mal equipados; a larga utilização de camponeses levou à redução na superfície semeada entre 6 e 11%, a produção de cereais baixou 21% e o preço do pão nas regiões industrializadas subiu 63%.

O governo provisório, que havia se formado após a destituição da monarquia czarista em fevereiro de 1917, não conseguiu se manter no poder, uma vez que não atendia as consignas populares de paz, pão e terra. Os soviets<sup>2</sup> formavam uma instância de duplo poder e tornavam-se mais importantes para dirigir o país do que o governo provisório.

Segundo Bettelheim (1979), em outubro de 1917, existiam cerca de 900 soviets e, paralelamente, comitês de fábrica e soviets de bairros. Os mencheviques e os Socialistas Revolucionários propunham que os soviets não deveriam se organizar como organismos de poder, mas em órgãos de combate e propaganda. Os bolcheviques, que nesse momento controlavam o soviete de Petrogrado e dirigiam boa parte dos operários do país, sustentavam a necessidade de se tornarem órgãos de poder e chegaram a exigir na revolução que todo o poder na Rússia fosse conduzido pelos soviets.

Após os eventos de outubro de 1917, e mesmo com as divisões internas sobre o tema da guerra imperialista, o tratado de Brest-Litovski, isto é, o tratado que retirava a Rússia da guerra foi assinado nos primeiros meses de 1918. Isso causou uma importante divisão no interior do Partido Bolchevique. Nesse período, destaca Bettelheim (1979), os Socialistas Revolucionários e os mencheviques perdiam prestígio nos soviets pois colaboravam com a burguesia e apoiavam a guerra.

---

<sup>2</sup> Os soviets eram os conselhos populares constituído nas bases por representação direta, que elegem delegados em sucessivas instâncias, entre operários, soldados e marinheiros principalmente, mas também entre camponeses e por bairros nas zonas populares.

Apesar da pressão do povo, da incapacidade das tropas e de suas sucessivas derrotas, as consequências para a URSS de romper com a guerra também eram pesadas. Com a inviável manutenção da guerra, Lenin propõe aceitar toda e qualquer imposição alemã:

Lenin pronuncia-se pela aceitação dessas condições [de fazer enormes concessões ao imperialismo alemão: abandono da Polônia, da Lituânia, da Rússia Branca e de metade da Letônia] e pela assinatura imediata do tratado. Além de estar consciente do desejo de paz do país, ele sabe que a desorganização das forças armadas é tal que não poderiam resistir a uma nova ofensiva alemã. (BETTELEIM, 1979 p. 339).

Por outro lado, os bolcheviques se afastavam de Lenin nessa questão:

Trotsky é favorável a uma moratória (“nem paz nem guerra”). Bukharin defende a “guerra revolucionária” (quando não existia nenhuma força capaz de travá-la) mas, por estar isolado, adere à tese de Trotsky, de modo que Lenin encontra-se em minoria no Comitê Central (nove votos apoiam a tese de Trotsky e somente sete a de Lenin). (BETTELEIM, 1979. p. 339).

Bukharin, que nesse momento era membro dos Comunistas de Esquerda, reflete as posições intransigentes do grupo. Bukharin defendia a manutenção da guerra até as últimas consequências enquanto Lenin, que observava a impossibilidade de o exército russo continuar na batalha, propunha a defesa do novo Estado Soviético mesmo que significasse realizar acordos desvantajosos para a Rússia (GERRATANA, 1987).

Trotsky, por outro lado, adere, em poucos dias, à tese de Lenin pela paz, que é aprovada por sete votos a cinco. A URSS, posteriormente, ainda teve que aceitar aderências à lista reivindicatória original alemã: acrescentaram a Ucrânia, a Livônia e a Estônia. O poder soviético perdeu 26% de sua população, 27% de sua superfície cultivada e 75% de sua capacidade de produção de ferro e aço (BETTELHEIM, 1979).

Além da incapacidade militar da URSS para enfrentar a Primeira Guerra Mundial, a guerra civil começava a irromper no país. Grandes potências imperialistas se aliavam ao Exército Branco, que pretendia a restauração da monarquia, para combater o novo governo bolchevique. Segundo Almeida Júnior (2012), totalizaram 14 os países que intervieram direta e indiretamente na guerra civil russa, com tropas, armas e financiamento, entre eles os Estados Unidos, o Império Britânico e a França.

Em outras palavras:

Os três primeiros anos após a revolução foram de uma guerra civil aberta e dura. A vida econômica foi inteiramente subordinada às necessidades das frentes de combate. Em presença de uma extrema falta de recursos materiais, a vida cultural passou para

segundo plano, caracterizando-se pela audaciosa amplitude do pensamento criativo, principalmente o pensamento de Lenin (TROTSKY, 2005 p. 55)

Nesse período, Trotsky organiza o Exército Vermelho para combater a contrarrevolução. Em poucos meses uma organização militar formou-se com 5 milhões de combatentes, a maioria organizados a partir das formações militares czaristas (HERNÁNDEZ, 2008). Apesar de garantir a vitória, os bolcheviques sofreram pesadas perdas na guerra civil.

### 3.1.2 O campo

O importante a se reconhecer, nesse período de guerra civil, é a necessidade de mobilizar toda a economia russa para os esforços de guerra: “A guerra civil e a intervenção militar estrangeira obrigaram o Partido Comunista e o poder soviético a mobilizar todos os recursos materiais e humanos e a reestruturar toda a vida econômica e política para defender as conquistas da Revolução de Outubro.” (KATORGUINE, 1987 p. 107).

Katorguine (1987) aponta que essas condições, das derrotas da saída da Primeira Guerra combinado com a Guerra Civil Russa, impuseram ao partido a elaboração de todo um sistema de medidas extraordinárias, ao qual Lenin chamou de Comunismo de Guerra. O novo Estado, formado a partir da revolução de 1917, era econômica e politicamente instável, precisava formar um exército para combater a contrarrevolução e, ao mesmo tempo, suprir as necessidades fundamentais dos trabalhadores. O Comunismo de Guerra era a estratégia econômica que colocava os esforços produtivos à serviço da manutenção do Estado nascente, implementada pelo partido bolchevique para garantir essas exigências da nova situação.

Os bolcheviques herdaram não só um país atrasado e isolado, mas também arruinado pela guerra civil, fato que aprofundou terrivelmente o atraso material na Rússia. O desemprego era massivo e a fome se alastrou. Com a irrupção da guerra civil já em março de 1918, os bolcheviques, por uma questão de sobrevivência, estabeleceram um regime de controle rigoroso da produção e da distribuição, conhecido como comunismo de guerra. (RODRIGUES, 2006 p. 65).

Preobrajensky (1979), um dos idealizadores do Comunismo de Guerra, ressaltava neste período: 1) a necessidade de confiscar a produção camponesa, para garantir a superação da fome e das necessidades dos trabalhadores urbanos, ainda que não houvesse contrapartida industrial equivalente para pagar essa produção; 2) ainda que a produção não gerasse produto suficiente para reprodução ampliada, era necessário garantir o consumo. Esses dois pontos, que caracterizam a estratégia, foram fundamentais para manter o Estado Soviético.

Naquela época, o que importava era impedir os habitantes das cidades de morrerem de fome. Isso foi conseguido graças às rações fixas de alimentos. O confisco dos excedentes de grãos camponeses e a distribuição das rações não eram medidas próprias de uma economia socialista, mas de uma fortaleza sitiada (TROTSKY, 1987 p. 193).

Em julho de 1918, Yakov Blumkin comete o assassinato do embaixador alemão Wilhelm Mirbach-Harff, sob ordens do Comitê Central dos Socialistas Revolucionários de Esquerda. Por causa deste atentado, com a clara tentativa de retornar à guerra com a Alemanha, os bolcheviques tornaram os Socialistas Revolucionários ilegais e romperam com a unidade para o governo.

Para superar o movimento dos Socialistas Revolucionários, hegemônicos entre os camponeses, a estratégia bolchevique, segundo Carr (1977), foi criar comitês de camponeses pobres, cuja tarefa era auxiliar as condições de confisco dos cereais, principalmente através de denúncias contra os *kulaks*<sup>3</sup> por irregularidades e revelando possíveis locais de esconderijo da produção. Essa divisão enfraqueceu o poder dos soviets dirigidos pelos Socialistas Revolucionários, que passaram a ser apoiados apenas pelos camponeses mais abastados.

Para estabelecer o controle dos abastecimentos foi instituído o Commissariado do Povo de Abastecimentos, que controlava as empresas de consumo e os grandes depósitos por atacado. Segundo Katorguine (1987, p.108), a função do commissariado era “elaborar planos de abastecimentos à população e ao Exército Vermelho e submetê-los à aprovação do Conselho Supremo da Economia Nacional (CSEN<sup>4</sup>) e do Conselho de Trabalho e Defesa (CTD<sup>5</sup>)”, cuja rede encerrava vários depósitos e estabelecimentos de varejo e cooperativas, o que reproduzia uma centralização do poder no consumo dos trabalhadores. Em outras palavras, estabeleceu-se uma ditadura dos abastecimentos.

Já a 13 de maio de 1918, um decreto do CFC [Comitê Executivo Central] da Rússia e do Conselho de Comissários do Povo<sup>6</sup> da RSFSR [Repúblicas Socialistas Federadas Soviéticas da Rússia] outorgava ao Commissariado do Povo de Abastecimentos poderes extraordinários na luta contra a burguesia rural que ocultava as reservas de trigo e especulava com elas. (KATORGUINE, 1987 p. 107).

<sup>3</sup> Camponeses mais ricos que constituíam menos de 10% da população e possuíam as melhores terras e animais. Os camponeses médios constituíam 50% da população e os pobres 40%, segundo Carr (1977)

<sup>4</sup> Também chamado de *Vesenkha* ou *VSNKh*.

<sup>5</sup> Também chamado de STO.

<sup>6</sup> Chamado de Sovnarkom, criado em outubro de 1917, foi composto exclusivamente de bolcheviques indicados pelo partido, chegou a ter membros do SR, entre novembro de 1917 e o verão de 1918, mas depois do tratado de paz de Brest-Litovsk foram expulsos. Lenin foi o presidente até a morte em 1924.



Em agosto de 1918, o Estado estabeleceu outros três decretos para organizar as intervenções nas colheitas: o primeiro autorizava sindicatos a organizar destacamentos alimentares de operários e camponeses pobres para percorrerem as províncias produtoras de cereais, o segundo dava instruções aos Sovietes provinciais ou distritais, aos comitês de camponeses pobres e aos sindicatos para organizarem estes destacamentos, e o terceiro dizia respeito à forma de organização desses destacamentos (CARR, 1977).

Estabeleceram-se o controle e a distribuição rigorosa dos excedentes. Cada proprietário de cereais era obrigado a declarar e a vender ao Estado, no prazo de uma semana, os excedentes, a preço fixo. Os culpados por ocultação de reservas eram declarados inimigos do povo e, por sentença dos tribunais revolucionários, eram presos e seus bens confiscados. (KATORGUINE, 1987 p. 107-108)

A princípio o funcionamento dos abastecimentos era de acordo com a garantia da necessidade, segundo normas rigorosas fixadas de acordo com critério de classe. Com o aprofundamento da guerra e a escassez alimentar, o governo soviético foi obrigado a racionar e organizar a distribuição segundo o trabalho. O plano estratégico ainda era manter o Exército Vermelho forte e esmagar a contrarrevolução para depois reestabelecer a indústria e assegurar a produção e a distribuição socialistas.

Em 11 de janeiro de 1919, por decreto do Conselho dos Comissários do Povo, implantou-se o sistema de cotização de cereais e culturas forraginosas. O seu volume determinava-se pelos pedidos do Exército Vermelho e dos operários da cidade, o que provocava, com frequência, a retirada não só dos excedentes, como também de uma parte dos produtos necessários dos camponeses (KATORGUINE, 1987 p. 109)

Mandel (1952), quando discute a questão do socialismo em um país atrasado e produtor de *commodities*, como a Rússia, levanta a seguinte questão: como efetuar a distribuição num lugar onde o proletário e campesinato aumentaram suas necessidades (ou tomaram consciência delas) mas as forças produtivas ainda são incapazes de satisfazer essas necessidades?

[...] as forças produtivas não são imediatamente adequadas, nem mesmo após um lapso de tempo relativamente breve, a satisfazer esses desejos sociais subitamente multiplicados. A distribuição de bens de consumo de acordo com as necessidades dos consumidores é, portanto, impossível. Como então esta distribuição pode ser efetuada? (MANDEL, Ibid. p. 180)

Mandel (1952) aponta que ignorar a diferenciação e a universalização das necessidades do homem produziria um mercado negro, onde a troca de *tickets* de ração, depois de bens de consumo e por fim instrumentos de trabalho, renasceriam. A economia, portanto, tem de se

submeter ao jogo da oferta e demanda, preços e salários pois não há produção para satisfazer toda a demanda que surge.

Só três sistemas são possíveis para a distribuição: 1) valores de uso no racionamento da pobreza - resultado de um baixo nível de necessidades, correspondendo ao baixo nível de produtividade do trabalho; 2) valores de troca com base na produção de *commodities* - pressupõe funcionamento adequado de um nível mínimo de divisão do trabalho, desenvolvimento da produtividade do trabalho e a diferenciação e generalização das necessidades; 3) valores de uso de acordo com necessidades - pressupõe nível de desenvolvimento das forças produtivas para produção em abundância de bens de consumo.

Houve um ensaio para instituir o imposto em espécie em outubro de 1918, mas esse não se tratou de um substituto das requisições e sim uma forma suplementar de confisco. Os camponeses, que haviam entregue todo o seu excedente, no entanto, ficavam isentos da cobrança. Essa taxa era calculada com base nos animais, na quantidade de terras e no número de pessoas que trabalhavam nela. Esse decreto nunca foi realizado na prática, mas serviu de base para as elaborações de Lenin sobre os planos econômicos posteriores.

Segundo Carr (1977, p. 169), a justificativa de Lenin sobre esse processo era:

A especificidade do Comunismo de Guerra consistia no fato de nós tirarmos, realmente, aos camponeses todos os seus excedentes, e por vezes mesmo o que não era excedente, mas sim parte do necessário à sua subsistência, e fazíamos-lo, na maior parte das vezes, a crédito, em troca de papel moeda. De outro modo não poderíamos vencer os proprietários e os capitalistas num país de pequenos camponeses completamente devastado.

O confisco podia ser moralmente correto, mas gerava um problema produtivo: a requisição simples colocava, no curto prazo, o empobrecimento das reservas, além das constantes sabotagens e ocultações produtivas; e, no longo prazo, a recusa em semear por parte dos camponeses (TROTSKY, 2010).

As formas organizativas do confisco e os comitês de camponeses pobres haviam iniciado uma importante divisão de classes no campo e abria caminho para chegar ao socialismo, isto é, era condição necessária, mas não suficiente. Carr (1977, p. 173) destaca o discurso de Lenin no Primeiro Congresso Panrusso das Seções Rurais, Comitês de Camponeses Pobres e Comunas Agrícolas, quando ressalta que se as revoluções no campo parassem naquele momento, atingiriam o mesmo limite que as revoluções de 1789 e de 1848:

Ainda não tocou no inimigo mais poderoso e mais moderno dos trabalhadores – o capital. Assim ameaça acabar tão abruptamente como a maioria das revoluções na Europa Ocidental, onde uma aliança temporária dos trabalhadores urbanos com o

campeinato conseguiu expulsar a monarquia, os restos do medievalismo, manter a terra mais ou menos limpa dos proprietários e do seu poder, mas nunca conseguiu desenraizar os verdadeiros fundamentos do poder do capital.

Era necessária uma profunda transformação nas relações produtivas do campo para enfrentar os fundamentos do capital. Em 1919, concluiu-se que a questão da produção agrícola e alimentação do povo só poderia ser resolvida mediante criação de grandes unidades de produção no campo. O objetivo central da URSS tornara-se, consistentemente, organizar comunas agrícolas e socializar o trabalho da terra.

Em fevereiro de 1919, um novo decreto produzido pelo VTsIK<sup>7</sup>, conforme destaca Carr (1977), proclamava a transição de formas individuais de utilização da terra, que passavam a ser consideradas obsoletas e transitórias, a formas coletivas. Entretanto, nesse momento o Estado Soviético não poderia levar a cabo nenhuma política que fosse desejável no longo prazo, mas que resultasse queda na produção agrícola no curto prazo.

No final de 1918 e início de 1919, houve uma intensa disputa dos comitês de camponeses pobres para aumentar o poder. Os comitês reivindicavam para eles a transferência do centro de decisões administrativas dos soviets. O Partido Comunista desmantelou os comitês e transformou-os em grupos de pressão nos soviets locais.

Essa nova caracterização partia de uma importante avaliação conjuntural: os camponeses pobres não eram um grupo tão grande quanto se imaginava. Essa mudança de perspectiva sobre os camponeses pobres constituía o reconhecimento do Partido Comunista de terem subestimado os camponeses médios, que passaram a ser caracterizados como essenciais para a política soviética.

Não bastava neutralizar os camponeses médios, era preciso estabelecer uma firme aliança. O Partido tomava como tarefa atrair esses camponeses médios separando-os dos *kulaks* e aproximando-os da classe operária. Percebeu-se que os camponeses médios continuariam a existir durante um longo tempo; portanto, era preciso conquista-los como aliados e, diante da guerra, promover o aumento de sua produção, pois eram importante fonte de excedentes agrícolas.

Lenin reconhecia que era impossível ganhar o camponês médio enquanto não melhorassem suas condições econômicas de vida. Mas, nesse momento, não havia

---

<sup>7</sup> Comitê Central Executivo de toda a Rússia, era juridicamente o órgão supremo do poder. Em outubro de 1917, era composto por 62 bolcheviques, 29 Socialistas Revolucionários, e 10 outros socialistas. Em 1918 torna-se Comitê Central Executivo dos Sovietes de Deputados dos Operários, Camponeses e Soldados de Toda a Rússia, ingressando deputados camponeses.

contrapartidas industriais que suprissem as necessidades do campo em troca de sua produção. Segundo Carr (1977), para Lenin, se houvesse tratores, combustível, máquinas de produção, então o camponês médio seria pela comuna. Se era impossível socializar a agricultura sem tratores, era igualmente impossível obter tratores sem que a revolução se expandisse para o mundo.

As consequências do Comunismo de Guerra no campo foram, em primeiro lugar, que não se conseguiu resolver os problemas agrários; a produção agrícola estagnava, ainda que se recuperassem alguns importantes suprimentos escondidos pelos *kulaks*, rapidamente as reservas se esvaíam. Em segundo lugar, houve considerável reforma agrária com os confiscos de terra dos grandes proprietários como mostra a Tabela 9.

**Tabela 9 - Distribuição percentual da terra em desyatinas (1,093 hectares)**

	1917	1918	1919
Terra não arável	11,3	6,6	5,8
Terra arável até 4 desyatinas	58,0	72,1	86,0
Terra arável de 4 a 8 desyatinas	21,7	17,5	6,5
Terra arável acima de 8 desyatinas	9,0	3,8	1,7

Fonte: Elaboração do autor com base em Carr (1977) p. 188

A participação do segmento de proprietários de terra arável com até 4 desyatinas cresceu em 28 pontos percentuais em três anos, absorvendo parcela importante das porções maiores de terras aráveis. Além disso, a propriedade pequena trabalhada por um cavalo tornou-se predominante na agricultura russa. A grande propriedade desaparecera. A porcentagens de terras sem cavalos era de 29% em 1917 e caiu para 7,6% em 1920. Terras com um cavalo passaram de 49,2% para 63,6%, enquanto aquelas com mais de dois cavalos caíram de 4,8% para 0,9% (CARR, 1977).

O relator dos assuntos agrícolas do VIII Congresso Panrusso dos Sovietes apontou que a área cultivada decrescera cerca de 16% entre 1917 e 1919. A área cultivada com centeio decrescera menos, 6,7%, do que a área de produtos agrícolas especializados, 9,3%, entre os quais, reduções de 27% para o cânhamo, 32% para o linho e 40% para forragem.

Conforme Carr (1977), o crescimento da pequena propriedade teve consequências específicas: 1) encorajou mudanças de produção especializada para agricultura de subsistência, o que já havia sido alertado; 2) o pequeno camponês não só produzia menos, mas consumia proporção maior daquilo que produzia, reduzindo assim duplamente o produto agrícola para as cidades. A requisição era dificultada pois era material e moralmente difícil coagir pequenos e

médios produtores. Para o relator Teodorovich, os principais traços do período foram: 1) empobrecimento geral do campo; 2) decréscimo da cultura especializada para a cultura natural; 3) nivelamento das parcelas camponesas; e o resultado geral foi o declínio da área cultivada e baixa produtividade.

Para Lenin a questão central foi não reconhecer o período transitório para o campo e considerar que na Rússia havia condições de expropriar os camponeses sem pensar em aumento da produção:

O nosso erro consiste – dizia V. I. Lenin – em termos decidido realizar a passagem direta à produção e à distribuição comunistas. Confiamos em que, estabelecida a cotização, os camponeses nos dariam a quantidade necessária de pão, nós distribuiríamos pelas fábricas e, como resultado disso, teríamos a produção e a distribuição comunistas. (KATORGUINE, 1987 p. 112)

O problema não enfrentado pelo Comunismo de Guerra no campo foi a produção, uma vez que o foco foi a distribuição. O Partido Comunista estava muito preocupado com a fome e com os esforços de guerra e não foi capaz de estabelecer outra opção que não a requisição forçada. Katorguine (1987) destaca que, nesse momento, foi a única política possível para o campo, justa, porque capaz de salvar milhões de trabalhadores soviéticos da fome e abastecer o Exército Vermelho. Mas os erros de avaliação do partido o levaram ao falso entendimento de que a Rússia, por ser exportadora natural de cereais, não enfrentaria problemas produtivos e que, se houvesse um eficaz confisco dos *kulaks*, seria possível superar a fome sem uma estratégia política para aumentar a produtividade agrícola.

### **3.1.3 A indústria**

As consequências da guerra civil foram ainda mais profundas na indústria, cujas atividades foram transformadas para abastecer o Exército Vermelho. A política industrial estava fortemente submetida à estratégia militar, o que influenciava em decisões cujas perspectivas refletiam o curto prazo em contraste com o longo prazo.

A necessidade, diante da guerra, era de controle, direção e planificação centralizados. As relações entre Estado e indústria levaram à pauta da nacionalização progressiva de todas as empresas industriais, para combater qualquer boicote produtivo por parte da burguesia ou de setores aliados ao Exército Branco. Para Preobrajensky (1979), a guerra impunha a necessidade de subtrair recursos e produtos de formas pré-socialistas, o que implicava que o Estado socialista nascente deveria agir igual ao capitalismo nascente, que expropriou a propriedade feudal em sua acumulação primitiva.

O Conselho Supremo de Economia Nacional da União Soviética (*Vesenkha*), que havia sido formado em dezembro de 1917, usufruía de poderes, neste período, que incluíam confiscar, adquirir ou sequestrar bens de qualquer empresa ou de qualquer ramo da produção ou do comércio; e tinha competência de dirigir todos os órgãos econômicos e preparar leis e decretos à serem submetidos ao Sovnarkom (BETTELHEIM, 1979).

Segundo Meyer (1995), as primeiras nacionalizações foram por punições contra sabotagens. Até março de 1918, as nacionalizações eram realizadas de maneira punitiva e, em certa medida, espontânea, mas o *Vesenkha* passou a defender que as nacionalizações meramente punitivas passassem a um sistema planejado de nacionalizações. Os dados de Baykov (1948) apontam que, entre outubro de 1917 e junho de 1918, 521 fábricas foram nacionalizadas e somente 72 delas por decisão do Sovnarkom ou do *Vesenkha*.

As nacionalizações e expropriações não foram plataforma central da política bolchevique até maio de 1918, o que descontentava os Comunistas de Esquerda (BETTELHEIM, 1979). A maioria do partido sabia, no entanto, que não adiantava multiplicar as nacionalizações e expropriações se não houvesse condições ideológicas e políticas para uma socialização efetiva. Não se avançava ao socialismo forçando as nacionalizações. Segundo Bettelheim (1979), Lenin diferia a socialização do confisco pela base material para gerir aquilo que foi socializado. O confisco poderia ser realizado apenas com uma resolução enquanto a socialização requeria base material e competência para avaliação e distribuição daquilo que foi confiscado.

A partir da primavera de 1918, esse quadro mudou, pois o poder soviético viu-se obrigado, ainda que sem as bases, a confiscar e nacionalizar a indústria, devido às pressões do proletariado e à hostilidade da burguesia industrial. Isso provocou crescente desorganização na indústria.

As expropriações se aceleraram motivadas pela crescente sabotagem da burguesia. Segundo Dobb (1948), em 28 de junho de 1918, um decreto permite nacionalizar todas as grandes empresas, com capital igual ou mais que 1 milhão de rublos. Esse decreto apenas estabelece o princípio da nacionalização, mas a decisão era realizada segundo cada caso.

Carr (1977) destaca que outros decretos, complementares ao do dia 28, foram implementados para suprir as lacunas deixadas. Entre eles, o decreto de outubro de 1918 reiterava que somente o *Vesenkha* tinha o direito de requisitar empresas industriais. Isso sugeria

que os soviets locais e os Sovnarkhozy<sup>8</sup>, no ímpeto das massas populares com a guerra, faziam nacionalizações por conta própria, sem aprovação da direção nacional.

O resultado desse processo pode ser percebido pelo número de empresas industriais estatais, que passou de menos de mil, em maio de 1918, para três a quatro mil no outono de 1918. Ao final da guerra civil, a burguesia russa havia perdido a maior parte das posições que detinha na indústria e no comércio até 1918 (BETTELHEIM, 1979). Os fortes laços que ligavam essa burguesia ao imperialismo são rompidos. Os laços entre o capital bancário e financeiro internacional desapareciam junto com o Estado que representava seus interesses.

Essas empresas nacionalizadas atendiam as demandas da guerra e das cidades. Não havia produção suficiente para suprir as necessidades do campo, o que determinava o confisco dos produtos agrícolas. A demanda dos agricultores por bens industriais era majoritariamente atendida pelas desorganizadas e espalhadas manufaturas rurais, de base técnica artesanal.

O programa do partido de março de 1919, extremamente interessado no aumento da produção, defendeu a ajuda às pequenas indústrias rurais através de encomendas do Estado e da concessão de crédito financeiro, e permitiu unir ‘trabalhadores rurais individuais, cooperativas de produtores e pequenas empresas em grandes unidades produtivas industriais’ (CARR, 1977 pp. 194-195).

O decreto de 20 de novembro de 1920 nacionalizava todas as empresas com mais de cinco trabalhadores e maquinaria, ou com mais de dez trabalhadores sem maquinaria. Esse decreto, no entanto, mantinha os antigos proprietários até que o *Vesenkha* tomasse alguma ação prática para nacionalização (CARR, Ibid.).

O balanço que Carr (1977, p. 195) faz das nacionalizações traz os seguintes dados:

Um recenseamento da indústria realizado em 1920 nos territórios então sob controle soviético [...], revelava um total de 404 mil ‘estabelecimentos industriais’, 350 mil dos quais estavam em laboração. Destes 350 mil, quase  $\frac{3}{4}$  pertenciam à um único homem ou família; só 26% empregavam trabalhadores assalariados. O total de trabalhadores assalariados na indústria era de 2,2 milhões, ou 89% de todos os trabalhadores empregues na indústria; e destes, 1,41 milhões trabalhavam nas chamadas grandes empresas que empregavam mais de 30 trabalhadores cada. O número total de estabelecimentos industriais nacionalizados com o decreto de novembro de 1920 era de 37 mil, empregando 1,615 milhões de trabalhadores; para além disso, 230 mil trabalhadores estavam empregados em cooperativas industriais.

Carr (1977) aponta, no entanto, que os dados do *Vesenkha* traziam algumas questões mais significativas: 6.908 empresas industriais estavam dependentes do *Vesenkha*, e destas 4.547 estavam realmente nacionalizadas, isto é, sob controle do Estado. Porém, todas as

---

<sup>8</sup> Conselho Local da Economia Nacional.

autoridades concordavam que a nacionalização estava completada nas indústrias: de transportes, construções técnicas, eletricidade, química, têxtil e de papel.

Além das nacionalizações industriais, outro intenso debate se manifestava na direção do Partido Comunista e nos Sovietes: a administração das indústrias. As necessidades da guerra e o vigor na centralização do poder empurravam o debate da eficácia produtiva e duas questões eram levantadas: a necessidade de técnicos especialistas e da responsabilidade individual na administração.

Desde os acordos de paz de Brest-Litovisk, os Comunistas de Esquerda, que discordavam da conciliação, aumentaram as denúncias contra a direção do partido, principalmente na questão das concessões às classes dirigentes. Se para Lenin era fundamental absorver as técnicas e a ciência na administração e produção, para os Comunistas de Esquerda era preciso conservar as formas de organização dos Sovietes.

O Estado soviético tornava-se, progressivamente, mais centralizado. Na mesma medida os Sovietes perdiam poder de decisão e convertiam-se em órgãos consultivos ou de poder decisório em pequena escala, localmente. O *Vesenkha*, que era o órgão responsável por organizar a produção e distribuição, organizava-se, até o outono de 1918 como um conselho, composto por 60 membros: 10 indicados pelo VTsIK, 20 pelos Sovnarkhozy regionais, 30 pelo conselho central dos sindicatos, reunindo-se ao menos uma vez por mês (CARR, 1977).

Depois do outono de 1918, o *Vesenkha* perdeu a função de conselho, tornou-se um departamento de Estado, e a economia passou a ser dirigida pelo Partido Comunista. A nova mecânica do *Vesenkha* era orientar o domínio industrial das nacionalizações. Essa tarefa era realizada por meio dos *glavkis*, órgãos centrais que dirigiam setores industriais. Carr (1977 p. 199) relata que não havia grande distinção entre pertencer ao *Vesenkha* ou ao *glavki*, porque esses últimos foram perdendo estatuto de independentes e assimilando-se em seções do *Vesenkha*, e traz alguns exemplos dos primeiros *glavkis* e suas funções:

As funções do comitê superior do petróleo (Glavneft), um dos primeiros *glavkis* estabelecidos antes da nacionalização da indústria, foram definidas como sendo “organizar e orientar o negócio do petróleo por conta do Estado”, “controlar e regular a indústria privada de extração e de refinação do petróleo”, e “fechar, abrir ou concentrar” várias empresas da indústria. O comitê superior do tabaco (Glavtabak), também uma criação precoce, foi incumbido de organizar “o fornecimento planejado das matérias-primas e a “distribuição planejada dos produtos”.

Neste ponto, é importante lembrar que Lenin nunca teve uma visão fetichista com o poder dos soviets. Durante os anos de revolução, essa forma de organização foi importante para derrubar o governo provisório e por isso o apoio que os bolcheviques deram para o



fortalecimento do poder aos soviets. Com os movimentos de oposição fortificando os soviets, através dos mencheviques e dos Socialistas Revolucionários, a palavra de ordem foi esquecida durante um período da revolução, voltando a ser reestabelecida em setembro de 1917.

Durante o ano de 1917, quando era evidente o risco de os partidos pequeno-burgueses e chauvinistas adotarem uma política antibolchevique e consolidarem sua dominação sobre os soviets, Lenin retirou a palavra de ordem ‘Todo poder aos soviets’, mostrando que esses podiam transformar-se em ‘folhas de parreira da contrarrevolução’. (BETELLHEIM, 1979 p. 141)

À medida que a guerra avançava e se agravavam as dificuldades econômicas, como a escassez de matérias-primas, tornou-se imperativo concentrar a produção nas fábricas mais eficazes e fechar outros setores produtivos para garantir os suprimentos do Exército Vermelho e o consumo das cidades. Esse tipo de medidas só poderia ser tomado mediante uma forte autoridade central. Os soviets iam gradativamente perdendo autonomia e o poder, que era centralizado no Estado e no Partido Comunista.

Lenin defendia, em nome da eficiência produtiva, centralização das decisões de produção, e ao mesmo tempo apontava a necessidade de usar as ciências burguesas para a administração desse corpo produtivo. Para essa tarefa, as massas proletárias não estavam nem ideologicamente e nem cientificamente preparadas, isto é, nos domínios da ciência burguesa o novo Estado socialista precisaria dos antigos técnicos, engenheiros, especialistas.

No período inicial da revolução, a anarquia do controle operário foi seguida de tentativas para aplicar a doutrina, que ia buscar encorajamento em certas passagens de “O Estado e a Revolução” de Lenin, que afirmava que a administração da indústria era questão simples bem dentro das capacidades de qualquer cidadão moderadamente inteligente [...]. Mas em breve se daria uma mudança radical. Em “Conservarão os Bolcheviques o Poder do Estado?” Lenin previa cautelosamente que o novo regime iria precisar de um número muito maior de “engenheiros, agrônomos, técnicos, especialistas cientificamente treinados, de todos os tipos”, que teriam de ser mais bem pagos, “durante o período de transição”, do que os outros trabalhadores. (CARR, 1977 p.203-204).

O decreto de 3 de março de 1918, aprovado sob pressão de Lenin, impunha, através do *glavki* (direção principal), a nomeação de um comissário representando o governo e dois diretores, um técnico e um administrativo para as fábricas (MEYER, 1995). Somente as decisões do diretor administrativo poderiam ser contestadas pelos comitês de fábrica. As decisões do diretor técnico só poderiam ser contestadas pela direção central da indústria. A maioria desses diretores técnicos era de engenheiros e antigos dirigentes capitalistas das empresas.

Essas novas elaborações e medidas foram duramente criticadas no interior do Partido Comunista, por parte dos dirigentes sindicais do partido e também pelos Comunistas de Esquerda. Os Comunistas de Esquerda afirmavam que remover o poder dos sovietes e ainda reconstituir, dentro das fábricas, o poder dos antigos capitalistas e seus técnicos era uma traição à classe trabalhadora e levaria ao ressurgimento do domínio capitalista. O grupo era, portanto, contra a nomeação dos diretores, contra a autoridade a eles conferida e contra os salários mais altos que recebiam. Para os Comunistas de Esquerda, isso era uma violação das teses de abril: “[...] os funcionários não deveriam receber um salário superior ao salário médio do operário, e deveriam ser eleitos e destituíveis por seus eleitores.” (BETELLHEIN, 1979 p. 142).

Os Comunistas de Esquerda observam o descontentamento das massas operárias e dos sovietes com as novas políticas do Partido Comunista. Havia contestação de os *glavki* serem vetores de uma direção vertical da indústria, com cada um sendo a única entidade responsável; por outro lado, o Sovnarkhozy argumentava em favor do horizontalismo, no qual as atividades industriais seriam coordenadas por uma autoridade provincial. Saprnov, membro dos Comunistas de Esquerda, dizia que os *glavki* queriam substituir a organização dos sovietes por organização por departamentos e a democracia por burocracia (CARR, 1977).

Esses ataques são um reflexo da pressão exercida sobre o partido por uma fração da classe operária desejosa de conservar as formas existentes de organização dos comitês de fábrica e do controle operário, e que não admite a entrega de postos de responsabilidade ou de direção nas fábricas e nos diversos órgãos do VSNKh<sup>9</sup> a capitalistas e a técnicos, a engenheiros e a administradores burgueses. (BETELHEIM, 1979 p. 341)

Os Comunistas de Esquerda denunciavam, então, a direção do partido em sua:

[...] “centralização burocrática”, a influência dos comissários, a perda de independência dos sovietes locais e o abandono, na prática do tipo de Estado-comuna auto administrado a partir da base. Bukharin [no período que pertencia aos Comunistas de Esquerda] recorda a afirmação de Lenin em *O Estado e a revolução*, de que “toda cozinheira deveria aprender a gerir o Estado”, e acrescenta: “Mas que acontece quando cada cozinheira tem atrás de si um comissário que lhe dá ordens constantemente?” (BETELHEIM, 1979. p. 342)

Gerratana (1987, p. 40) aponta um discurso do Lenin ao Comitê Executivo Central do PCUS em 29 de abril de 1918, para defender a posição dos salários mais elevados:

Hoje, temos que recorrer ao velho método burguês e aceitar os ‘serviços’ dos grandes especialistas burgueses em troca de uma remuneração mais alta. Os que conhecem a

---

<sup>9</sup> *Vesenkha*

situação compreendem isso, mas nem todos param para pensar a respeito do significado de tal medida tomada pelo Estado proletário. É evidente que essa medida constitui um compromisso, um desvio dos princípios sustentados pela Comuna de Paris e por todo poder proletário, que exigem a redução dos ordenados ao nível do salário operário médio, que exigem que se lute contra o arrivismo com fatos e não com palavras.

Quanto à questão da responsabilidade individual na administração, o debate iniciou-se por causa dos problemas que o Sovnarkrom teve de enfrentar com os atrasos e a desorganização nas estradas de ferro. Lenin exigiu a nomeação, em todos os centros locais, de funcionários executivos responsáveis, individualmente escolhidos pelas organizações de ferroviários (CARR, 1977). Essas organizações deviam obediência indiscutível às ordens desses funcionários executivos.

Houve resistência ao projeto sob a mesma alegação de formação autocrática e de burocracia no interior do Estado. Os antigos membros dos Comunistas de Esquerda, que se dissolveu no final de 1919, Saprionov e Osinski, que agora faziam parte do recém fundado grupo Centralismo Democrático, se posicionavam contra e colocavam que a responsabilidade deveria ser coletiva, em nome dos sindicatos. Essa posição tinha relativa aceitação no Partido Comunista.

Depois de intensa discussão e de convencer algumas alas importantes do partido, Lenin conseguiu pressionar pela aprovação do princípio da administração individual das fábricas. A partir de então, nenhuma organização sindical interferiria diretamente na produção das empresas. Quatro possibilidades foram aprovadas para administração individual na fase experimental: 1) o diretor saído dos sindicatos e assistido tecnicamente por engenheiro; 2) o engenheiro especialista como administrador com um comissário sindical adjunto; 3) um especialista como administrador ajudado por um ou dois sindicalistas; 4) um pequeno colégio onde houvesse e onde trabalhasse eficientemente com a condição indispensável do presidente assumir toda a responsabilidade pela administração (CARR, 1977).

Sobre a produção nas indústrias durante o período do Comunismo de Guerra, apesar da ausência de dados consistentes, sabe-se que caiu ainda mais que na agricultura. O decréscimo na produtividade dos trabalhadores também foi maior e uma das causas era a subalimentação dos operários.

A partir de 1919, começou-se a sentir os efeitos da crise produtiva industrial. As reservas haviam se esgotado e a guerra civil e o bloqueio impediam a sua renovação. Dos 75 mil quilômetros de linhas férreas, apenas 16 mil não haviam sido danificados pela guerra. Carr (1977, p. 214) aponta ainda que:

O Turquestão, a única fonte de abastecimento de algodão, foi totalmente isolado até o outono de 1919; as regiões do Báltico, uma das principais fontes de linho, foram abandonadas, e o comércio com elas só foi retomado em 1920. Os abastecimentos de petróleo, vindos da região de Baku e do Cáucaso, foram totalmente perdidos desde o verão de 1918 até finais de 1919. Só em 1920 é que as principais fontes de carvão e ferro, na Ucrânia, voltaram a estar disponíveis. A crise dos combustíveis foi um dos fatores principais para o colapso industrial. Segundo a estimativa feita em maio de 1919, a indústria estava a receber, nessa altura, somente 10% do seu abastecimento normal de combustível.

As condições da crise na indústria levavam ao desemprego e a um retorno do trabalhador urbano para a produção no campo. Carr (1977) indica que o número de trabalhadores assalariados na indústria, que havia aumentado de 2,6 milhões, em 1913, para 3 milhões em 1917; decaiu para 2,5 milhões em 1918, para 1,48 milhões em 1920/21, e para 1,24 milhões em 1921/22. Isto é, o número de operários, nos últimos anos do Comunismo de Guerra, representava apenas 41% do contingente de 1917.

A economia urbana quase desapareceu durante o comunismo de guerra. Entre 1917 e 1920, a produção de cigarros caiu 78%, de fio de algodão 93%, o ferro-gusa 96% e debulhadores a cavalo 99%. A força de trabalho industrial caiu de 2,6 milhões em 1917 para 1,2 milhão em 1920. Em 1926, os camponeses representavam 82% da população russa, em comparação com 72% em 1913 (ALLEN, 2003 p. 48, tradução nossa).

Essa queda do número de trabalhadores industriais traduziu-se em queda ainda maior na produção, mas funcionou como um atenuante da crise no período. Petrogrado havia sofrido perda de 57,5% da população e Moscou 44,5%. Os dados da queda da produção das indústrias são descritos por Carr (1977, p. 217):

Os piores decréscimos deram-se na produção de minério de ferro e de ferro fundido que decaiu, em 1920, para 1,6 e 2,4% respectivamente, dos números de 1914. Os melhores números eram os do petróleo, cuja produção se encontrava, em 1920, a 41% do nível de 1913. Em seguida vinham as têxteis, e o número para o carvão era de 27%, mas as porcentagens de 10 a 20 eram normais. Um cálculo de valores, em termos de rublos antes da guerra, mostrava que a produção de bens totalmente manufaturados em 1920 atingiu somente 12,9% do valor de 1913 e a produção de bens semiacabados 13,6%. O paradoxo era o estabelecimento da “ditadura do proletariado” fora seguida de clara diminuição, quer de número, quer de peso específico na economia, da classe em cujo o nome a ditadura se exercia.

### **3.1.4 Finanças, comércio e relações exteriores**

As relações comerciais que se estabeleceram entre a cidade e o campo foram bastante tumultuadas. Como vimos, as prioridades eram suprir os operários, para estabilizar a

governabilidade nas cidades, e o Exército Vermelho, que combatia a contrarrevolução. Assim, a fraca produção industrial não gerava produto suficiente para que se estabelecessem relações de troca equivalente com os produtos agrícolas.

Katorguine (1987) afirma que nesse período o mercado era restringido pois o Estado não poderia aceitar o livre comércio, uma vez que os produtos alimentícios, já escassos, seriam utilizados pelos pequenos produtores e pela burguesia para lucrar. A livre circulação de mercadorias, regulada pela oferta e demanda, foi substituída pelo intercâmbio forçado de produtos, segundo plano único. Esta substituição, combinada com os erros cometidos pela direção do Partido Comunista, tornaram a produção alvo frequente de sabotagens dos antigos proprietários. A redução do comércio piorava ainda mais o abastecimento, faltavam matérias-primas, combustíveis e alimentos, além de especialistas e operários qualificados, o que provocava o aumento na especulação dos produtos através do mercado clandestino.

Lenin (1987) enxergava o camponês médio como possuidor de excedentes de cereais e que a utilização desse excedente para obter ganhos com especulação tornava-o explorador da fome do operariado. Esse camponês, portanto, tinha um duplo caráter de classe, pois vivia como trabalhador, isto é, do trabalho próprio, ao mesmo tempo em que possuía excedentes que considerava sua propriedade e, portanto, que poderia vendê-los livremente.

Por outro lado, como já indicamos, a indústria submetida ao *Vesenkha* tinha diretriz atender às exigências da guerra e, portanto, não atendia às necessidades do campo. O foco da política industrial era estender o controle do Estado sobre as indústrias de bens de consumo dos operários e militares.

Em novembro de 1918, estabeleceu-se, por meio de decreto, as relações entre o *Narkomprod*<sup>10</sup> e o *Vesenkha* para a distribuição dos bens de consumo industriais para os operários:

Todas as mercadorias ‘para consumo próprio ou doméstico’ manufaturadas em fábricas nacionalizadas ou controladas pelo *Vesenkha* seriam transferidas pelos centros ou seções respectivos dos *glavki* para os *Narkomprod*, para serem utilizadas de acordo com um plano triplo. (CARR, 1977 p. 253).

O plano triplo consistia em:

- a) determinação da parte reservada à exportação, da parte que ficaria na reserva e da que serviria ao consumo industrial;
- b) seriam fixados preços de fábrica, de venda por atacado ou varejo;

---

<sup>10</sup> Comissariado do Povo para o Trabalho

- c) estabelecia o método de distribuição das quantidades destinadas ao consumo popular. Esse decreto formalizava o monopólio comercial do Estado.

O poder soviético fazia todo o possível para salvar os operários e soldados vermelhos de morrerem de fome: proibiu-se o comércio privado, estabeleceu-se o abastecimento estatal, a remuneração do trabalho em espécie, a alimentação gratuita para os operários e empregados, os serviços comunais gratuitos, etc. Mas, tais medidas não eram apropriadas aos tempos de paz. Segundo Lenin, a política do comunismo de guerra não podia enquadrar-se com as tarefas econômicas do proletariado. Foi uma medida provisória. (KATORGUINE, 1987 p. 111)

Para extrair maior excedente do camponês, havia fixação e manipulação dos preços por parte do Estado. A fixação de preços, realizada com produtos alimentícios, como o trigo, desde o governo provisório, passou a ser expandida para outros produtos. Em 1920, quase tudo já estava com preços fixados, o Estado aumentava gradativamente os preços dos produtos industriais de forma que os camponeses saíssem prejudicados em favor dos operários.

Em 3 de fevereiro de 1918, o Comitê Central Executivo de toda a Rússia adotou o decreto que repudiava a dívida externa anterior:

1. todos os empréstimos contraídos pelos governos latifundiários russos e da burguesia russa, [...] estão anulados (cancelados) a partir de dezembro de 1917. Os cupons de dezembro não estão sujeitos ao pagamento.
2. Da mesma forma, estão anuladas, igualmente, todas as garantias dadas pelos governos [...] aos empréstimos de diferentes instituições e interesses.
3. Estão anulados, irrevogavelmente e sem exceção, todos os empréstimos estrangeiros. (FERNANDES, 1991 p.77)

**Tabela 10 - Dívida de guerra da Russa com as principais nações aliadas em outubro de 1917, em milhões de Dólares de 2018**

	Dívida (milhões de Dólares)	Porcentagem do total
Grã-Bretanha	53.732,10	70,4%
França	14.707,69	19,3%
Estados Unidos	4.265,23	56,0%
Japão	2.843,49	37,0%
Itália	813,83	1,0%
Total	76.283,90	100,0%

Fonte: Elaboração do autor com base em Fernandes, 1991 p.77

A Tabela 10 mostra as dívidas que a Rússia contraiu durante a Primeira Guerra Mundial com as nações aliadas. A dívida total da Rússia até esse momento era de 105,16 bilhões de dólares, em valores de 2018, isto representava que, durante a guerra, a Rússia contraiu 72,5%

de toda a dívida que os governos czaristas acumularam até 1913. Toda essa dívida foi cancelada pelos bolcheviques.

Os planos econômicos de 1918, cujas propostas eram a nacionalização dos bancos e o não pagamento das dívidas anteriores, foram um fracasso, não resolveram o problema do financiamento das despesas e, ainda, eliminaram um método de obter receitas: o empréstimo. Dessa forma, a emissão de moeda tornou-se a única fonte de fundos disponível para fazer despesas, o que desvalorizou drasticamente a moeda. Essa desvalorização da moeda tornava a política de fixação de preços ineficaz.

A antiga moeda, o rublo, que de toda forma já não valia quase nada – era, para os camponeses, “papel pintado” –, foi abolida e estabeleceu-se um rigoroso sistema de racionamento universal. Como havia desânimo e anarquia na produção, Trotsky chegou a sugerir a completa militarização do trabalho, dos sindicatos e dos demais aspectos da vida social. (RODRIGUES, 2006 p. 66)

O racionamento tornou-se comum, primeiramente realizado através da distribuição de rações em quantidade limitada para o consumo, e posteriormente substituído, parcialmente, por um sistema de salários baseado nas capacidades do trabalhador. Esse racionamento abriu espaço para um importante mercado clandestino. De acordo com Carr (1977), apenas 20 a 25% dos produtos de gênero alimentício consumidos eram originados das rações a preços fixos, o resto era adquirido por vias ilegais. Como o dinheiro perdia valor, até as ferramentas de uso pessoal para o trabalho dos operários eram trocadas por comida.

O comércio externo, durante esse período, foi praticamente nulo em virtude do bloqueio da Europa e da guerra civil. Mesmo em 1920, quando acaba o bloqueio formalmente, havia recusa de aceitar o ouro russo, o que foi chamado “bloqueio do ouro não oficial”. Trotsky (1987) aponta que, desde o final de 1920, a Rússia só comercializava com a Inglaterra com pagamento à vista em ouro, mas mesmo assim a Europa manteve poucas relações comerciais com a Rússia.

O Estado Soviético não se colocava contra as relações comerciais com os outros países, apesar do bloqueio e das pressões ideológicas sofridas para que não se comercializasse com a Rússia. Mas para garantir a manutenção das conquistas revolucionárias, a posição dos bolcheviques era coibir plenamente o livre comércio internacional e monopolizar, através do Estado, sua prática.

No tocante ao intercâmbio de mercadorias, a liderança da URSS defendeu desde o início a manutenção de relações regulares de comércio com os países capitalistas. Mas mesmo aqui, Lenin considerava fundamental preservar a soberania econômica do Estado Soviético diante do mercado capitalista mundial. Isto só seria possível, na sua

opinião, com a monopolização e centralização nas mãos do Estado de todas as relações comerciais com o exterior. (FERNANDES, 1991 p. 78)

Por isso, em abril de 1918 foi decretado o monopólio:

Em 22 de abril de 1918, o Conselho de Comissários do Povo decretou o monopólio Estatal do comércio exterior. Todas as operações comerciais com o exterior, seja de importação ou exportação, passaram a ser conduzidas por organismos estatais especialmente montados para esse fim, vinculados ao Comissários do Povo para o Comércio Externo. Fora desses organismos, ficava expressamente proibida a assinatura de qualquer contrato de importação/exportação. (FERNANDES, 1991 p. 78)

Essa medida era vital contra as relações desiguais da troca externa. Mas não foi central durante a guerra civil, uma vez que, independentemente do boicote das potências imperialistas, que tentavam sufocar a jovem URSS, o comércio externo da URSS entrou em colapso, pois o consumo era todo voltado à manutenção do Comunismo de Guerra e a produção não acompanhava a demanda interna.

### **3.1.5 Comunismo de Guerra e a transição para a NEP**

O Comunismo de Guerra apresentou as seguintes características: uso extensivo de método de requisição forçada, desenvolvimento da troca em espécie, uso amplo de preços fixos e do racionamento, assimilação de cooperativas ao sistema soviético como principal instrumento de recolha e distribuição, crescimento de mercado clandestino. Essas medidas estratégicas foram adotadas para atender as carências das grandes cidades e do exército, em um país desorganizado e mutilado incapaz de produzir equivalente industrial para a troca agrícola. A continuidade dessas trocas entre campo e cidade acarretou em reservas songadas ou sementeiras que baixaram até atender somente a própria necessidade do camponês.

A ideia geral do Comunismo de Guerra era acelerar, na Rússia, a etapa do capitalismo de Estado. Para tanto, Lenin pressionava pela administração científica, em nome do aumento de produtividade, por isso considerava fundamental a contraditória utilização da direção técnica e administrativa dos antigos capitalistas.

O poder soviético confia a direção aos capitalistas, não enquanto capitalistas, mas enquanto especialistas-técnicos ou organizadores, mediante salários elevados [...]. Os operários sabem perfeitamente que 99% dos organizadores das grandes e gigantescas empresas, trustes ou outros estabelecimentos, pertencem à classe capitalista, e também os melhores técnicos; mas são precisamente eles que nós, de partido proletário, devemos empregar enquanto 'dirigentes' do processo de trabalho e de organização da



produção, pois não há mais ninguém que conheça a questão, na prática, por experiência [...]. Os operários [...] não temem o grande ‘capitalismo de Estado’, pois consideram como seu instrumento proletário, que seu poder soviético usará contra a desordem e a confusão que caracterizam a pequena propriedade. (LENIN, 1964 p. 365 apud BETTELHEIM, 1979 p. 143)

Os avanços ao capitalismo de Estado serviriam para a tomada do poder econômico organizada dos operários. O controle completo do Estado se justificava como meio de romper com a anarquia de mercado e com as pressões imperialistas externas e avançar na trustificação forçada, isto é, para uma economia planificada sem destruição de capital.

Mas a política era completar a “trustificação” forçada da indústria que Lenin proclamara desde o outono de 1917 como passo final na organização capitalista e, portanto, condição necessária à construção do socialismo. Cada indústria seria agrupada num único “trust” sob o controle do seu *glavki* ou centro, responsável perante o *Vesenkha* como árbitro supremo da política. Nos finais de 1919, estavam organizados cerca de noventa desses “trusts do Estado”. (CARR, 1977 p. 197).

Bettelheim (1979, p. 131) aponta as medidas importantes tomadas para impulsionar o capitalismo de Estado e romper com as antigas classes dominantes, medidas que concretizavam mudanças principalmente na indústria e no comércio:

As mais importantes são: os decretos sobre controle operário (publicado a 19 de novembro de 1917), formação do conselho Superior da Economia Nacional (VSNKh), nacionalização dos bancos (publicada a 28 de dezembro), organizações de consumo (criação de cooperativas de consumo sob controle dos soviets, publicada a 16 de abril de 1918), monopólio do comércio exterior (publicado a 23 de abril).

No entanto, durante o período do comunismo de Guerra, os resultados foram severas crises e desastres do ponto de vista produtivo. A principal política fora o confisco direto dos excedentes produtivos agrícolas, às vezes “até de sua criação, seus cavalos, etc.” (RODRIGUES, 2006 p. 66). A antiga moeda, que já não valia quase nada e era considerada papel pintado pelos camponeses antes da revolução, fora abolida durante o Comunismo de Guerra.

Os problemas produtivos do Comunismo de Guerra não poderiam ser superados com a acumulação, pois não havia como proceder a reprodução ampliada, como sequer a reprodução simples. Em 1920 a economia retraiu-se em 80% na indústria, 46% na agricultura e 78% nos transportes comparando-se com os níveis de 1913 (GREGORY & STUART, 1986). O bloqueio econômico e a destruição da guerra civil colaboraram para essa retração, mas a insistência no Comunismo de Guerra, na apropriação forçada da produção dos camponeses parece ter se mostrado errada. Em outras palavras, a acumulação era insuficiente para pagar até mesmo a

depreciação, a economia estava mantendo-se à força da expropriação dos camponeses. O modelo era insustentável.

Em 1921, finda a guerra civil, uma nova política foi adotada para elevar o crescimento econômico e possibilitar uma acumulação mais robusta (PREOBRAJESNKY, 1979). O próximo plano estratégico, elaborado no interior do Partido Comunista, chamado de Nova Política Econômica (NEP), repensava as liberdades econômica e produtiva dos camponeses, isto é, na forma de cultivar a terra e nas garantias de sua posse. Esse processo despertou duras críticas internas no PCUS que acusavam a direção de arquitetar uma aproximação com os *kulaks* e reestabelecer relações capitalistas.

No entanto, era preciso retomar a reprodução ampliada para recuperar a economia da URSS. A NEP fora proposta por Lênin e contrariava as propostas de maior rigor no controle econômico elaboradas por Preobrajensky, Trotsky e Bukharin, que num primeiro momento defenderam o controle dos sindicatos pelo Estado, mas posteriormente passaram a apoiar a NEP.

### 3.2 NOVA POLÍTICA ECONÔMICA (NEP)

O propósito do Comunismo de Guerra, a princípio, não era sua substituição por uma economia de mercado, pois havia intenções de progredir, gradualmente, em direção a uma economia planificada socialista. O programa de 1919 afirmava: “No domínio da repartição, a tarefa do poder soviético insiste inflexivelmente na substituição do comércio por uma repartição dos produtos, organizada em escala nacional com base num plano conjunto” (TROTSKY, 2005 p. 56).

O programa e a realidade não poderiam estar mais distantes durante o Comunismo de Guerra. A produção não parava de baixar e não era só por causa da guerra, mas faltava aos produtores o estímulo do interesse individual. “A cidade pedia ao campo trigo e matéria prima sem dar nada em troca, a não ser pedaços de papel coloridos que chamavam dinheiro, devido a um velho hábito.” (TROTSKY, Ibid. p. 56). As disputas se intensificavam entre o Estado soviético, que mandava destacamentos militares para desapropriar os grãos, e o campesinato, que, num primeiro momento, ocultava reservas, enterrando-as e, num segundo momento, passou a semear menos.

As consequências econômicas do comunismo de guerra, cuja falência foi revelada por esses acontecimentos, formavam um círculo vicioso sem qualquer ponta para análise. A um declínio catastrófico na produção industrial, devido em parte à destruição das

fábricas, em partes à desorganização do trabalho, em parte ao incômodo sistema de administração centralizada representado pelo *glavki*, seguiram-se uma ruptura virtual da distribuição estatal ou controlada pelo Estado de mercadorias a preços fixos, provocando um rápido aumento no comércio privado ilícito a preços especulativos e uma forte inflação da moeda corrente; e isto, por sua vez, acelerara a recusa do camponês, perante uma carência de alimentos e uma moeda desvalorizada, em fornecer às cidades as necessárias remessas de cereais, de modo que a população foi progressivamente abandonando os centros industriais e a produção industrial se aproximou ainda mais de uma paragem total. (CARR, 1977 p. 298)

Carr (1977) aponta que havia sido relativamente fácil derrotar a antiga ordem, mas o que se evidenciou depois foi o dilema no atraso econômico da Rússia, por um lado facilitando o caminho ao triunfo, já que o Estado soviético enfrentou oposição de sobreviventes de um feudalismo obsoleto, mas implicando de outro lado a existência de um capitalismo subdesenvolvido e ineficaz. O desafio seguinte era construir o socialismo sem a base capitalista democrática sólida que a teoria marxista considera indispensável, isto significava que era preciso complementar a revolução burguesa antes de avançar.

A herança geral do Comunismo de Guerra é destacada por Trotsky (1987, p. 194): “O que é que herdamos? Nossa herança foi uma economia que conservava ainda traços de proporcionalidade entre os setores. Essa proporcionalidade, contudo, tinha existido sob o capitalismo, mas foi deformada pela guerra imperialista e destruída pela guerra civil.”

Com o fim da guerra civil, o Comunismo de Guerra se tornou injustificável como estratégia econômica. Em 1921, ao justificar o lançamento da NEP, Lênin reconheceria: “erramos ao tentar passar diretamente da produção à distribuição comunista” (apud BLACKBURN, 1992, p. 204). Mikhailova (2013) aponta que o principal formulador da NEP foi Kondratieff, e sua ideia era ter uma economia mista entre a planificação e os instrumentos de mercado.

Nesse período, formam-se quatro grupos mais expressivos, no interior do PCUS, que disputavam posições dentro do partido sobre como deveria ser essa transição e quais caminhos a política e a economia deveriam seguir: a Oposição Operária (Shliapnikov, Medvediev, Kolontai entre outros); os Centralistas Democráticos, grupo formado a partir dos Comunistas de Esquerda (Sapronov, Drobin, Boguslavski, Osinski, V. Smirnov, entre outros<sup>11</sup>), o trotskismo e a direção central, na figura de Lenin (BROUÉ, 1973).

As principais divergências formaram-se ao longo dos anos do Comunismo de Guerra e variavam a respeito da atuação do Estado soviético. Os Centralistas Democráticos e a Oposição Operária, caracterizados posteriormente pelos grupos stalinistas de socialdemocratas-

---

<sup>11</sup> Nesse período, Bukharin já havia abandonado o grupo e suas posições políticas

mencheviques, defendiam menor atuação do PCUS na direção da economia nacional, que deveria ser realizada pelo Congresso de produtores de toda Rússia.

Trotsky, que havia sido bem-sucedido na reorganização do transporte ferroviário implementando uma via dura de controle militarizado de sindicatos, defendeu em novembro de 1920, a substituição dos métodos de guerra na frente econômica. Broué (1973) aponta que Trotsky estava convencido de que a linha estratégica do partido era reconstruir a economia e, para tal, considerava reestabelecer o mercado e substituir as requisições forçadas por imposto em espécie, o que foi a base da NEP. A polêmica não foi aceita pelo Comitê Central do partido que rechaçou as propostas de Trotsky, ainda que Lenin guardasse certa simpatia a elas.

A linha de Lenin aproximava-se das caracterizações de Trotsky com relação à recuperação econômica e dos mercados. Mas se afastava na posição de controle dos sindicatos, em primeiro lugar, porque os interesses do Estado não envolviam apenas os operários, mas também os camponeses, e em segundo, porque essa postura pressionava à burocratização.

O X Congresso do PCUS, em março de 1921, dividiu-se em três linhas: a linha de democratização das decisões econômicas da Oposição operária; a linha de controle Estatal dos sindicatos com Trotsky, Preobrajensky e Bukharin;<sup>12</sup> e a linha da direção apoiada por Lenin. Na votação, as teses de Lenin foram aprovadas por 336 votos, contra 50 nas teses de Trotsky e 18 nas da Oposição Operária (BROUÉ, 1973).

A pressão pela formulação da NEP teve caráter mais de urgência em retomar o crescimento econômico do que o resultado de reflexões acerca do socialismo ou sobre os impactos sobre o operariado. O ponto principal era a recuperação da agricultura que havia reduzido drasticamente sua produção. Lenin, no entanto, sabia que as formulações da NEP eram bastante limitadas e, de certa forma, traçavam uma perspectiva de concessões às relações capitalistas, especificamente no que tange à abertura para as relações de mercado.

Havia uma construção teórica no interior do PCUS no sentido de que a superação do atraso viria da ajuda dos países então imperialistas, quando atingissem suas respectivas revoluções. Considerava-se que, com a vitória da revolução da Alemanha, a Rússia seria abastecida de máquinas e técnicos qualificados, mas isso não aconteceu. Lenin num relatório no X congresso do PC, comparava a situação da NEP a muletas e dizia que a tarefa do partido era esperar as revoluções nos países mais avançados e, enquanto não ocorressem, o socialismo soviético deveria aturar essa situação (FERNANDES, 1991).

---

<sup>12</sup> Essa linha foi modificada, de “militarização dos sindicatos” para “controle Estatal, mas mantendo a democracia interna dos sindicatos”.

Não há dúvida de que a revolução socialista na Europa deve começar e começará. Todas as nossas esperanças na vitória final do socialismo baseiam-se nesta certeza e nesta previsão científica. Nossas atividades de propaganda em geral, e a organização da confraternização em particular devem ser intensificadas e ampliadas. Seria um erro, não obstante, basear as táticas do governo socialista russo nas tentativas de determinar se a revolução socialista europeia, e particularmente a alemã, começarão ou não nos próximos seis meses (ou em um período mais ou menos curto). Como não é possível determinar isso, todas essas tentativas, objetivamente falando, não seriam mais que um jogo de azar (LENIN, 1976 pp. 119-120).

Como a vitória da revolução nestes países não era atingida, o Estado soviético deveria tornar-se capaz de organizar a exploração das empresas a partir de novas bases. Em suma Trotsky aponta três tarefas para o futuro da NEP e a solução dos problemas preestabelecidos durante o Comunismo de Guerra:

Uma vez conquistado o poder, o trabalho de construção, sobretudo no campo econômico, torna-se o trabalho-chave e também o mais difícil. Sua solução depende de fatores das mais variadas ordens e diferentes magnitudes. Em primeiro lugar, do nível de desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo da relação recíproca entre indústria e agricultura. Em segundo lugar, da cultura geral e do nível de organização da classe operária no poder. Finalmente, da situação política internacional e nacional, isto é, se a burguesia foi derrotada decisivamente ou se continua resistindo ainda; se as intervenções militares estrangeiras parecem remotas, se a intelligentsia técnica se dedica à sabotagem, etc. (1987, p.190)

Somadas à essas características e pressionando ainda mais à aceleração na substituição do Comunismo de Guerra, e das requisições forçadas, emerge em 1921 revolta de Kronstadt, caracterizada por Lenin (1987) como desvio pequeno burguês. A revolta foi esmagada pelo Partido Comunista, pois era tarefa primordial manter a governabilidade e não perder o poder operário para uma possível restauração capitalista oportunista. Mas a revolta deixou uma marca da insatisfação popular com a crise econômica e forçou agilidade no processo de implementação da NEP para recuperação da economia.

### **3.2.1 Imposto em espécie e plano de produção agrícola**

A primeira e mais importante discussão da NEP, que justificava a mudança de paradigma econômico, era a resolução do problema produtivo no campo. As reivindicações dos camponeses envolviam maior liberdade para seus excedentes, seja para ampliar o consumo próprio, seja para vender no mercado. Havia uma pressão pelo fim do confisco por parte do Estado, e essa pressão resultava em redução crítica da produção agrícola pela redução da semeadura.

Para cumprir as tarefas econômicas da industrialização e da transição socialista nestas condições, fazia-se necessário, primeiro, reorganizar a economia devastada por anos seguidos de guerras e desenvolver as forças produtivas a um nível que permitisse a socialização da produção. Foi com esses objetivos que o poder soviético decidiu lançar a nova política econômica (NEP) (FERNANDES, 1991 p. 80).

A concepção fundante da NEP, no que tange à discussão agrícola, foi observar, em primeiro lugar, as características do campesinato russo. Lenin (1987, p. 154) apresenta as estratificações que existiam no interior do campesinato: “Os Camponeses “pobres” (proletários e semiproletários) se transformaram, em um grande número de casos, em camponeses médios. Em consequência disso, o “elemento” pequeno-burguês, pequeno-proprietário, se reforçou.” Em segundo lugar, era preciso reconhecer quais as exigências desse novo campesinato pelo domínio sobre a sua própria produção; e em terceiro lugar, quais as consequências resultantes da disputa com esses setores.

A isto, temos que acrescentar má colheita de 1920, a falta de forragens, as epizootias, o que impediu ainda mais a recuperação dos transportes e da indústria, tendo refletido, por exemplo, o fato que tivemos de transportar a lenha, nosso principal combustível, com poucos cavalos de que os camponeses dispunham (LENIN, 1987 pp. 154-155).

A má colheita de 1920, se repetiu no ano seguinte e foi agravada pelo bloqueio que os países capitalistas realizavam sobre a URSS desde a revolução. Como a exploração colonial era inaceitável para o programa soviético, a crise se intensificava em solo russo. E revoltas, como a de Kronstadt, começavam a emergir. “Em 1921, os bolcheviques controlavam a maior parte do país, mas a economia estava em frangalhos. A produção de grãos foi de 56 por cento menor que os níveis de 1913, a produção pecuária caiu 73 por cento e a produção industrial caiu 70 por cento.” (ALLEN, 2003 p. 49 – tradução nossa).

Diante dessas condições, os bolcheviques propõem uma tática de atuação nova sobre o campesinato. Lenin (1987) conclui que era necessário melhorar a vida dos camponeses após a guerra, caso contrário a indústria sofreria um entrave pela falta de pão, para alimentar o operariado urbano, e de combustível. Os motivos deste foco no campesinato se explicam nas tarefas da ditadura do proletariado e no entendimento de seu significado:

A ditadura do proletariado significa a direção da política pelo proletariado. Este, como classe dirigente, dominante, deve saber dirigir a política de tal modo que resolva, em primeiro lugar, a tarefa urgente, a mais “cadente”. Atualmente o mais inadiável são as medidas capazes de elevar imediatamente as forças produtivas da economia camponesa [...]; tomar outro caminho diferente significa colocar os interesses corporativistas dos operários acima dos interesses de classe; significa, pois, sacrificar em troca do aproveitamento de vantagens imediatas, parciais e momentâneas, os interesses de toda a classe operária, de sua ditadura (LENIN, Ibid. p.155).

Para aumentar a produção agrícola e estimular o camponês à produzir mais a proposta da NEP era instituir o mercado e incentivar o comércio dos produtos agrários. A ideia era dar maior liberdade de uso dos excedentes que os camponeses reivindicavam: “Uma função importante da NEP era, portanto, dar ao camponês duas coisas a que ele atribuía o mais alto valor: liberdade para escolher a forma como iria cultivar a terra, e segurança de posse” (CARR, 1977 p. 315).

A indústria necessitava do produto do campo para expandir-se, portanto, o Estado ainda precisaria expropriar parte da produção agrícola e, como a ideia do confisco já havia sido rechaçada, a nova proposta envolvia o imposto em espécie. O imposto em espécie não era novidade, havia sido introduzido em 1918, mas as requisições continuaram e o imposto acabou abandonado. Em fevereiro de 1920, Trotsky propôs substituir requisições pelo imposto em espécie, calculado sobre a porcentagem da produção e a efetivação da troca de mercadorias com o campesinato mais numa base individual do que coletiva. Na época, Lenin se opõe ao projeto e acabou ganhando a votação. Mais tarde, em fevereiro de 1921, Lenin apresenta plano semelhante ao de Trotsky, com a instituição do imposto em espécie (BROUÉ, 1973).

A proposta de Lenin apresentada ao Comitê Central em fevereiro de 1921 pode ser resumida:

Esboço da ideia da NEP apresentada por Lenin ao Comitê Central continha os termos:

1. Satisfazer os desejos do campesinato não filiado ao partido de substituir a requisição (significando a apropriação dos excedentes) por um imposto em cereais;
2. Reduzir o nível deste imposto em comparação com a requisição do ano anterior;
3. Aprovar o princípio do nivelamento do imposto com o esforço do cultivador, diminuindo a sua taxa proporcionalmente a um aumento do esforço do cultivador;
4. Ampliar a liberdade do cultivador utilizar o seu excedente, em relação ao imposto, em trocas econômicas locais, com a condição de pronto e total pagamento do imposto (CARR, 1977 p. 308).

Lenin afirmava que era preciso tomar medidas urgentes para aumentar as forças produtivas no campo e concluía que:

Isso não pode ser feito sem profundas modificações na política de abastecimento. Uma mudança desse tipo é a substituição do sistema de confisco pelo imposto em espécie, o que está vinculado à liberdade de comércio, após o pagamento do imposto, pelo menos nas transações econômicas locais (LENIN, 1987 p. 156).

O imposto era calculado como porcentagem dos cereais colhidos e era progressivo: mais leve para camponeses médios e pobres. A responsabilidade coletiva foi abolida e responsabilizou-se o camponês individual pelo pagamento do imposto. Um fundo do Estado

deveria fornecer bens de consumo e equipamentos agrícolas àqueles que trocassem excedentes voluntariamente cedidos para além do imposto.

A Tabela 11 mostra a relação de imposto baseado na colheita média entre 1920 e 1921. O imposto oficial estava baseado na colheita média, para os anos de 1920, quando estava instituído o confisco, e, portanto, a base de imposto era substancialmente maior; e 1921, quando começou a adoção do imposto em espécie. A expectativa de arrecadação substancialmente maior em 1921 representava a confiança de que o comércio poderia fornecer 2,65 milhões de toneladas a mais de cereais para o consumo dos operários.

**Tabela 11 - Imposto sobre cereais em milhões de toneladas**

	1920	1921
Imposto oficial	6,90	3,90
Expectativa de arrecadação	-	6,55
Coletados efetivamente	4,90	2,46

Elaboração do autor com base em CARR, 1977 p. 311

Apesar da área semeada aumentar de 10 a 15% pelos incentivos da NEP, houve uma má colheita, e obteve-se apenas 2,46 milhões em 1921. A crise do confisco, as ocultações produtivas e a má colheita de 1920 explicam o resultado da coleta de 2 milhões de toneladas abaixo da média.

Lenin (1987) dizia que a adoção do imposto era trocar o Comunismo de Guerra pela "justa" troca socialista, pois, durante o primeiro, tomava-se dos camponeses o excedente e as vezes até o não excedente e não era possível entregar ao camponês produto industrial que necessitasse, equivalente ao trigo. O novo projeto estava embasado em dar todo artigo industrial de que necessitava o camponês, em troca de trigo e matérias-primas, ainda que nesse período estivesse excluída a troca equivalente e o imposto em espécie se fizesse necessário. Coletivamente, em 1922, foi instituído que as províncias com maior aumento de produção seriam recompensadas com equipamento de estação elétrica ou frota de tratores.

A NEP introduzia, junto ao imposto em espécie, uma série de medidas de maior liberdade econômica para reestabelecer o comércio e incentivar os camponeses. Inicialmente, em 1921, algumas dessas liberdades eram limitadas, dentre elas: a limitação ao estabelecimento a trocas somente em vias locais; a proibição de arrendar, comprar ou vender terras e de assalariar trabalho. Todas essas limitações, no entanto, eram burladas fraudulentamente durante o Comunismo de Guerra.



Essa regulamentação mudou com os decretos do VTsIK de maio de 1922, quando trabalho assalariado foi permitido desde que as famílias também trabalhassem em igualdade com os assalariados e famílias que tinham problemas com desastre natural ou perda de força de trabalho podiam arrendar suas terras durante duas rotações, isto é, seis anos. A liberdade de transacionar localmente foi ampliada para os limites nacionais (CARR, 1977).

A propriedade camponesa individual, que era desfavorecida, tanto durante o Comunismo de Guerra, quanto durante os primeiros anos NEP, passou a receber algum estímulo. A princípio, não havia muitos incentivos; frente a uma requisição de excedentes, os agricultores estavam por suas próprias custas e risco. Como as terras pertenciam ao Estado, também não havia garantias de que o camponês que trabalhasse a terra teria sua propriedade e sua produção respeitadas. A mudança que a NEP trouxe apontava na direção de ceder garantias aos camponeses e incentivar sua produção.

Em outras palavras, os problemas que a NEP deveria resolver envolviam dois efeitos do Comunismo de Guerra na questão da posse de terra: 1) tendia fixar formas existentes de posse pela ausência de qualquer incentivo ou oportunidade para modificar 2) criava sentimento de insegurança dado que o futuro da posse de terra dependia do modo como se resolvesse a guerra civil. Osinski queixava-se de o campesinato não ter garantias legais para a exploração da terra (CARR, 1977).

No interior do partido, as disputas internas se intensificavam, pois a NEP significava uma mudança radical, contrária as esperanças estabelecidas até então. Desde o entendimento do sujeito social da revolução: o operariado industrial, que até então era considerado o ponta de lança da revolução, passou a ver a política do partido se preocupar com o camponês atrasado. As políticas de ênfase no campo e nas relações de produção agrárias representavam um sacrifício para o trabalhador urbano, uma vez que os termos de troca passaram a privilegiar o campo.

Preobrajensky argumentava que essa situação levava ao ressurgimento da burguesia agrícola e acabava com as ideias originais dos bolcheviques de: desenvolver os *sovkhozy*<sup>13</sup>, apoiar e desenvolver a agricultura proletária em terrenos atribuídos a fábricas, encorajar agricultura coletiva e trazê-la para a economia planificada como base de transformação da economia camponesa em socialista (CARR, 1977).

Lenin tinha consciência de que a política da NEP, e a liberalização da economia que ela trazia, representavam um perigo de ressurgimento burguês e de possibilidade de retorno ao

---

<sup>13</sup> Fazenda Estatal

capitalismo. “Resulta no ressurgimento da pequena burguesia e do capitalismo baseado na limitada liberdade de comércio (ainda que não seja mais do que local). Isso é indubitável. Fechar os olhos diante de tal fato seria ridículo (LENIN, 1987 p. 157).”

No entanto, a questão central do Lenin era "quem controla" o capitalismo de Estado. Se quem controla o Estado é um partido operário revolucionário, no sentido da classe que esse partido representa, a partir da tomada do poder pela revolução, e se não é controlado pela burguesia, isto é, governado pela burguesia, então a política aplicada, ainda que representasse um risco, poderia contornar essa ameaça. Afinal, um Estado operário poderia usar o poder centralizador do conhecimento dos lucros e perdas, de estabelecer direitos e deveres, para acelerar a dinâmica econômica, se o período assim o exigisse. O que não ocorreria quando se tem a burguesia governando pela burguesia, cujos interesses mascaram e dividem o conhecimento real das variáveis e não se permite alocar centralmente os recursos.

Segundo Lenin, a particularidade do capitalismo de Estado desenvolvida na URSS durante a NEP era que o ‘Estado’ em questão era o ‘poder soviético de operários e camponeses’, e não um Estado ‘burguês/capitalista’. Isto permitiria ao poder soviético controlar as concessões, mantendo o capitalismo de Estado dentro de determinados limites e eliminando-as assim que as condições para isso estivessem criadas (FERNANDES, 199 p. 85)

Fernandes (1991) afirma que Lenin, quando defendia o capitalismo de Estado e a NEP, sabia que, na totalidade, isso caracterizava-se como um recuo estratégico, dada a necessidade histórica e, portanto, representava riscos ao futuro do socialismo. Por isso, defendia que os trabalhadores mantivessem a vigilância. Tratava-se de um recuo temporário.

Lenin tratava a NEP como uma concessão ao pequeno proprietário que, em troca de obter lucros extras, deveria desenvolver as forças produtivas de imediato ou no curto prazo (FERNANDES, 1991). Era como dar um passo atrás, para dar dois à frente; o Estado soviético não tinha meios de explorar a natureza e a indústria, isto é, não tinha máquinas, viveres, meios de transporte suficientes.

A princípio a ideia de NEP, que apesar das controvérsias foi aceita pela maior parte do partido como uma questão de necessidade, pois era interesse imperativo do operariado aumentar a produção agrícola; mas com o passar do tempo multiplicavam as concessões ao camponês, na medida em que a situação do operário era ameaçada com perda de rações e garantias, e com o perigo do desemprego. A grande colheita de 1922, a maior desde a revolução, postergou essas discussões no partido, pois havia ficado claro que foi graças à política de incentivos e à uma

estação favorável. O camponês tinha pela primeira vez excedente para a venda e era encorajado a fazê-lo.

Os resultados posteriores também mostravam a expansão agrícola, mesclando anos de maior e menor colheita. Ainda assim, em 1926-1927, a produção agrícola deu um salto, em seu valor (em preços pré-guerra) atinge 11,17 bilhões de rublos, progressão de mais de 100% em relação à 1921 e 1922, de 6% em relação à 1913 e 5% em relação à 1925-1926. A colheita bruta de cereais atingiu 76,4 bilhões de toneladas, contra 74,5 no biênio anterior, mas ainda inferior à colheita de cereais de 1913, com 82,6 bilhões de toneladas.

Em 1923, Bukharin abandona suas antigas posições contrárias a NEP, e passa a ser um dos seus maiores defensores, após a morte de Lenin e a ascensão do Stálin ao poder, em 1924. Trotsky começava a observar os caminhos que a NEP tomava, especialmente após os anos de recuperação mais intensa, em 1925 e 1926, e escreve sobre a degeneração para a qual a NEP progredia: “Bukharin, então teórico da facção dirigente, lançava aos camponeses seu lema odioso: ‘Enriquecei-vos’! Na teoria isso significava a transformação gradual dos *kulaks* em socialistas. Já na prática, o enriquecimento da minoria em detrimento da imensa maioria” (2005, p. 59).

Em 1925 atinge o auge a política a favor dos *kulaks*. Stálin começa a preparar a desnacionalização das terras. O arrendamento de terras e o emprego de mão de obra assalariada foram legalizados completamente. O campesinato tinha dois polos: o pequeno capitalista e o que trabalhava por jornada. Desde a primavera de 1926, 60% do trigo destinado ao comércio estava nas mãos de 6% dos cultivadores (TROTSKY, 2005).

Trotsky (2005) analisa que a política a favor dos *kulaks* de 1924 a 1926 atrasou a industrialização do país, inspirou a pequena burguesia das cidades e dos campos consciência de classe e levou-a a apoderar-se de numerosos sovietes locais. O Estado, desprovido de mercadorias industriais, estava eliminado do mercado rural, era obrigado a negociar com intermediários comerciantes de matérias-primas.

Nos primeiros anos da implementação da NEP, o sucesso do campo não era seguido pela indústria pesada, mas o aumento da produção agrícola contrabalanceava o baixo crescimento industrial. A questão levantada por Trotsky era que a ascendência dos preços dos manufaturados e redução dos preços agrícolas mostrava o não acompanhamento da produção industrial diante da recuperação agrícola, o que ficou conhecido como “crise das tesouras”.

Essa crise foi pilar para a formação da Oposição de Esquerda, grupo instituído no interior do PCUS em 1923, que reunia, entre seus principais representantes, Trotsky, Preobrajensky, Osinski e Smirnov. O efeito tesoura tratava do afastamento dos preços da

indústria e da agricultura. Se a indústria continuasse atrasada, abrindo-se mais a tesoura, a ruptura entre campo e cidade seria inevitável.

A Tabela 12 mostra essa mudança na relação de preços. Entre 1913 e o biênio 1923-1924, os preços foram favoráveis para a indústria e os preços agrícolas caíram para 33,7% do seu anterior nível relativo aos preços industriais. Essa relação se altera até que, em 1928-1929, os preços agrícolas voltam quase ao patamar de 1913, com 90,3%. Houve uma reversão da tendência, mas não voltou aos níveis de 1913.

**Tabela 12 - Relação dos Preços Agrícolas aos Preços Industriais de Varejo**

Ano	Relação de Preço entre Agricultura e Indústria
1913	100,0
1923-1924	33,7
1924-1926	71,8
1926-1927	71,1
1927-1928	79,0
1928-1929	90,3
1929-1930	76,9

Fonte: Bettelheim (1983) p. 146

A política da NEP favorecia a criação de exploradores, os *kulaks* tiravam vantagem da centralidade do Estado bolchevique no campo. O imposto agrícola era mais pesado sobre os pobres e os ricos ainda obtinham crédito do Estado. Os excedentes de trigo, detidos pelos ricos serviam para submeter os pobres ao trabalho e eram vendidos a preços especulativos à pequena burguesia das cidades.

### 3.2.2 Revitalização e expansão industrial

O primeiro projeto da NEP, para expansão industrial, foi discutido e aprovado ainda em 1920; tratava-se de um plano econômico de eletrificação da Rússia chamado *Goelro* e foi determinante para a industrialização do país. O plano dividia o território em oito regiões, de acordo com suas características específicas de desenvolvimento: Setentrional, Central Industrial, do Volga, dos Urais, do Cáucaso, do Turquestão e da Sibéria Ocidental. Essas regiões foram atendidas num prazo entre 10 e 15 anos através de 30 novas usinas regionais e ao menos três grandes hidroelétricas (NARZIKULOV, 1985).

O primeiro plano elaborado, em 1920, foi o Plano *GOELRO* (Plano Estatal da Eletrificação da Rússia). O Plano garantiu o monopólio estatal sobre a produção e o

fornecimento de energia e previu o crescimento acelerado do setor energético, entre as outras diretrizes principais. (MIKHAILOVA 2013, p.142)

O *Goelro* seria levado adiante através da recém-criada Comissão Estatal do Planejamento (Gosplan). O Gosplan era um órgão técnico encarregado de efetuar os estudos e preparar objetivos de um plano econômico de desenvolvimento, mas, em fevereiro de 1925, através de órgãos descentralizados, o Gosplan substituiu, em parte, o *Vesenkha*; e tornar-se-ia o principal órgão na organização dos Planos Quinquenais.

Lenin (1987) entendia que transferir recursos industriais e pagar os camponeses pela sua produção agrícola era objetivo que não poderia ser realizado enquanto não se terminassem os primeiros trabalhos de eletrificação na Rússia, e se atingisse um mínimo de produtividade industrial.

O foco inicial da NEP não era a indústria, mas a agricultura. A revitalização industrial visava aumentar a produção agrícola, isto é, concentrava-se em produtos das indústrias que seriam trocados pelos agrícolas. A NEP, a princípio, era uma política agrícola, mas não industrial. O congresso do partido que resolveu adotar a NEP sequer discutiu a questão industrial.

Antes de discutir a questão industrial, a NEP, ao refletir sobre as necessidades de expansão agrária, e de instituir o decreto permitindo aos camponeses a troca, estabeleceu autorização para que os operários separassem, da produção total, um fundo para a troca, sendo os produtos reservados trocados por artigos agrícolas.

Não faria sentido organizar a liberação do mercado apenas para o campo, se esse não tivesse com quem efetuar suas trocas. Portanto, a principal função da NEP foi estimular um desejável volume de troca interna, mas também regular e se necessário refrear seu fluxo de modo que impedisse ameaças à construção socialista. O pequeno comércio, que antes era feito ilegalmente, foi então legalizado e reconhecido, mas rapidamente foi substituído quando se reuniram capitais e iniciativa para organizar formas de comércio mais desenvolvidas.

A ideia do PCUS não era impedir o desenvolvimento capitalista, mas sim dirigi-lo em um capitalismo de Estado. Dentro da análise do desenvolvimento da acumulação socialista primitiva, grandes concessões ao campesinato e métodos de mercado ainda seriam etapa inevitável ao desenvolvimento da indústria, durante a transição entre capitalismo e socialismo. Nesse sentido, Trotsky defendia a institucionalização de um mercado para estimular e aumentar a produção:

Isso significa que, antes de um crescimento da produção, devemos passar por uma etapa de acumulação primitiva socialista. Nossa pobreza em carvão, alimentos, locomotivas, casas, etc., mostra a escassez atual dos meios de circulação, contra qual modificamos nossa vida econômica com a finalidade de criar um mercado [...]. Cada empresa estatal, com seu diretor técnico e comercial, deverá necessariamente estar sujeita um controle permanente, que virar não só de cima, ou do Estado, mas também de baixo, isto é, do mercado, que continuará sendo regulador da economia estatal por muitos anos no futuro (1987, pp. 201-202).

Os primeiros passos para organizar a nova a indústria dentro do conceito da NEP, adaptada às relações de mercado, e com foco no aumento da produção agrícola, podem ser apontados:

Os primeiros passos da NEP, no que concerne à indústria, contém-se em dois decretos publicados pelo Sovnarkom a 17 de maio de 1921. O primeiro anunciava intenção do governo de “tomar as medidas necessárias para desenvolver as pequenas indústrias rurais, na forma de empresas privadas ou cooperativas” e de “evitar a regulamentação excessiva e as excessivas formalidades que esmagam iniciativa econômica dos indivíduos ou grupos”; o segundo revogava vários decretos anteriores que limitavam raio de ação e os poderes das cooperativas de produção, ao mesmo tempo que suspendia os efeitos de um outro decreto de 29 de Novembro de 1920 nacionalizando todas as empresas industriais, embora estipulasse que as nacionalizações efetivas antes de 17 de maio de 1921 não eram anuladas (CARR, 1977 p. 328).

A conferência do partido em maio de 1921 estabeleceu o apoio à formação de pequenas empresas privadas e cooperativas e cedeu liberdades de arrendamento de empresas. O foco produtivo não esteve, durante a NEP, na grande produção industrial de bens de capital, mas sim na produção de bens de consumo:

Em primeiro lugar vinha o “apoio às pequenas e médias empresas, privadas e cooperativas”; em segundo lugar, “autorização para arrendar empresas do Estado a pessoas privadas, cooperativas operárias e associações”; em terceiro lugar, “uma revisão parcial dos programas da grande indústria no sentido do incremento da produção de artigos de consumo popular e de consumo diário dos camponeses”; e por último, “um alargamento da independência e iniciativa de todas as grandes empresas relativamente à utilização dos seus recursos financeiros e materiais”. Esta seria a ordem a seguir na legislação Soviética (CARR, 1977 pp. 327-328).

Os arrendamentos poderiam ser realizados por órgãos econômicos locais, sem necessidade de autorização das autoridades superiores. A preferência era para cooperativas, mas o arrendamento privado não estava descartado. Os arrendatários deveriam responsabilizar-se totalmente pelo abastecimento das empresas e dos seus trabalhadores. Além disso, introduziu-se segurança produtiva para essas empresas, na medida em que às pequenas empresas com 10 a 20 trabalhadores eram prometidas a não nacionalização e a cooperação do *Vesenkha* e seus órgãos.

O determinante, apesar das concessões privadas, ainda era a indústria estatal. Kamenev afirmou no X Congresso Panrusso dos Sovietes, em dezembro de 1922, que a indústria estatizada, incluindo os transportes empregava 3 milhões de trabalhadores, contra 70 mil das privadas (CARR, 1977). Trotsky (1987) apontava, em 1922, que as concessões ao mercado foram inexpressivas para falar em triunfo ou volta do capitalismo: o Estado controlava a ferrovia, com 67 mil quilômetros e 800 mil trabalhadores; na indústria, o Estado controlava 4 mil empresas empregando mais de 1 milhão de trabalhadores. Apenas as empresas de segunda ou terceira ordem do setor industrial leve foram arrendadas. O capital privado correspondia a cerca de 30% dos negócios do país, enquanto o Estado e as cooperativas controlavam os outros 70%.

**Tabela 13 - Quantidade percentual de empresas, média de trabalhador por empresa e porcentagem representada na produção total em 1923**

Tipo de Empresa	Estatal	Privada	Cooperativa
Quantidade percentual de empresas	8,5%	88,5%	3,0%
Média de trabalhadores por empresa	155	15	2
Porcentagem da produção total	92,4%	4,9%	2,7%

Elaboração do autor com base em Carr, 1977 p.331

A Tabela 13 mostra os dados da porcentagem de empresas que cada tipo, estatal, privada ou cooperativa, representava na economia; seu nível médio de emprego e o percentual de produção que cada uma representava. O que se pode destacar é que, apesar do número expressivo de empresas privadas, sua participação na economia era muito pequena, devido às suas pequenas escalas e baixa produtividade, comparadas com as empresas estatais. Os setores que mais haviam arrendado empresas foram as indústrias alimentar e de couro, nas quais das 7.100 empresas catalogadas para arrendamento, 3.800 tinham sido arrendadas, empregando 68 mil trabalhadores.

**Tabela 14 - Porcentagem da Produção das Indústrias (por escala de produção)**

Escala da produção Tipo de indústria	Grande			Pequena			Total		
	Estatal	Cooperativa	Privada	Estatal	Cooperativa	Privada	Estatal	Cooperativa	Privada
1925/26	89,6	6,4	4,0	1,7	15,4	82,9	71,9	8,2	19,9
1926/27	91,3	6,5	2,2	2,0	19,0	79,0	73,9	8,9	7,2
1927/28	90,9	7,4	1,7	2,2	30,0	67,6	76,1	11,2	12,7

Elaboração do autor com base em Baykov (1948) p.133

A Tabela 14 apresenta a porcentagem da produção industrial por tipo de indústria. A grande indústria, ao longo da NEP, era tipicamente estatal, e não perdeu espaço na liberalização da economia, pois era considerada central para a planificação socialista. O setor privado esteve mais presente nas pequenas indústrias, onde chegou a deter 82,9% da produção em 1925-1926. Mesmo que a abertura tenha reduzido a influência do Estado na produção industrial, em 1927-1928, a produção estatal, somada as cooperativas, ainda representava 87,3% de toda produção.

Na organização das indústrias estatais também houve mudanças significativas. Os trustes estatais tornaram-se a principal forma organizativa da indústria nas repúblicas soviéticas. No fim de agosto de 1922, o processo de formação de trustes estava virtualmente concluído, com 421 trustes formados, incluindo 50 na indústria têxtil, metalúrgica e alimentar, mais de 40 na indústria de couro e nas químicas; e 20 na indústria elétrica. O número médio era de 10 empresas por truste. Os 380 maiores trustes dispunham de 840 mil trabalhadores, sendo 525 mil na indústria têxtil e metalúrgica

A nova organização dos trustes, no entanto, orientou-se por uma rígida instrução contábil, o *khozraschet*, que tinha 2 princípios: 1) unificar indústrias rentáveis de um mesmo setor, para formar trustes controlados pelo Estado; 2) indústrias não rentáveis eram separadas em empresas menores, se não encontrassem capital privado ou cooperativas interessadas e continuassem sem rentabilidade, seriam fechadas.

As principais características do funcionamento das empresas estatais na base do *khozraschet* são as seguintes:

- 1) cada empresa do Estado é dotada de fundos próprios que constituem sua dotação em capital [...]
- 2) cada empresa do Estado compra suas matérias-primas e seus combustíveis assim como os outros meios de produção, e vende seus produtos; assim ela se insere nas relações mercantis e monetárias, ao contrário da situação que prevalece durante o Comunismo de Guerra
- 3) cada empresa é diretamente responsável pelo emprego de seus trabalhadores: ela mesma deve tomar as decisões concernentes ao número de seus assalariados, as condições nas quais ela os recruta ou os despede etc. Este princípio institui novas formas de separação entre os trabalhadores e seus meios de produção
- 4) o financiamento das atividades das empresas do Estado deve, doravante, depender essencialmente de suas receitas e do sistema bancário
- 5) as possibilidades de desenvolvimento das diversas empresas do Estado dependem, portanto, no essencial, de sua capacidade de autofinanciamento e de sua capacidade de pagar os empréstimos que contraem, seja junto ao Banco do Estado (ou *Gosbank*), seja junto a bancos especializados pertencentes também ao Estado (BETTELHEIM, 1983 p.258).

Trotsky (1987) argumenta que durante um tempo longo o Estado operário ainda se utilizaria de métodos capitalistas, isto é, contabilidade para manter o equilíbrio de perdas e



lucros ligados aos ramos da economia, utilizando o plano para manejar o modelo. Meyer (1995) aponta que, em decreto de 1923, regulamentou-se o estatuto dos trustes, ressaltando sua subordinação aos princípios de contabilidade comercial, do *khozraschet*, para obter lucros, que eram utilizados da seguinte forma: 25% dos lucros reinvestimento na própria indústria; 22% para fundo de beneficência para melhorias nas condições de vida, 3% para bônus dos gerentes e empregados e operários.

Diante do cumprimento contábil, os trustes ganharam certa independência, com gestão autônoma e não financiada pelo Estado. O Estado, por sua vez, não aceitava assumir qualquer dívida contraída pelo truste, e não era obrigado a cobrir perdas eventuais.

O cancelamento dos créditos do Estado, feito a partir da nova base contábil, deixou a indústria em situação perigosa, isolada da fonte onde sempre buscara seu capital circulante. A fonte de crédito das indústrias não vinha mais do Tesouro, era preciso instituir um novo Banco Estatal, o que foi feito em novembro de 1921. O novo banco organizado para promover através do crédito e de outras operações bancárias, o desenvolvimento da indústria e da agricultura e a troca de mercadorias, ganhou o nome de *Gosbank*.

Nas relações de venda no mercado, as empresas que não dependiam do fornecimento de rações, isto é, que não dependiam do Estado para alimentação dos trabalhadores, dispunham integralmente de seus produtos para venda no mercado, enquanto as outras, especialmente ligadas à indústria pesada, dispunham apenas de 50% (CARR, 1977). De qualquer forma, a prioridade de venda era para instituições estatais e depois para cooperativas.

Se por um lado a liberalização do comércio e do controle estatal encorajavam os camponeses, a grande indústria se viu limitada aos seus próprios recursos e a mercê do *khozraschet*. Do outono de 1921 em diante as empresas deixavam de receber créditos do Estado e fornecimento estatal de matérias-primas e de alimentos, sendo obrigadas a se governar sozinhas. Segundo Carr (1977), a falta de crédito e de estoques de matérias-primas, que só podiam ser repostos à preço de mercado, tornava o estoque de produtos acabados o único ativo líquido das empresas, conseqüentemente, quando o apoio estatal cessou, a única solução foi a venda de reservas de produtos acabados em escala extensiva. Isso provocou no mercado o colapso nos preços de artigos manufaturados. A indústria passou a operar com pouca articulação entre seus ramos, e a autoridade central se dividia. Durante a NEP, a concorrência entre essas indústrias agravou o colapso.

Os resultados na agricultura eram rápidos, mas na indústria, o processo era lento. O Estado estimulou primeiro a indústria pequena rural, e indústrias locais que produziam diretamente para o camponês e que exigiam pouco ou nenhum investimento de capital para

equipamento ou renovação de instalações. Nas fábricas, encorajou-se a indústria de bens de consumo, cujos produtos podiam ser mobilizados rapidamente para a troca, em relação desfavorável com a indústria de bens de capital, cujos benefícios são mais remotos.

A Tabela 15 mostra a recuperação industrial, cujos percentuais comparam as produções industriais ao nível de 1912. A queda na produção havia sido grande, com uma média de 16%, do nível de 1912, para o ano de 1920. Essa recuperação foi mais rápida nos artigos de consumo e na indústria rural e artesanal. A indústria de couro, segundo Carr (1977), foi a única que ficou praticamente no mesmo nível de produção de 1912, a indústria têxtil também mostrou recuperação rápida, mas as indústrias pesadas como a metalurgia ficaram intensamente defasadas na sua produção.

**Tabela 15 - Porcentagem da produção nas indústrias em relação ao nível de 1912**

	1920	1922
Indústria rural e artesanal	25%	54%
Indústria de fábrica	15%	20%
Artigos de lã	36%	55%
Linho	35%	72%
Indústria pesada de minas	33%	36%
Petrolífera	16%	39%
Metalurgia	6%	7%

Elaboração própria com base em Carr, 1977 p. 339-340

A política da NEP tendia, claramente, em favor da produção agrícola. Durante o Comunismo de Guerra, quando o preço era fixo, a tendência de preços favorecia a agricultura somente no mercado negro, mas, quando se abandonou esse controle durante a NEP, os preços moveram-se favoravelmente ao produtor agrícola. Essa movimentação afetou negativamente a grande indústria que, praticamente, não mostrou nenhuma recuperação.

Em 1922, esse grande problema na produção industrial fez com que Lenin proclamasse o “fim do recuo” dos preços industriais e desse início à formação de cartéis cuja função era combinar e monopolizar toda a máquina de vendas de uma indústria durante os três meses seguintes. Os trustes de todas as principais indústrias uniram-se para formar este tipo de cartéis, cobrindo de 70 a 100% da produção da indústria. O crescente poder que a indústria adquiriu, pela cartelização, foi o principal fator a deter a constante queda dos preços industriais.

Ao restaurar uma economia de mercado a NEP restaurara a interdependência dos diferentes elementos da economia no quadro normal da ordem capitalista. A intervenção direta do Estado para apoiar as indústrias pesadas era contrária aos novos

princípios. As controvérsias que iriam determinar o destino da indústria e o curso da produção industrial travar-se-iam no campo da política comercial e financeira (CARR, 1977 p. 347).

No investimento externo, a indústria russa ainda realizava modestos esforços para atrair capital estrangeiro, na forma de concessão de empresas mistas. Em 1923, no XII Congresso do Partido, Zinoviev não pôde citar mais de oito companhias mistas com capital total de 300 mil libras e 17 milhões de marcos alemães, além de 26 acordo de concessão envolvendo capital total de 30 milhões de rublos, principalmente em acordos com a empobrecida Alemanha. As concessões continuaram pequenas entre 1925 e 1926, quando a produção da indústria concessionária foi 0,4% da produção total, sendo ainda menor em 1926-27 (MEYER, 1995).

Entre 1924 e 1925, somente 4.260 operários trabalhavam nas treze empresas estrangeiras concessionárias mais importantes. Em 1928, a produção das 68 empresas estrangeiras concessionárias não passava de 0,6% da produção industrial global da URSS. A URSS tinha interesse em aumentar o fluxo de investimentos estrangeiros, o que de fato não ocorreu durante a NEP (NOVE, 1973).

Surgiram, no período, divergências entre Preobrajensky e Bukharin sobre o processo de crescimento econômico e a exportação. A base para ambos era o aumento da poupança agrícola, isto é, vendas menos o consumo do camponês. Bukharin defendia que a expansão dessa poupança geraria recursos para investimentos na indústria, expandindo o mercado interno. Enquanto Preobrajensky abria mão da expansão do mercado interno, uma vez que essa expansão reduziria num segundo momento a poupança do campesinato; seu foco era no aumento de divisas pela exportação. De qualquer forma em ambos os projetos o aumento massivo de vendas na agricultura estava previsto (ALLEN, 2003).

O saldo do pós-guerra deixou, em 1921, a produção de aço com uma queda de 4,2 milhões para 183 mil toneladas, isto é, 23 vezes menor, comparada com 1913. A produção industrial ficou em um quinto do que era antes. Em 1922, a colheita havia caído de 80,1 milhões de toneladas frente aos 503 milhões do nível de 1913. A fome assolou a Rússia. O comércio externo desceu de 2,9 bilhões de rublos para 30 milhões de rublos (TROTSKY, 2005). Em 1923, no entanto, a indústria mostrou recuperação robusta. Duplicou sua produção, comparada com 1922. Em 1926 já havia recuperado os índices de antes da guerra.

A indústria de transformação teve importante crescimento, de 14,5% em 1927, com relação à 1913. Em 1929 esse crescimento é ainda maior e atinge 81,4%, colocando a URSS à frente dos países europeus. Mas também foi um crescimento bastante desigual entre os ramos industriais. Enquanto a produção de hulha e petróleo cresceu pouco com relação ao nível de

1913, a produção de tecidos aumentou 70%. A produção de objetos de consumo cresceu 20%, enquanto o aumento populacional foi de 7% entre 1913 e 1926, o que também indica um aumento da qualidade de vida dos trabalhadores (MEYER, 1995).

Apesar de desigualdades entre ramos, segundo Nove (1990), a produção de calçados e de sal em 1926 é, respectivamente, 3% e 9% maior que em 1913. Outros setores como carvão, querosene, algodão e tecido, estavam em vias de recuperação com 95%, 98%, 87% e 81%, respectivamente, da produção de 1913. Em 1926-1927, o volume da produção é multiplicado por mais de três em relação a 1921-1922. A produção industrial em 1926-1927 era superior em 4% ao nível do pré-guerra. Em relação ao nível do biênio anterior, a produção progrediu 15,6% (MEYER, 1995).

**Tabela 16 - Produção Industrial Bruta, em milhões de rublos – a preços de 1913**

Ano	Toda indústria recenseada	Indústria de pequena escala	Toda indústria
1913	6.390	2.040	8.430
1925/26	5.720	1.860	7.580
1926/27	6.720	2.040	8.760
1927/28	8.140	1.940	10.080
1928/29	9.890	-	-

Fonte: Meyer, 1995 p. 78

A Tabela 16 apresenta a produção industrial bruta em milhões de rublos. O que se destaca é que a queda frente aos níveis de 1913 começou a ser revertida no biênio 1925-1926, mas ainda não havia recuperado completamente os níveis de 1913. Em 1926-1927, no entanto, a recuperação ultrapassa os níveis de 1913 em 5,2%, para os dados da indústria recenseada. Em 1928-1929, a produção industrial já ultrapassou os valores de 1913 em 54,8%.

**Tabela 17 - Toda a Produção em Grande Escala (em milhões de rublos, a preços de 1926/27)**

Ano	1924	1925	1926	1927	1928
Produção de meios de produção	2.959	3.121	4.304	5.372	7.000
Produção de bens de consumo	2.510	4.315	5.973	6.679	8.700
Total	4.469	7.436	10.277	12.051	15.700

Fonte: Baykov (1948), p. 130

A Tabela 17 apresenta os dados da produção em grande escala. Quando analisada a indústria total, o maior crescimento foi na recuperação entre 1924 e 1925, com aumento de

66,4%. O foco do crescimento industrial na NEP era a produção de bens de consumo. Essa produção, que era 17,9% menor que a produção de meios de produção, superou-a em 28% em 1926. Essa relação, no entanto, começa a reverter-se em favor da produção de meios de produção, no final da década, quando a diferença cai para 20%.

Rodrigues (2006) aponta que as quedas produtivas na agricultura, ao longo dos anos do Comunismo de Guerra, foram obra do próprio afastamento dos bolcheviques com relação aos camponeses e, portanto, durante a NEP, a tarefa mais urgente era normalizar essa produção através da liberalização. Além disso, certa liberdade econômica também precisou ser garantida para a indústria, apesar de o Estado permanecer com a maior parte das empresas industriais e com o monopólio do comércio exterior:

Como os bolcheviques haviam cavado um fosso entre eles mesmos e os milhões de pequenos produtores rurais diretos, sua tarefa mais urgente e difícil seria normalizar as relações com os campos e estimular a produção agrícola, reintroduzindo certa liberdade para os camponeses comercializarem sua produção, ou seja, devolvendo-lhes o estímulo de que precisavam. O governo bolchevique permitiu também certo espaço aos capitais privados na indústria e no comércio, permanecendo o Estado com a propriedade das grandes empresas industriais, dos transportes, dos bancos, dos meios de comunicação e com o monopólio do comércio exterior (RODRIGUES, *Ibid.*, p. 68).

Para Trotsky (2005), a indústria não poderia se desenvolver num país que havia esgotado suas reservas. Começou com o empréstimo forçado do campo. O campo respondia com greve produzindo apenas para subsistência. A questão, e as divergências, estavam em saber o que era necessário tomar do campo para a indústria a fim de caminhar a um equilíbrio dinâmico.

Fernandes evidencia a diferença da industrialização no período czarista para o momento histórico da NEP, ao afirmar que o objetivo final do governo soviético era, em essência, oposto ao do período czarista:

Embora em ambos os casos a intervenção ativa do Estado tenha desempenhado um papel destacado no esforço de industrialização, na experiência czarista esta intervenção visava viabilizar a acumulação privada de capital, ao passo que, no caso do poder soviético, objetivo era justamente o inverso – criar condições para superar a propriedade privada e socializar a economia como um todo (FERNANDES, 1991 p.86).

A chave para solucionar os problemas econômicos da Rússia nos anos 1920 era clara: aumentar o investimento industrial e a urbanização em massa. A questão central, no entanto,

era se a agricultura suportaria suprir a demanda por comida nas cidades. O objetivo, portanto, era aumentar a produção agrícola.

A base dessa preocupação com a produção agrícola, era o aumento do consumo dos camponeses, que estimularia sua produtividade. Isso, segundo Allen (2003), fazia sentido, apesar de haver uma preocupação excessiva por parte do PCUS. Mas depois da revolução verde, que permitiu um aumento intenso de produtividade na produção agrícola, um aumento nas vendas não tinha mais a vinculação com uma expansão do consumo dos camponeses.

Allen (2003) aponta que, ainda que tenha havido uma recuperação, a abertura comercial e as liberdades econômicas que os bolcheviques cederam, ao longo da NEP, configuraram uma verdadeira reversão no pensamento construído até então e colocaram uma nova qualidade de problemas. O primeiro deles, era que, não obstante a grande indústria fosse nacionalizada, surgiram durante a NEP pequenas indústrias privadas, favorecendo o enriquecimento de capitalistas e mercadores, os *Nepmen*, por meio das políticas da própria NEP. O segundo problema, estava ligado à própria lógica lucrativa do capital: enquanto capital privado pode abandonar áreas não lucrativas, a economia planejada, como era proposta pelos bolcheviques a princípio, poderia tomar para si as ramificações relevantes e realizar um “*big push*” sustentável para o crescimento econômico.

A indústria da NEP era estatal, mas operava de maneira capitalista. Como resultado, houve duas falhas potenciais. Em primeiro lugar, ao decidir sobre os investimentos, as empresas consideravam apenas seus próprios lucros e ignoravam as vantagens que seus investimentos criavam para outras empresas na economia. Nesse caso, investimentos socialmente lucrativos podem não ser realizados. O planejamento poderia superar esse problema. Em segundo lugar, as empresas só contratavam trabalhadores se gerassem vendas suficientes para cobrir seus salários, isto é, se o valor de seu produto marginal excedesse seu salário. No entanto, na presença de um desemprego estrutural como o da União Soviética, a produção poderia ser aumentada com a contratação de trabalhadores desempregados com um produto marginal positivo, mesmo que este fosse inferior ao salário. As empresas estatais poderiam fazer isso, enquanto as empresas privadas não o fariam. O abandono das práticas de emprego capitalista, conseqüentemente, poderia aumentar o crescimento através da expansão do emprego. A NEP não foi bem adaptada para realizar qualquer uma dessas possibilidades. Ambas foram realizadas pelo sistema de organização econômica de Stálin e se mostraram altamente produtiva (ALLEN, 2003 p. 50 – tradução nossa).

### 3.2.3 Recuperação do Comércio Externo e Finanças

Lenin notou, ao fundamentar a NEP, que era preciso reestabelecer o mercado. Havia milhões de propriedades isoladas, dos camponeses, acostumadas a definir a produção pelo comércio e pela circulação. A indústria, mesmo socializada, deveria se submeter aos métodos de cálculo monetário capitalistas, o plano não podia repousar apenas sobre os dados de

inteligência, a lei da oferta e procura ainda era um corretivo salvador indispensável (TROTSKY, 2005).

A moeda havia deixado de existir e tornou-se papel pintado durante o Comunismo de Guerra. Mesmo quando o PCUS elaborou a NEP, não havia nenhuma ideia sobre as implicações financeiras. O que, a princípio, era apenas uma política de incentivo à produção agrícola, tornou-se um problema de reconstrução monetária, a partir da iniciativa de incentivar o mercado, em especial quando a liberdade de troca local foi substituída pela troca nacional. Nesse momento, a política monetária tornou-se indispensável para a NEP.

O problema era que para reestabelecer o mercado era preciso, primeiro, reestabelecer a moeda. E isso era impossível sem o Estado soviético abrir mão de, até então, sua única fonte de recursos. A moeda precisava inspirar confiança no campesinato para se recompor e garantir uma de suas principais funções: como medida estável de para determinar os preços, qualificando-se para funcionar como meio de troca (MARX, 2012). A questão central era, assim,

[...] como criar uma moeda estável que inspirasse confiança e desempenhar as funções de instrumento de troca. Isto não poderia ser feito enquanto a imprensa estatal continuasse a emitir uma quantidade de rublos ilimitada; e a imprensa do Estado não podia ser controlada enquanto o governo não conseguisse encontrar uma outra solução; e reduzir as despesas públicas aos limites de um rendimento que o Estado pudesse razoavelmente vir a obter era impensável enquanto o Estado não se libertasse dos imensos custos de manutenção da indústria estatal e dos respectivos operários (CARR, 1977 p. 377).

Nesse período tornou-se claro também que a moeda ainda não poderia desaparecer durante a transição capitalismo-socialismo. Entre 1922 e 1924 foi reestabelecido o rublo e um sistema monetário foi colocado em ordem, sob direção Estatal. O que foi verificado no período é que não se podia dirigir os preços se não se levasse em conta a lei do valor. Era necessário reestabelecer métodos de cálculo do capitalismo para racionalizar a produção e ajustar preços relativos (RODRIGUES, 2006).

O novo objetivo do governo soviético torna-se controlar a inflação e garantir estabilidade da moeda. No outono de 1921, reduziu-se a emissão de moedas, os depósitos nas caixas econômicas ou nas cooperativas não poderiam mais ser confiscados e deveriam ser pagos aos titulares quando sacados, o sigilo também não poderia ser quebrado pelo depositante ou pelas autoridades judiciais.

O recém-criado Gosbank ganhou o objetivo primário de controle inflacionário. O banco não foi bem recebido no interior do partido e entre os soviets, pois seus princípios reestabeleciam, em essência, as finanças capitalistas ortodoxas, tendo esse banco estatal como

regulador central da economia nacional. Seus recursos eram limitados ao seu capital inicial e suas taxas exorbitantes. Além da taxa de jutos, havia ainda taxas contra a desvalorização da moeda, cobrava-se uma porcentagem de seguro de 8% ao mês para o Estado, 10% para cooperativas e 12% para instituições privadas (CARR, 1977). Além do Gosbank, havia, durante a NEP, outras instituições especializadas em garantir crédito: Prombank (banco da indústria); Eletrobank (encarregado do financiamento da eletrificação); Tsekombank (encarregado do financiamento das empresas municipais) e o Banco agrícola (BETTELHEIM, 1987).

Em 1921, o Gosbank tenta garantir certa autonomia frente ao Estado soviético e sugere medidas ainda mais em direção ao capitalismo: aumentar o investimento na indústria leve e reduzir na indústria pesada, além de liberalizar ainda mais o mercado. Essas propostas não foram aceitas pela direção do partido, mas as medidas de recuperação da moeda foram adotadas: restaurar a circulação monetária em base metálica (ouro) e o cumprimento inflexível de um plano de limitação da emissão monetária foi o princípio orientador. A moeda deveria ser, para o partido comunista, mais do que papel pintado.

O equilíbrio orçamentário foi atingido com base material, já que houve grande impulso econômico, e base política, pois o Estado recuperou a confiança dos camponeses e operários. O equilíbrio foi alcançado em 1923-1924 e atinge-se, em 1927-1928, quando há crescimento intenso das despesas e receitas, o excedente nos seguintes termos: 4,58 bilhões de rublos em receitas e 4,38 bilhões em despesas.

Assim, no fim de 1922, alcançara-se um equilíbrio breve e até certo ponto ilusório na política financeira e econômica. O impulso fornecido pela NEP e confirmado pela boa colheita de 1922 abriu uma perspectiva ainda um pouco remota de equilibrar o orçamento do Estado e de se substituir, quando revivificar, o rublo moribundo. Mas essas ambições, tão claramente contrárias às dos primeiros anos revolucionários, só poderiam ser concretizadas à custa de vários golpes infringidos sobre outros setores da economia. (CARR, 1977 p. 391).

A Tabela 18 apresenta o aumento significativo da receita tributária na URSS. A arrecadação alargou-se 212,9%, entre 1924-1925 e 1927-1928, último biênio da NEP. Essa expansão tributária prosseguiu nos primeiros anos do I Plano Quinquenal, quando ficou 420,4% maior, entre 1929-1930, comparado com 1924-1925.

**Tabela 18 - Evolução da Receita Tributária (em milhões de dólares de 2018)**

Ano	1924/25	1925/26	1926/27	1927/28	1928/29	1929/30
Total da receita	82.501,09	112.567,16	143.252,75	175.612,03	228.996,79	346.847,87

Elaboração do autor com base em Baykov (1948), p. 104



**Tabela 19 - Gasto Líquido do Orçamento Estatal (em percentagem)**

Ano	1925/26	1926/27	1927/28	1928/29
Economia nacional	26,0	32,5	38,3	41,7
Medidas sociais e culturais	10,5	9,6	9,7	8,9
Defesa	24,3	17,2	17,7	16,3
Administração	10,0	10,0	7,7	6,1
Transferência a orçamentos locais	25,4	24,6	22,1	23,5
Outros gastos	3,8	6,1	4,5	3,5

Fonte: Meyer, 1995 p. 90

Os dados da Tabela 19 apontam para a sensível redução dos gastos com defesa e sua transferência para a produção na economia nacional. Na Tabela Y' esses gastos da economia nacional estão divididos entre a agricultura e a indústria. O orçamento destinado à agricultura superava o da indústria em 13,3%, em 1924-1925. Essa relação alterou-se em favor da indústria e atingiu, em 1926-1927, 119,6%, para voltar a cair e chegar a 86% em 1929-1930. No total, os gastos orçamentários aumentaram 1.370,5% para a indústria e 650,3% para a agricultura, entre 1924-1925 e 1929-1930.

**Tabela 20 - Destinações Orçamentárias à Agricultura e à Indústria (em milhões de dólares de 2018)**

Ano	1924/25	1925/26	1926/27	1927/28	1928/29	1929/30
Indústria	4.196	6.113	12.029	17.656	27.009	57.503
Agricultura	4.752	5.835	5.478	7.579	15.228	30.903

Elaboração do autor com base em Baykov (1948) p. 104

Se por um lado a política voltava-se à estabilização da moeda, por outro a restituição do mercado seguia como sua motivação central. Encerrou-se o período de confisco e da venda compulsiva a preço fixado dos produtos agrícolas. A proposta central era reduzir as quantidades de cereais recolhidas pelo Estado, através do imposto em espécie, e incentivar o camponês com o direito de vender o que restava de sua colheita. pelo preço do mercado livre.

Na indústria, em julho 1921, o imposto era calculado como pagamento sobre direito de licença, que variava de acordo com número de operários e o tamanho da empresa. Entre julho e agosto desse mesmo ano, determinou-se que todas os produtos e serviços fornecidos pelo Estado deveriam ser pagos em dinheiro. Além disso, restaurou-se o princípio do orçamento do Estado, que havia sido abolido durante o Comunismo de Guerra.

O problema dessas medidas era o favorecimento dos *Nepmen*, que enriqueciam na mesma medida em que o mercado se tornava mais livre. A principal questão levantada por

Lenin era acerca de como combater a especulação, que consumia parte importante do produto social, ao mesmo tempo em que reconhecia os avanços da NEP:

O comércio “justo”, que não se esquite ao controle do Estado, deve ser apoiado por nós e seu desenvolvimento nos convém. Porém, é impossível diferenciar a especulação do comércio “justo” se tomamos como um conceito da economia política. A liberdade de comércio é o capitalismo, e o capitalismo é a especulação: é ridículo fechar os olhos diante deste fato (LENIN, 1987 p. 172).

Como combater especulação? Lenin (1987) não possuía outra resposta que não punir rigorosamente qualquer desfalque e qualquer ação para evitar, de forma aberta ou encoberta, direta ou indiretamente, o controle, a vigilância e o registro estatal. Esse flanco aberto pela NEP tornou-se alvo de críticas, principalmente de Preobrajensky (1979), que considerava a NEP um recuo com mais erros do que acertos. Ele apontava que era necessário reduzir a “pilhagem” do setor estatal pelo setor privado, que se praticava uma evasão perigosa com essa transferência de recursos. Isso preocupava os bolcheviques, pois era um fortalecimento do inimigo. Portanto a NEP deveria ser apenas um recuo estratégico com objetivo de taxar os grupos privados e extrair parte da mais-valia, para avanço da acumulação socialista sobre a capitalista.

Para organizar o consumo operário, os excedentes agrícolas, usados para venda, agora contavam com o intermédio das cooperativas de consumo, as quais ganharam um papel importante através do decreto de 7 de abril de 1921. Este devolvia um pouco da independência formal às cooperativas, que a haviam perdido quando estavam sujeitas ao *Narkomprod* e pelo *VTsIK*.

Através de tratados de maio de 1921, em especial o "tratado geral", entre o Estado e as cooperativas de consumo, estabeleceu-se que os gêneros alimentícios seriam obtidos através do imposto em espécie e da troca de mercadorias. O primeiro seria realizado via autoridades soviéticas e, o segundo, pelas cooperativas de consumo que atuavam como agentes do *Narkomprod* (CARR, 1977).

No entanto, o Estado perdeu o controle. As autoridades passaram a não ter mais o comando sobre compra e venda e, inclusive, os órgãos soviéticos, incluindo os trustes, *glavki* e *Vesenkha*, foram obrigados a oferecer os artigos às cooperativas de consumo e, apenas no caso de recusa, poderiam oferecer em termos não favoráveis ao restante do mercado. As cooperativas de consumo ganharam poder através de seu novo papel autônomo das direções do partido (CARR, 1977).

Essa política sobre as cooperativas de consumo continuou ao longo da NEP e foi defendida por Lenin. Mas, na prática as disputas com o Estado eram frequentes. Carr lembra que:

As negociações com o *Vesenkha* sobre a restituição dos bens nacionalizados exigidos pelas cooperativas arrastavam-se interminavelmente; os departamentos governamentais e os trustes [...] preferiam sistematicamente vender no comércio privado em prejuízo das cooperativas (1977, p. 370).

Nas relações exteriores, a URSS abriu mão do capital investido no exterior na época czarista, pois não fazia parte dos princípios soviéticos manter colônias. Em fevereiro de 1921, assinou um acordo com o governo do Irã renunciando a todas as propriedades russas no país. Entregou todo o patrimônio instalado: estradas de ferro, equipamentos portuários, estações telefônicas, telegráficas, cais de embarque, armazéns, etc. No mesmo ano, firmou acordo semelhante com a Turquia (FERNANDES, 1991).

Ao mesmo tempo, o Estado soviético não abria mão do monopólio do comércio exterior, ainda que houvesse divergências no interior do PCUS. Lenin defendia com ardor a manutenção do monopólio do comércio exterior, contra Bukharin que defendia sua substituição por medidas alfandegárias:

Bukharin não vê – e esse é o seu erro mais surpreendente, um erro puramente teórico – que nenhuma política aduaneira pode ser efetiva na época do imperialismo e de uma diferença monstruosa entre os países miseráveis e os países incrivelmente ricos [...]. Nas condições indicadas, qualquer dos países industriais pode quebrar por completo essa proteção. Para isso bastar-lhe-á estabelecer um prêmio de exportação pela exportação para Rússia daquelas mercadorias que são sujeitas em nosso país ao imposto aduaneiro. Qualquer país Industrial tem dinheiro mais do que suficiente para isso, e em resultado dessa medida qualquer país Industrial quebrará com certeza nossa indústria nacional [...] [o proletariado Industrial] não está de modo algum em condições de restabelecer a sua indústria e de retomar a Rússia um país industrial sem a proteger exclusivamente pelo monopólio do comércio externo e não, de forma alguma, por uma política aduaneira. Qualquer outro protecionismo nas condições da Rússia atual é um protecionismo completamente fictício, existente apenas no papel, que não dará nada ao proletariado. Por isso, do ponto de vista do proletariado e de sua indústria, essa luta tem um significado fundamental de princípio. (LENIN, 1977, pp. 615-616)

Os dados da Tabela 21 apontam as relações de comércio externo da Rússia. O destaque é a queda nas relações comerciais exteriores após a revolução, quando atinge números desprezíveis, principalmente nas exportações, em 1920. A recuperação começa, expressivamente, a partir de 1922, mas, devido ao bloqueio, durante a NEP, não se recuperam aos níveis de 1913.

O saldo da balança apresentou grande desvantagem nos anos finais da guerra civil e no começo da NEP. A recuperação expressa nos anos de 1923-1924, impulsionada pela exportação, está não apenas ligada à recuperação da moeda, mas também aos interesses

concorrenciais do capitalismo imperialista de não perder oportunidades de lucros extraordinários. Meyer (1995) destaca que o impulso à exportação era defendido, pelas autoridades, como meio de financiamento de importações de insumos industriais.

**Tabela 21 - Evolução do comércio externo Soviético de 1913 a 1929, em milhões de dólares de 2018**

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1913	76.328,02	68.991,98	7336,05
1920	33,06	677,74	-644,68
1921	555,40	5.727,21	-5171,81
1922	2.377,25	7.860,08	-5482,83
1923-24	10.741,44	6.720,60	4020,85
1924-25	15.910,33	20.710,91	-4800,58
1925-26	19.025,32	21.266,40	-2241,08
1926-27	21.329,89	19.509,11	1820,78
1927-28	21.749,62	26.439,02	-4689,40
1928-29	24.831,25	23.662,69	1168,56
1929-30	28.691,84	30.589,74	-1897,90

Elaboração do autor com base em Baykov, 1948 p. 85

A ideia de Lenin sempre foi modernizar a Rússia em direção ao capitalismo de Estado e, depois, encontrar meios de avançar em caminho ao socialismo. Lenin propunha um capitalismo controlado, ao longo da NEP (MEYER, 1995). Fernandes retrata a NEP nos cinco pontos defendidos por Lenin:

Ao longo dos seus diversos escritos econômicos no início dos anos 20, Lenin indicou os seguintes elementos como componentes do 'capitalismo de Estado' na URSS:

- 1) As concessões, onde forças produtivas da economia Soviética eram alocadas a capitalistas nacionais ou estrangeiros por um prazo de tempo determinado;
- 2) As cooperativas, que agrupavam pequenos produtores que trabalhavam forças produtivas pertencentes ao estado (sobretudo a terra) com liberdade para comerciar as mercadorias por eles produzidas;
- 3) As comissões pagas pelo Estado a capitalistas que atuavam como comerciantes;
- 4) O arrendamento (aluguel) de forças produtivas da economia Soviética para capitalistas nacionais ou estrangeiros;
- 5) A montagem de empresas mistas, associando capital estrangeiro empresas soviéticas (FERNANDES, 1991 p. 82).

Para Allen (2003), a NEP apresentou problemas de concepção que já haviam sido superados nas teorias dos bolcheviques sobre o Estado e sua atuação na economia. A possibilidade de uma economia planificada substituiria, a partir de 1928, as seguintes compreensões da realidade impostas pela NEP:

Os camponeses foram confirmados na posse de suas fazendas, as requisições de alimentos pelo Estado foram substituídas por impostos moderados, a indústria fabril foi colocada em uma base comercial e organizada como truste maximizador de lucro, o comércio privado foi legalizado e as trocas econômicas entre camponeses, residentes urbanos e indústria foram conduzidos como transações de mercado (ALLEN, Ibid. p. 49 – tradução nossa)

A necessidade de avançar em direção ao socialismo envolvia a mudança do modelo liberal de economia de mercado, adotado ao longo da NEP, para um modelo no qual o Estado dirigisse os processos econômicos através do controle planejado. Esse novo período se justificava, pois, a economia soviética havia recuperado, em 1928, na maioria dos setores, a produção aos níveis anteriores às guerras.

#### 4 PLANOS QUINQUENAIS

Após o período da NEP e com a consolidação da recuperação econômica, o Estado soviético poderia avançar no programa de planificar a economia. O principal objetivo da planificação era assegurar direções ao desenvolvimento da economia e suas proporções, isto é, nas correlações dos ramos e regiões econômicas (TCHEREVIK & CHVIRKOV, 1982). A ideia dos bolcheviques sobre a planificação era que, por meio dela, a necessidade da economia poderia ser percebida com antecedência, possibilitando ação rápida e organizada: “A necessidade econômica é percebida com antecedência, considerada previamente, possibilitando uma ação organizada numa dada direção. Toda a diferença reside aí.” (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 65)

O I Plano Quinquenal foi elaborado em 1927 e estava previsto para ser aplicado entre 1928 e 1932. Sua meta era avançar na industrialização e coletivizar a produção agrícola, por meio das propriedades estatais e cooperativas. O II Plano, previsto para 1933 até 1937, reforçou o aspecto da industrialização, dinamizando, ainda que de maneira limitada, os setores chave dessa industrialização; e manteve e aprofundou os processos de coletivização agrícola.

Até os anos da NEP, os bolcheviques tinham a percepção de que a revolução mundial não tardaria a chegar e, com ela, os países socialistas mais avançados poderiam ajudar a solucionar os problemas econômicos dos mais atrasados. Essa concepção muda radicalmente para a compreensão de que a revolução socialista não precisava mais avançar no mundo e que a URSS, por estar em estágio superior de desenvolvimento, poderia competir com os países capitalistas mais avançados. Essa interpretação de Bukharin ficou conhecida como socialismo em um só país (HERNÁNDEZ, 2008).

Em 1927 essa posição ficou marcada no interior do PCUS, pois sua principal oposição, a Oposição de Esquerda, foi desmantelada e seus membros perseguidos no que ficou conhecido como Grande Expurgo. Trotsky, um dos primeiros exilados no processo, ainda em 1927, observava de longe que essa perseguição não se limitou à Oposição de Esquerda, mas que se transferiu a todos os antigos bolcheviques:

O partido, abafado, vivia de rumores confusos e de conjecturas. Alguns meses se passaram e a imprensa oficial escrevia, com habitual imprudência, que o chefe de governo, Rykov, “especulava sobre as dificuldades do poder dos Sovietes”; que o dirigente da Internacional comunista, Bukharin, se revelava “o agente das influências liberais burguesas”; que Tomsy, o presidente do Conselho Central dos Sindicatos, não passava de um miserável trade-unionista. Todos eles, Rykov, Bukharin e Tomsy, pertenciam ao Comitê Político. Se, na luta anterior contra a Oposição de Esquerda, foram utilizadas armas tomadas do arsenal da direita, Bukharin podia agora, sem

atentar contra a verdade, acusar Stálin de servir-se, contra a direita, de fragmentos da plataforma da oposição condenada. (TROTSKY, 2005 p. 65)

Os primeiros anos da planificação foram marcados, portanto, por intenso processo de perseguições políticas e degeneração de um Estado operário pela formação da burocracia. Os processos de coletivização da agricultura foram árduos, a fome atingiu e matou milhões de camponeses. Quanto aos processos de industrialização, obteve-se maior êxito em seus resultados. O foco geral foi, ao longo dos dois primeiros planos, a indústria pesada, produtora de bens de produção. Lenin apresentou, ao IV Congresso da Internacional Comunista, em 1922, as seguintes ideias que justificavam a fixação dos objetivos industriais no departamento I:

A história econômica dos países capitalistas demonstra que, nos países atrasados, só o empréstimo a longo prazo de centenas de milhões de dólares ou de rublos-ouro poderiam ser meios de levantar a indústria pesada. Nós não tivemos esses empréstimos nem obtivemos nada até agora... Sabemos que sem salvar a indústria pesada, sem a restaurar, não poderemos construir qualquer indústria e sem esta pereceremos completamente como país independente... A indústria pesada necessita de subsídios do Estado. Se os não encontrarmos pereceremos como Estado civilizado, para já não dizer como Estado socialista” (FERNANDES, 1991 p. 74)

Na metade da década de 1920, o partido discutia a melhor forma de organizar a industrialização. Bukharin defendia uma industrialização gradual, que não fosse custosa ao consumo dos operários e aos ganhos dos camponeses. Preobrajensky sustentava que a industrialização deveria ser acelerada, com foco no departamento I, utilizando-se para isso de recursos do campo.

Apesar de inicialmente ter se aproximado das ideias de Bukharin, Stálin e a direção do partido acabam por adotar, posteriormente, as ideias sustentadas pela Oposição de Esquerda, de Preobrajensky, sobre o processo de industrialização e planificação central do Estado (MEYER, 1995; ALMEIDA JÚNIOR, 2012; RODRIGUES, 2006). “A realização de planos econômicos únicos e a industrialização acelerada, bandeiras da Oposição de Esquerda durante a primeira metade da década de 20 que chegaram a ser ridicularizadas pelo centro e pela direita, eram agora tomadas pela maioria stalinista.” (RODRIGUES, 2006 p. 85).

#### 4.1 PREOBRAJENSKY CONTRA BUKHARIN: O DEBATE DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Na metade da década de 1920, a NEP consolidava-se como modelo de recuperação econômica da URSS. Era, no entanto, um modelo limitado, cuja adoção só era tolerada por causa das extremas necessidades produtivas deixadas pelos períodos de guerras mundial e civil.

A abertura econômica originada na NEP e a morte de Lenin abriram um vácuo teórico sobre o futuro da economia após sua recuperação. Aprofundar o legado da NEP ou repensar um movimento de planificação se tornou a questão central.

A necessidade que se reiterava, com a recuperação econômica aos níveis de 1913, era de desenvolver as forças produtivas até o limite alcançado pelo capitalismo. Marx (2012) apontava que a superação do capitalismo seria possibilitada pela sua própria obsolescência, numa sociedade onde a produtividade conseguiria facilmente suprir as necessidades humanas, isto é, haveria abundância de bens de consumo. A Rússia, enquanto país atrasado, não tinha condições sequer de suprir as necessidades básicas.

O debate estabelecido era acerca da necessidade e dos meios para promover esse desenvolvimento econômico. Três questões estavam no cerne da discussão: “1) como seria a industrialização? 2) com que rapidez seria efetuada? 3) com que recursos?” (VILLELA, 1964, p. 69).

As principais contribuições a esse debate, ou ao menos aquelas que ficaram mais conhecidas, foram as de Preobrajensky e Bukharin. O PCUS dividiu-se ao longo desse debate. Preobrajensky contava com apoio de Trotsky e da Oposição de Esquerda, enquanto ao lado de Bukharin estava a direção do partido, com sua ala majoritária, e Stálin.

Em sua apreciação da acumulação socialista primitiva, Preobrajensky (1979), entendia ser necessário o recurso à coação extra econômica para construir as bases do socialismo. O recurso à coação vinculava-se às bases atrasadas da URSS, uma vez que sua indústria tendia facilmente a se esgotar. Havia dois inimigos: o externo, com a concorrência industrial esmagadora, e interna, camponesa, dos *kulaks*, que tinham interesse em manter as relações de mercado e limitar a planificação.

Preobrajensky (1979) argumentava que, em sua forma inicial, o socialismo não pode desenvolver todas as vantagens inerentes à economia planificada, pois estão ausentes as premissas materiais para a estruturação das bases técnicas e a educação socialista dos trabalhadores. Portanto, em suas formas iniciais, o socialismo não pode concorrer com o capitalismo francamente superior, constituindo suicídio tentar vencer na livre concorrência.

Para economia estatal do proletariado seria um suicídio completo (e dos mais estúpidos) tentar vencer o capitalismo na arena da livre concorrência a partir do estado atual do desenvolvimento da economia socialista. Esta seria desintegrada e, finalmente, vencida. É preciso não esquecer que toda nossa economia estatal é, sendo todas as coisas iguais, mais fraca do que a economia capitalista, e numa empresa estatal é igualmente mais fraca que uma empresa capitalista [...]. Com relação à indústria capitalista estrangeira, isto se revela no fato de que os produtos industriais soviéticos são, em sua maioria, mais caros e piores que os produtos estrangeiros, e



não poderia ser de outro modo. (A técnica da nossa Indústria têxtil, por exemplo, estava, depois da revolução, 15 anos atrasada com relação a técnica inglesa)” (Preobrajensky, *Ibid.*, p. 144).

A proposta de Preobrajensky para fortalecer a economia e impedir que as forças externas e internas destruíssem a revolução era a industrialização de forma rápida:

Para ele, um desenvolvimento econômico lento e gradual implicaria riscos para a segurança da URSS frente à possibilidade de uma nova agressão imperialista. Se quisesse poder resistir a um novo ataque e garantir a sua integridade territorial, precisaria assegurar um desenvolvimento autônomo e rápido [...]. Para Preobrajensky, mais do que promover qualquer redistribuição, que só seria possível após um elevado desenvolvimento capitalista, era preciso acumular primeiro, ou seja, desenvolver rapidamente a base material do país (PAULINO, 2008, p. 86-87).

Os recursos da rápida industrialização seriam extraídos através do fortalecimento das relações de acumulação primitiva do socialismo, isto é, enfraquecendo as relações precursoras, em outras palavras, extrairia esses recursos da agricultura via Estado:

A estratégia de investimento de Preobrajensky sobrecarregaria o orçamento do Estado, que teria que pagar pelas novas instalações e equipamentos. De onde viriam os fundos? Preobrajensky acreditava que eles deveriam ser extraídos da agricultura em um processo de "acumulação socialista primitiva", o que estava de acordo com a visão de Marx do surgimento do capitalismo a partir do feudalismo. Segundo Marx, a acumulação primitiva de capital fora um processo no qual os proprietários camponeses perderam a propriedade de suas terras, gado e implementos agrícolas para seus senhores feudais. Os camponeses tornaram-se assalariados, os senhores tornaram-se capitalistas e a riqueza que expropriaram de seus antigos camponeses tornou-se a primeira capital. Preobrajensky pensava que o estado socialista deveria extrair um excedente da agricultura camponesa para financiar a acumulação de capital socializado. A propriedade camponesa desapareceria à medida que os camponeses se convertessem em trabalhadores assalariados, e o Estado criaria capital investindo a renda extraída da agricultura (ALLEN, 2003 p. 58 – tradução nossa).

A forma de extração desse excedente, no entanto, não era a incidência de um imposto diretamente sobre o campesinato, uma vez que a confiança produtiva deste havia sido recém reestabelecida com a NEP. Preobrajensky sugeria contornar essa situação com as relações de preços.

Preobrajensky propôs que se aumentasse o preço dos bens de consumo e abaixasse o preço pago pelo grão para extrair o excedente agrícola e pagar pelo investimento. O financiamento dos investimentos, o recrutamento de força de trabalho e expansão do socialismo seriam alcançados às custas da propriedade de camponeses e poderiam ser realizados com uma única política. (ALLEN, 2003, p. 58, tradução nossa).

A proposta de Preobrajensky buscava não apenas o financiamento da industrialização, mas a supressão dos camponeses, especialmente dos *kulaks*, enquanto classe:

Assim, com recursos extraídos da renda gerada no campo, o Estado financiaria os investimentos e a propriedade camponesa iria desaparecendo à medida que os camponeses fossem sendo transformados em operários assalariados. A alteração dos preços relativos em favor da indústria foi o mecanismo escolhido para tanto (ALMEIDA JÚNIOR; GERMER, 2015 p. 127).

A experiência dos confiscos do Comunismo de Guerra havia trazido a desconfiança por parte do campesinato nas relações com o Estado soviético. Quando o Estado tentava trocar moeda sem valor, isto é, sem contrapartida de produtos industriais, a reação dos camponeses foi lutar contra o confisco e reduzir a semeadura. Allen (2003) argumenta que tentar mudar os termos de troca por ser um método menos sensível de extração do excedente do que a taxaço direta não enganaria os camponeses, pois esses saberiam se a estrutura de preços era manipulada para sua desvantagem.

Enquanto para a Oposição de Esquerda a necessidade era a industrialização imediata, para a cúpula do PCUS, isso seria retroceder à coação. A ameaça política, que era apresentada pelo grupo de Bukharin, era que essa “superindustrialização” causaria o enfraquecimento da aliança operário-camponesa, conquistada ao longo da NEP. Essa direção preferia, portanto, estabelecer o consentimento tácito com os *kulaks*.

Eram duas propostas antagônicas: a primeira exigia mais avanço da industrialização, enquanto a segunda pressionava para industrialização sem romper o equilíbrio de mercado: “Já a proposta de Bukharin caminhava no sentido contrário [ao da proposta da Oposição de Esquerda]. Ele defendia o chamado ‘desenvolvimento ótimo’, ritmo de desenvolvimento alcançado quando a indústria se desenvolve com base no crescimento agrícola.” (ALMEIDA JÚNIOR; GERMER, 2015 p. 127).

Bukharin falava de desenvolvimento em equilíbrio dinâmico, evocando o livro II de *O Capital* de Marx. A proposta deveria ser traduzida em um desenvolvimento equilibrado entre os departamentos da economia e, no caso do argumento de Bukharin, entre a indústria e o campo. Caso contrário, as desigualdades produzidas poderiam formar irregularidades econômicas, novas classes sociais prejudiciais aos trabalhadores ou até mesmo um retorno à anarquia de mercado (BETTELHEIM, 1983).

Gerratana (1987) aponta que a teoria gradualista de desenvolvimento equilibrado de Bukharin se apropria das ideias de Lenin, para defender ampliação da NEP, e, portanto, a consigna adotada, em discurso na XIV Conferência do Partido, foi: “Camponeses, enriquecei,

desenvolvi vossas granjas, sem medo de que se vá colocar obstáculos.” (MEYER, 1995 p. 63).

Essa política devia encarar a tarefa de limitar e abolir muitas das restrições que freavam o desenvolvimento da produção camponesa e dos *kulaks*.

A defesa de Bukharin é que com essa expansão agrícola, haveria estímulo à produção via aumento de demanda, reduzindo os preços dos manufaturados. Além disso, reduzir-se-iam as proibições sobre os camponeses ricos para aumentar a produção agrícola. Para tanto, Bukharin tinha outra ideia a respeito da política de preços:

[...] Defendia uma política de preços inversa à de Preobrajensky, a saber, uma redução no preço das manufaturas [...] a fim de aumentar as feiras camponesas, bem como aumentar suas compras de bens de consumo manufaturados a partir dos níveis anteriores a 1913. A maior demanda estimularia a produção e os lucros industriais que poderiam pagar pelo investimento. Ele também defendeu medidas para aumentar a produtividade agrícola. Isso incluiu a remoção de proibições ao uso de mão de obra contratada na agricultura, para incentivar o investimento dos camponeses ricos (ALLEN, 2003, p. 59 – tradução nossa).

A política de Bukharin notoriamente fortalecia os *kulaks*. Lenin, ainda em vida, declarava os *kulaks* como grandes inimigos do socialismo e a política do PCUS devia ser acabar com a influência destes sobre os camponeses médios.

Mesmo diante deste quadro, Bukharin sugeria fortalecer justamente os “inimigos da revolução” com sua política de desenvolvimento. Além disso, esta política também almejava a reintrodução de relações de produção capitalistas, que haviam sido abolidas na União Soviética: a exploração, por parte de um indivíduo, de força de trabalho alheia (ALMEIDA JÚNIOR; GERMER, 2015 p. 128).

Mas Bukharin argumentava que, por meio da competição, os *kulaks* seriam derrotados, pois o socialismo era um modo de produção superior, que suprimiria o capitalismo:

Encorajar as cooperativas, por exemplo, reduziria o custo do capital para pequenos agricultores e aumentaria os preços que eles recebiam por suas colheitas. Eventualmente, os *kulaks* seriam expulsos dos negócios. Afinal, se o socialismo fosse realmente mais eficiente, os capitalistas poderiam ser derrotados em seu próprio jogo.” (ALLEN, 2003 p. 59 – tradução nossa)

Duas questões merecem destaque nas elaborações teóricas de Preobrajensky. A primeira era que a industrialização não deveria apenas, ser rápida, mas seu foco deveria ser no departamento I, produtor de bens de produção, em contraponto ao departamento II, produtor de bens de consumo.

[...] a principal razão para o aumento das indústrias de bens de produção era expandir as indústrias de bens de consumo e, assim, aumentar o consumo. As razões eram políticas e econômicas. “Se o sistema não satisfizer um certo mínimo de desejos, [...] as massas pensariam em um sistema que satisfizesse melhor suas necessidades. Aqui reside o maior perigo e é por isso que estamos tão ansiosos com o volume de investimento (ALLEN, 2003 p. 57 – tradução nossa)

Mas o investimento no departamento I, isto é, focar na produção de bens de produção, em contrapartida aos bens de consumo não reduziria o consumo e, por sua vez, aumentaria os atritos populares em um governo recém consolidado? Por isso, nesse ponto, Bukharin se opõe vigorosamente a uma concepção de industrialização feita em detrimento do nível de vida das massas e, principalmente, em detrimento da agricultura e dos camponeses arruinando a aliança operário-camponesa.

A segunda elaboração de Preobrajensky visava a absorção da mão de obra do campo, assimilando o desemprego oculto, de um exército industrial de reserva que pudesse fortalecer o desenvolvimento da indústria. Esse desemprego oculto constituía-se da mão de obra excedente do campo, que não era alocada de forma produtiva eficiente.

A teoria de Preobrajensky começou com a visão de que havia “enorme desemprego disfarçado no campo” e que um objetivo do desenvolvimento era “a absorção gradual da população excedente do país”. Embora houvesse alguma possibilidade de expandir o emprego na agricultura por meio da intensificação, “a chave para a solução de todos os problemas básicos” era a industrialização. Isso acabaria por se reverter em benefício da agricultura, à medida que a capacidade de produzir maquinaria agrícola se expandisse. Preobrajensky ficou impressionado com as possibilidades abertas pelo planejamento socialista para coordenar o investimento entre as indústrias de uma maneira mais eficaz do que um mercado livre com seus concorrentes atomísticos. Assim, ele contrastou a “cadeia de conexão do socialismo no movimento de todo o complexo” com o “método da guerra de guerrilha capitalista, iniciativa privada e competição” [...]. É claro que investimentos coordenados entre indústrias interligadas implicaram um “*big push*” e um alto nível de investimento (ALLEN, 2003 p. 57 – tradução nossa).

Essas duas questões serão desenvolvidas na seção seguinte. O importante é assinalar que, nesse primeiro momento, a direção do partido se posicionou ao lado de Bukharin. O sucesso da NEP em recuperar a economia e o aumento das safras na produção agrícola causaram a derrota da Oposição de Esquerda. No entanto, essa posição também seria mudada após as perseguições de Stálin, o que será analisado na Seção 4.1.2.

#### **4.1.1 O Modelo de Fel’dman e o Desemprego Oculto**

Nesse período, Fel’dman, economista do Gosplan, publicou, no jornal *Planovoe Khoziaistvo*, um modelo econômico-matemático, baseado nas ideias de Marx, sobre a

acumulação de capital e sua aplicabilidade numa economia planificada. O modelo era focado em fontes internas de investimento, isto é, a utilização de receitas de exportação de produtos agrícolas para importação de maquinaria era desconsiderada.

Em vez disso, Fel'dman analisou a situação em que o crescimento requer que um país produza suas próprias estruturas e equipamentos. As perguntas eram: Como o capital poderia ser acumulado? Haveria um *trade-off* entre o rápido acúmulo e o padrão de vida? A resposta surpreendente foi que você poderia ter seu bolo e comê-lo também: expandindo as indústrias de bens de investimento, o alto investimento e o aumento do consumo poderiam ser alcançados juntos. Essa percepção se tornou a base do desenvolvimento econômico socialista (ALLEN, 2003 p. 54 – tradução nossa).

O modelo de Fel'dman divide a economia em dois setores: os departamentos produtores de bens de consumo e de bens de produção. No de bens de consumo encontravam-se os alimentos e roupas que mantinham os trabalhadores, enquanto os bens de produção incluíam construção e maquinário que poderiam ser investidos para expandir o estoque de capital ou serem consumidos como moradia, hospitais, bicicletas ou equipamento militar. A divisão da produção de bens de produção entre consumo e investimento foi a principal questão explorada pelo modelo (ALLEN, 2003).

Fel'dman considera como hipóteses básicas: 1) uma economia fechada; 2) composta pelos departamentos I, produtor de bens de produção e II, produtor de bens de consumo; 3) os bens de produção, produzidos pelo departamento I, podem ser instalados em qualquer um dos departamentos, mas uma vez instalados, não se pode transferir de um para o outro, isto é, é irreversível; 4) a produção trabalha na capacidade total; 5) a estrutura produtiva é definida pelo estoque de capital dos departamentos; 6) há disponibilidade infinita de mão de obra, isto é, não existem outros fatores limitativos à produção além do capital, hipótese que se aproximava da abundância de mão de obra na URSS entre 1920 e 1940; 7) a produção de bens de capital é independente da produção de bens de consumo, isto é, mesmo que a produção de bens de consumo caia a zero, a produção do departamento I continua inalterada (MONTEIRO, 1970; JONES, 1979).

O produto ( $Y_t$ ) consiste nos bens de consumo ( $y_t^c$ ) e nos bens de produção ( $y_t^p$ ), onde  $t$  é o tempo (MONTEIRO, 1970). Assim,

$$Y_t = y_t^p + y_t^c \quad (i)$$

Fel'dman estava preocupado com a alocação dos investimentos para relacionar o produto nacional e a estrutura produtiva. A relação entre o estoque de capital dos bens de produção ( $k_t^p$ ) e dos bens de consumo ( $k_t^c$ ), multiplicados pelos respectivos coeficientes de taxa de produção (a) e (b), formam a estrutura produtiva, isto é, a produção. Teremos as seguintes equações:

$$y_t^p = ak_t^p \quad (\text{ii})$$

$$y_t^c = bk_t^c \quad (\text{iii})$$

Como capital é o único fator que limita o crescimento, isto é, supõe-se haver oferta ilimitada de mão de obra, o que representava corretamente a realidade da URSS nas décadas de 1920 e 1930 (JONES, 1979). Portanto, a sua construção depende explicitamente das decisões de investimento e de como o capital se aloca:

$$I_t^p = ey_t^p \quad (\text{iv})$$

$$I_t^c = (1 - e)y_t^p \quad (\text{v})$$

Sendo (e) a fração investida no setor de bens de produção, portanto (1-e) é a fração investida nos bens de consumo. O propósito do modelo é observar como os diferentes valores de (e) afetam o consumo e a acumulação de capital.

Em outras palavras, o produto  $y_t^p$  pode ser expresso como:

$$y_t^p = I_t^p + I_t^c = I_t \quad (\text{vi})$$

Considerando que a taxa de mudança do estoque de capital do departamento I ( $\dot{k}_t^p$ ) depende da proporção de produto alocada nessa categoria (e), temos que:

$$\dot{k}_t^p = I_t^p = ey_t^p \quad (\text{vii})$$

Portanto, a taxa de variação do investimento ( $\dot{I}$ ) será dada por:

$$\dot{I} = aeI_t \quad (\text{viii})$$

Ou seja,

$$\frac{i}{I_t} = ea \quad (\text{xix})$$

Por outro lado, quando tratadas as taxas nos bens de consumo, temos a equação dada por:

$$C = y_t^c = bk_t^c \quad (\text{xx})$$

A taxa de mudança do consumo vai ser dada pela taxa de mudança do seu respectivo estoque de capital ( $\dot{k}_t^c$ ), que, por sua vez, depende da proporção alocada para esse departamento ( $1 - e$ ):

$$\dot{k}_t^c = I_t^c = (1 - e)I_t \quad (\text{xxi})$$

Logo, a taxa de mudança no consumo será dada por:

$$\frac{\dot{c}}{c} = \frac{(1-e)bI_t}{c} \quad (\text{xxii})$$

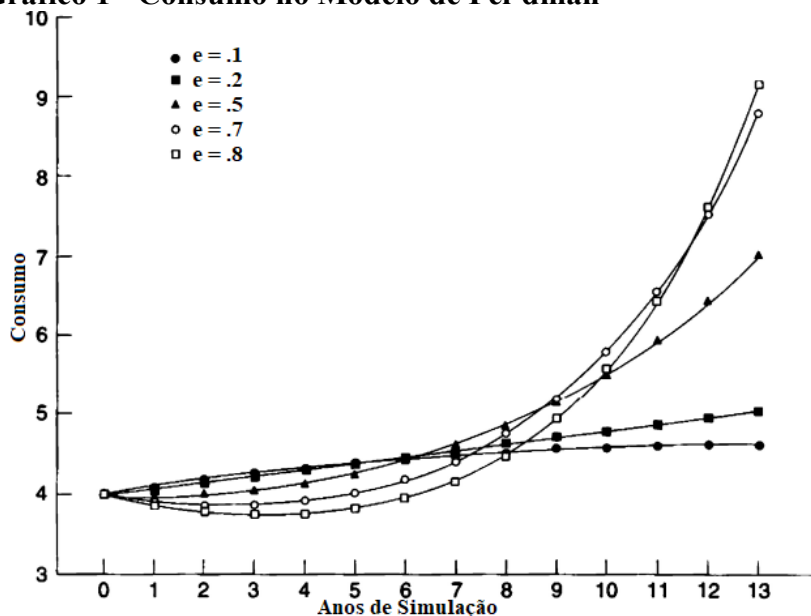
As equações (xix) e (xxii) nos levam a concluir que o investimento total cresce à taxa de “ $ea$ ” enquanto a taxa de crescimento do produto de bens de consumo dependerá da taxa de crescimento do investimento. Jones (1979) aponta que, ainda que desconsiderada a depreciação, não faz diferença no resultado lógico.

Em outras palavras, e considerando a depreciação, o departamento I consegue se retroalimentar, isto é, seu estoque de capital futuro irá depender apenas do estoque de capital anterior e do montante de investimento. Enquanto o departamento II, depende não apenas do estoque de capital do ano anterior, mas também do estoque de capital do departamento I. “Disto podemos concluir que o estoque de capital do departamento II cresce em conjunto com o do departamento I, ou seja, quanto maior for este último, maior será o primeiro.” (ALMEIDA JÚNIOR; GERMER, 2015 p. 129).

A questão da possível existência de um *trade-off* entre consumo e investimento, isto é, entre departamento I e II, para a economia é abalada pelo modelo de Fel'dman, uma vez que a tendência, como expõe Jones (1979), é que a taxa de crescimento do consumo tende a se igualar à taxa de crescimento do investimento no longo prazo. A questão central para entender a

economia soviética, nesse caso, é qual valor de “e” possível que, em um governo ainda instável, pudesse gerar crescimento dos dois departamentos, no longo prazo, as custas do consumo, no curto prazo.

**Gráfico 1 - Consumo no Modelo de Fel'dman**



Fonte: Allen (2003, p. 56)

O gráfico 1, elaborado por Allen (2003), mostra essa simulação do *trade-off* entre consumo e investimento para os dados da URSS, sugerindo aquilo que poderia ter ocorrido entre 1928 e 1941. O que se nota é que os altos valores de “e” configuram uma estagnação inicial do consumo, mas essa é seguida por um crescimento superior permanente.

As contribuições de Fel'dman e Preobrajensky sobre o foco no departamento I, no entanto, não demonstraram todas as relações entre oferta de trabalho e acumulação de capital. Allen (2003) destaca que apenas após Nurkse, desenvolveu-se a ideia de incorporar ao modelo de Fel'dman a população no campo como ativo (“poupança oculta”), isto é, usar os camponeses excedentes no campo e colocá-los em projetos de construção.

A URSS contava com uma vasta população camponesa em desemprego oculto, isto é, uma massa de trabalhadores que, dadas as condições produtivas do campo, era incapaz de aumentar a produção. Essa massa de trabalhadores poderia formar o exército industrial e aumentar a produção na indústria russa. Essa elaboração encontrava-se tanto nas ideias de Preobrajensky, quanto nas de Bukharin, e Nurkse, anos mais tarde, sustentaria que normalmente ocorre, em larga escala, esse desemprego disfarçado. Em outras palavras, a análise de Nurkse



apontará que pode ser menor o emprego de força de trabalho para gerar o mesmo produto agrícola, sem qualquer melhora na técnica.

Para os soviéticos, a ideia básica era distinguir entre os trabalhadores úteis, que geravam excedente e poupança, poupança usada para alimentar trabalhadores inúteis. Esses deveriam ser enviados para as cidades para trabalhar em projetos de formação de capital: irrigação, drenagem, estradas, ferrovias, casas, fábricas etc., e isso aumentaria o investimento sem reduzir o consumo (ALLEN, 2003).

A base do pensamento de Nurkse era a possibilidade de aumentar os dois, agricultura e indústria. Para isso, era preciso mais do que a remoção de trabalho excedente, mas mudança organizacional. O voluntarismo era insuficiente, portanto, era preciso fomentar alguma forma de poupança coletiva imposta pelo Estado.

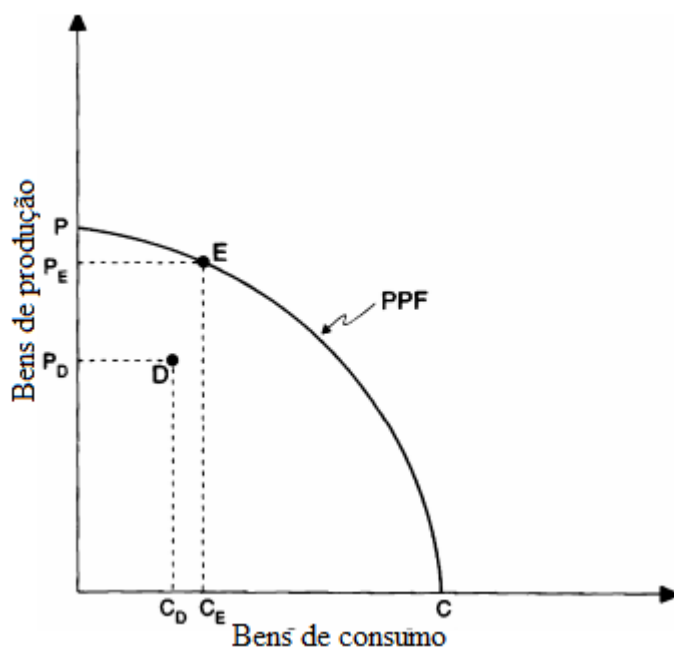
Nurkse apontou que a taxaço dos camponeses poderia ser usada para formar essa poupança. Para isso, Nurkse propôs três saídas: 1) taxaço direta ou indireta dos camponeses; 2) imposto sobre a terra; 3) resolver o problema através das fazendas coletivas<sup>14</sup> (ALLEN, 2003). A aparente dificuldade da taxaço direta dos agricultores levou à proposta de Preobrajensky, de usar os preços para absorver esse excedente. A segunda ideia de Nurkse havia sido rejeitada por Preobrajensky como politicamente inaceitável. A soluço afinal, com Stálin, foi a terceira ideia, de usar fazendas coletivas, que começa a ser aplicada a partir do I Plano Quinquenal.

As elaborações de Fel'dman, Preobrajensky, Bukharin e Nurkse podem ser aplicadas ao desenvolvimento soviético como no seguinte modelo gráfico que mostra como a mobilizaço do trabalho excedente pode aumentar o investimento, o consumo e a produço simultaneamente (ALLEN, 2003).

---

<sup>14</sup> Allen (2003) aponta que o “coletivo” tinha um duplo sentido: como fazenda de organizaço de trabalho conjunta, mas acima de tudo, como instrumento coletivo de coleta de comida

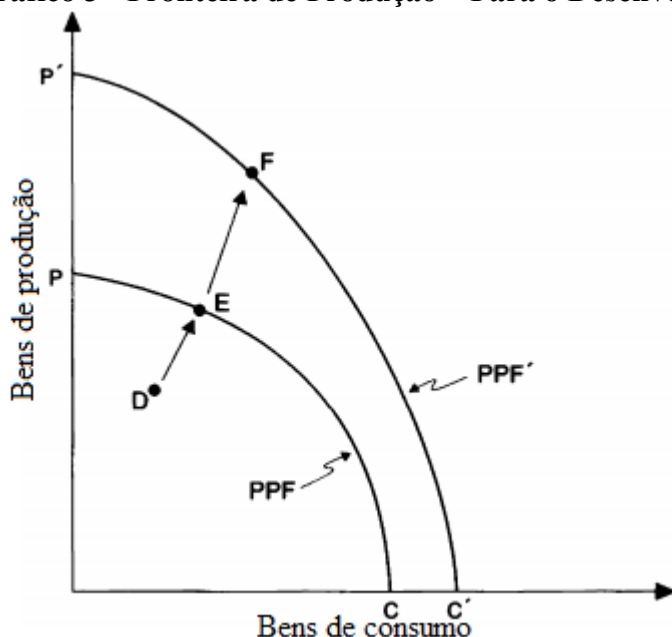
Gráfico 2 - Fronteira de Produção – O caso Soviético



Fonte: Allen (2003, p. 62)

Se tomarmos a fronteira de produção do gráfico 2, em que os eixos mostram a produção de bens de consumo e de bens de produção e “PPF” é a curva que denota a decisão de como alocar os recursos em cada uma, “C” seria o ponto onde todos os recursos estão alocados na produção de bens de consumo e “P” na produção de bens de produção. O ponto “E” seria um ponto da fronteira de produção, que representa a quantidade “ $C_E$ ” de produção de bens de consumo e “ $P_E$ ” de produção de bens de produção. O ponto D, no entanto, é um ponto abaixo da fronteira. Allen (2003) argumenta que a URSS na década de 1920 estava em um ponto similar ao ponto D. A razão disso era a manutenção de grande quantidade de mão de obra ineficiente na agricultura. “A transferência do trabalho para a indústria era o primeiro passo no desenvolvimento, pois permitiria um aumento simultâneo na produção de bens de consumo e de investimento à medida que a economia se deslocava de D para E” (ALLEN, 2003 p. 62).

**Gráfico 3 - Fronteira de Produção – Para o Desenvolvimento Soviético**



Fonte: Allen (2003, p. 63)

O segundo passo, observado no gráfico 3, ao atingir o pleno emprego, era alocar maior fração adicional na produção de bens de produção, para aumentar o capital nesse setor. Esse novo padrão de investimento, como visto nas elaborações de Fel'dman, mudaria a curva de PPF para PPF' quando a nova planta e equipamentos se tornassem operacionais. Assim tanto consumo quanto investimento seriam aumentados.

#### 4.1.2 A burocracia e a virada de Stálin

A definição de burocracia utilizada para caracterizar as relações surgidas na URSS e formulada por Trotsky (2005) aponta para uma casta política, do partido dirigente, privilegiada, que se utiliza da perpetuação no poder como fim em si, para manter os privilégios. Essa burocracia surge no seio do movimento operário, como pessoas que se especializam, profissionalmente e permanentemente, na política e no sindicalismo.

Para Mandel (1981) a formação da burocracia é um movimento natural, mas torna-se prejudicial quando se domina o Estado e o fim último torna-se a manutenção dos privilégios, assim caracterizados:

Os privilégios materiais da burocracia são essencialmente restritos às esferas do consumo [...]. Dada a natureza específica da economia soviética, estes privilégios assumem duas formas: maiores receitas monetárias (incluindo aquelas adquiridas ilegalmente através de subornos, corrupção, roubo, operações de mercado “cinzentas”

e “negras”, etc.), e vantagens não monetárias ligadas a determinados níveis hierárquicos dentro da burocracia (acesso a lojas especiais, a carros estatais, apartamentos, dachas, etc.). Ambas as formas conduzem a um acesso qualitativamente mais elevado a bens de consumo (de qualidade superior) do que o do trabalhador médio (para não falar do camponês médio). Mas eles não levam à propriedade privada dos meios de produção, nem ao acúmulo de enormes fortunas de dinheiro privado (MANDEL, 1981, p. 36 – tradução nossa).

A burocracia surge, no seio do processo de construção de um Estado operário, antes da consolidação de Stálin. Logo após a revolução, houve uma queda considerável do número de operários especializados e de elementos da vanguarda do movimento revolucionário, para ocupar postos no Estado, ao longo do Comunismo de Guerra.

Durante a NEP, observou-se, segundo Meyer (1995), um esvaziamento dos sovietes, com as seguintes características: 1) falência dos comitês fabris, briga entre técnicos e operários, fracasso dos comitês e seu esvaziamento; 2) comprometimento dos sindicatos com a cúpula do Estado (sem tradição de sindicalismo livre), os sindicatos, devido a dispersão do proletariado, tornam-se órgãos do Estado; 3) a conseqüente ruptura da relação de representatividade com operários gerou esvaziamento dos sovietes.

Meyer (1995) aponta que a burocracia ocupava os espaços abertos pela crise e pela perda de conteúdo das organizações diretas do proletariado. A partir desses espaços, a burocracia criava mecanismos legais que mantinham e estabilizavam a situação criada. Gradativamente, a cúpula do Estado colocava-se acima das bases sociais da revolução. Deixava de ser um poder operário para ser um poder tutelar. A planificação era sustentada pelo alto, pela burocracia, sem ligação com uma planificação social apoiada pelas bases.

Para Meyer (1995), havia uma hipertrofia do Estado, com a presença da coação em todos os terrenos da atividade produtiva e o eventual avanço das forças capitalistas ao menor sinal de relaxamento do sistema de vigilância. As problemáticas envolviam: burocratização do Estado, desproporções do plano, militarização, escassez de mercadorias, relações mercantis encobertas, nível de desenvolvimento tecnológico, relações com o mercado mundial. A transição para o socialismo dependeria do controle operário sustentado em cada unidade fabril, através de assembleias democráticas, nas quais a classe operária russa teria um papel inédito e deveria ser realizada numa trajetória própria.

As propostas de Lenin e dos bolcheviques, no entanto, afastavam-se da concepção democrática apoiada por Meyer e apontavam que as ideologias firmadas nas massas operárias não poderiam ser contornadas, senão pela direção do partido. Mandel aponta que a planificação sobrevivia mediante essa contradição da burocracia com seus privilégios, e um poder centralizado:

Isso introduz uma contradição adicional e explosiva no funcionamento da economia soviética. Enquanto o interesse material da burocracia é o principal instrumento para a realização do plano (o principal mecanismo pelo qual o crescimento econômico é mediado socialmente, dado o monopólio da administração da economia pela burocracia), não há mecanismo econômico, sem falar de um funcionamento espontâneo ou automático, através do qual a satisfação desse interesse próprio pudesse se ajustar à otimização do crescimento econômico – pelo menos não a partir do momento em que um certo limiar de industrialização foi ultrapassado. (Incidentalmente, esta é uma das principais provas teóricas de que a burocracia não é a nova classe dominante) (MANDEL, 1981 p. 36 – tradução nossa).

É importante a destacar que o Estado precisava manter um canal de diálogo com as bases operárias ao longo da planificação, o que não ocorreu. Contudo, a proposição de um espontaneísmo democrático, de Meyer, não condiz com as teorias da transição socialista apresentadas pelos bolcheviques e é totalmente contrária ao conceito centralizador da planificação, aproximando-se mais de uma anarquia produtiva.

Ao longo da implantação da NEP, o cartel político formado na direção, personificado em Stálin, traçava alianças políticas que culminaram na imposição de dissolver a Oposição de Esquerda e na decisão de exilar Trotsky, em 1927. Esse processo persistiu e se intensificou com perseguição política, durante o Grande Expurgo e os Processos de Moscou, quando foram condenados e assassinados Preobrajensky, Bukharin e boa parte dos antigos bolcheviques (CONQUEST, 1987).

Inicialmente, Stálin se aproximava das posições de Bukharin tanto do ponto de vista de estratégia econômica, quanto na questão de manter o socialismo em um só país, isto é, concentrar-se nos processos russos e competir com o capitalismo mundial, considerando o socialismo uma etapa mais avançada (HERNANDEZ, 2008). Mas, após o exílio de Trotsky, há uma virada nas posições, para a elaboração dos planos quinquenais. “Depois que ele chegou ao poder, no entanto, Stálin reverteu a política e embarcou em uma versão extrema da proposta Preobrajensky.” (ALLEN, 2003 p. 60).

Essa virada começa no VI congresso da IC (setembro de 1928), quando Bukharin defendia que o desenvolvimento de uma crise econômica, nos países centrais, não levava necessariamente a uma situação revolucionária. O partido não poderia, portanto, considerar que o fascismo e a socialdemocracia eram similares. Apesar de formar uma organização burguesa, a socialdemocracia era, em sua base, disputável para a política dos comunistas, enquanto o fascismo não. Stálin, até esse período, defendia a posição oposta de Bukharin: o mundo estava à beira de uma situação revolucionária e, portanto, o partido deveria recusar qualquer política

de colaboração com os partidos socialdemocratas. Stálin forma uma maioria e derrota Bukharin (BETTELHEIM, 1983).

Em outubro de 1928, Stálin aponta um perigo de direita infiltrado nas colunas do Partido Comunista, referindo-se a Bukharin. Era a evocação de uma tendência que ainda não havia tomado forma e que ainda não tinha desenvolvido uma consciência, mas refletia uma tendência inflada de ideologia burguesa. O perigo de esquerda, trotskista, já havia sido evocado por Stálin, mas agora havia a afirmação de que o perigo de direita era ainda maior.

Na época, as duas teses opostas surgiram, a tese da industrialização e expansão da indústria produtora de meios de produção e a tese sobre a reconstrução da base técnica da agricultura, mas é a primeira que virá a prevalecer no XV Congresso e sem mencionar o papel da agricultura no caráter equilibrado do desenvolvimento industrial, tal como era projetado pela NEP. O foco passava a ser no desenvolvimento com maior velocidade possível dos meios de produção, ou seja, da indústria pesada. Por isso a defesa da maior necessidade de máximo investimento nesta indústria. Essa ideia seria levada adiante até tornar-se uma crença na existência de uma “lei econômica do socialismo”, isto é, o cerne do socialismo seria o desenvolvimento prioritário da produção dos meios de produção (BETTELHEIM, 1983).

## 4.2 I PLANO QUINQUENAL

Na Seção 4.2 será discutido o I Plano Quinquenal, instituído entre 1928 a 1932.

### 4.2.1 Coletivização forçada

O projeto de coletivização era defendido pela Oposição de Esquerda desde o final da NEP. Havia a necessidade de superar o modelo privado e individual de produção, que privilegiava os *kulaks* e os *Nepmen*, e implementar uma forma mais próximas àquilo que defendiam os bolcheviques como socialismo. Segundo Trotsky (2005), o comissário do povo para agricultura Yákovlev mostrava que a posição da direção, em 1927, ainda era a manutenção das pequenas propriedades durante muito tempo, ou seja, expandir as concessões da NEP.

Trotsky (2005) mantinha seu argumento de que o balanço de forças favorecia os *kulaks*, que arrastavam o camponês médio a recusar o trigo às cidades, quando conviesse, e ampliavam seu poder econômico. Em 1928, o PCUS já tinha conhecimento sobre a iminência da fome. Os *kulaks*, por sua vez, escondiam a produção, porque era desvantajoso vender aos preços e formas de comércio oferecidas.

Apesar do otimismo do partido, a especulação dos *kulaks* tornava a crescer, a despeito das boas colheitas. Ao longo da NEP, a agricultura privada era dominante, enquanto a agricultura socialista, isto é, cooperativa e estatal, teve papel mínimo, fornecendo apenas 3,3% da produção. O trigo, por sua vez, era majoritariamente produzido pelos camponeses pobres, através de trabalho cooperativo, em uma proporção de até oito vezes mais que os ricos (BETTELHEIM, 1982).

Em 1927, houve uma baixa coleta de cereais pelo Estado e pelas cooperativas oficiais. Em resposta, dado o aumento especulativo dos preços, o XV Congresso do Partido começa uma ofensiva contra o *kulak*.

Em virtude destas medidas, os camponeses devem entregar ao Estado os cereais que detêm e estes ser-lhe-ão pagos a um preço oficial muito baixo. Em caso de recusa manifestada pelos camponeses, as autoridades recorrem às medidas excepcionais, que lhes permitem, em particular, [...] proceder à requisição das disponibilidades camponesas, que são então confiscadas. Estes confiscos realizam-se com a ajuda de numerosos funcionários e de “brigadas operárias” vindas das cidades. (BETTELHEIM, 1982 p. 34)

Até 1928, a linha geral defendida pela direção do partido era fortalecer as propriedades individuais, mas a partir do I Plano essa linha sofre uma guinada em favor da coletivização da agricultura. Stalin assumiu a coletivização da agricultura para levantar recursos e ao mesmo tempo intensificar a transferência de recursos da agricultura para a indústria (KENNEDY, 1989). A visão de Stálin passou a ser a de que somente através do excedente agrícola a industrialização pesada poderia ser financiada e as cidades alimentadas (SHEARER, 2006).

O PCUS, que até então negava a existência dos *kulaks*, enquanto classe organizada, passou a confirmar sua existência, inclusive no interior do partido, para as massas, por meio do seu jornal. O Estado passou a acusar os *kulaks* de estarem escondendo a produção e, para reverter esse processo, recuperava-se a estratégia das requisições forçadas, enquanto estimulavam-se planos para médio e longo prazos, com formas econômicas alternativas, de fazendas coletivas (*kolkhozes*) e de propriedade estatal (*sovkhoses*).

A palavra de ordem “Enriquecei-vos!” e a teoria da assimilação indolor do *kulak* pelo socialismo foram reprovadas, tardiamente, mas com a mais forte energia. A industrialização foi colocada na ordem do dia. [...] A palavra de ordem de Lenin, “alcançar e ultrapassar”, um tanto esquecida, foi completada nesses termos “no menor tempo possível”. O plano quinquenal mínimo, já aprovado em princípio pelo Congresso do Partido, deu lugar a um novo plano, cujos principais elementos eram extraídos da plataforma da Oposição de Esquerda, derrotada anteriormente. A usina hidroelétrica do rio Dnieper, antes comparada a um gramofone, retinha agora toda atenção. (TROTSKY, 2005 p. 65).

A diretriz do I Plano Quinquenal era avançar na coletivização, mas reconhecendo a economia individual com papel predominante. Na prática, o Estado passou a intervir na economia privada dos camponeses de forma crescente. Em 1928, o Estado, apesar de não voltar totalmente ao Comunismo de Guerra, assume novamente a prática de requisições forçadas, com maior ou menor grau de violência contra os camponeses, que respondiam com atos de terrorismo.

Essas medidas recaíam, de fato, mais sobre os camponeses médios do que sobre os *kulaks*, porque detinham maior quantidade de cereais. Nas teorias dos bolcheviques, os camponeses iriam gradativa e voluntariamente para as fazendas coletivas por serem um modelo de estrutura superior que lhes permitiria obter mais rendimentos. Mas, na prática, no campo, inclusive os camponeses pobres, que antes apoiavam, se posicionaram contrários às novas requisições.

As primeiras metas de coletivização foram modestas, pois havia um certo receio por parte de Stálin e uma vontade de tatear uma política mais gradualista para essa substituição. Assim, as unidades agrícolas individuais ainda seriam responsáveis pelo grosso da produção. Pretendia-se que a área cultivada pelas fazendas coletivas atingisse 11,4%, em 1933-34, comparado com os níveis de 1926-27, de 5,1%. Essas metas modestas mudaram:

Quando Stálin sentiu que havia pouca vontade de cooperação dos *kulaks*, que a partir de 1928 passaram a reter os cereais, lançou-se com fúria à coletivização da agricultura, não obstante a meta estabelecida no plano ter sido tão modesta. Por meios violentos, utilizando a polícia secreta, o exército e fomentando o ódio contra os agricultores nas cidades (VILLELA, 1964 pp. 74-75).

A Tabela 22 mostra os dados desse avanço na coletivização. Ao longo dos cinco anos de 1929 a 1933, as *kolkhozes* ampliaram em mais de 22 vezes sua área cultivada, e as *sovkhozes* em 7,5 vezes. Dessa forma, as duas formas de propriedade, que somadas inicialmente atingiam 5,1% da área total cultivada, passaram, em 1933, para 84,5%. Enquanto as propriedades privadas caíram de 95% para apenas 15,5% da área total.

**Tabela 22 - Superfície de Cultivo de Cereais por Setores (em milhões de hectares)**

	1929	1930	1931	1932	1933
Sovkhozes	1,5	2,9	8,1	9,3	10,8
Kolkhozes	3,4	29,7	61,0	69,1	75,0
Camponeses individuais	91,1	69,2	35,3	21,3	15,7
Total da superfície cultivada	96,0	101,8	104,4	99,7	101,5

Fonte: Fernandes, 1991 p. 96



Aos camponeses foram impostas cotas de entrega. Se não conseguissem atingir a meta, os camponeses eram penalizados com multas pesadas e até a expropriação. Em 1929, fixava-se metas ambiciosas, mas realizáveis aos *kolkhozes* e aos *sovkhozes*, mas, na colheita do verão, o governo fixou entregas obrigatórias análogas à época do Comunismo de Guerra. Em conjunto com essa medida, o Estado começava a tentar empurrar os camponeses para os grandes *kolkhozes*, intimando as cooperativas (de compras, de vendas, de crédito, etc.) a se adequarem aos grandes *kolkhozes*. A iniciativa era para destruir as pequenas organizações de cooperativas agrícolas e separar o camponês de seu meio de produção.

[...] a maioria dos camponeses adere aos *kolkhozes* contra a sua vontade, por temor de sanções administrativas, financeiras e comerciais e, sobretudo, por medo (justificado) de serem assimilados a *kulaks*, de verem os seus bens confiscados, de serem deportados ou executados. (BETTELHEIM, 1982 p. 42)

Como já se indicou, a nova linha do partido foi acabar com os *kulaks* enquanto classe. Para isso, a coletivização deveria ser acelerada no menor tempo possível. Yákovlev, que havia dito que as propriedades coletivizadas seriam apenas ilhotas, agora recebera a missão de liquidar os camponeses ricos (TROTSKY, 2005).

**Tabela 23 - Perdas de Rebanho na URSS em Milhões de Cabeças**

Espécie de gado	Camponeses individuais, camponeses das kolkhozes (1928)	Kolkhozes (1933)	Camponeses individuais (1933)	Perdas
URSS				
Equinos	33,4	10,1	4,8	18,5
Bovinos	70,4	9,2	24,5	36,7
Suínos	25,9	3,0	5,9	17,0
Caprinos e ovinos	145,9	12,2	26,6	104,1
Cazaquistão				
Equinos	3,8	0,3	0,1	3,4
Bovinos	7,7	0,5	0,4	6,8
Caprinos e ovinos	26,6	0,9	0,3	25,4

Fonte: Villela, 1964 p. 75

O PCUS ainda considerava os camponeses médios e pobres como aliados. Entretanto, a coletivização foi um processo promovido de fora para dentro do meio rural, pela coerção, e não teve apoio do campesinato. Os *kulaks*, assim como os agricultores médios, reagiram com violência, destruindo fazendas, reservas de alimento e gado.

A Tabela 23 traz as estimativas de perdas do rebanho. O total da perda representou 64% de todo o rebanho que a URSS possuía. Na região do Cazaquistão, a perda foi ainda maior, 94,4%. De um total de 275,6 milhões de cabeças de produção animal, restaram apenas 96,3 milhões, e na região do Cazaquistão, de 38,1 milhões reduziu-se para 2,5 milhões.

Na URSS, o Estado instituiu um novo tipo de propriedade, a S.M.T. (estação de máquinas e tratores) para coordenar a produção de tratores agrícolas. Segundo Meyer (1995), o número de tratores subiu de 25.729, em 1927 para 29.702, em 1928, e chegou a 42.132 em 1929.

Segundo a descrição oficial, a agricultura soviética no fim dos anos 30 compreende essencialmente três tipos de unidades de produção socialistas: os *sovkhozes* (ou explorações do Estado), as S.M.T. (estações de máquinas e tratores) e os *kolkhozes* (ou explorações coletivas). Às duas primeiras formas de atividade agrícola é atribuído carácter superior ao dos *kolkhozes*, porque dependem diretamente do Estado (BETTELHEIM, 1982, p. 55).

Nesse período, os camponeses ricos detinham a maior quantidade de tratores, máquinas, as maiores propriedades e em melhores condições para absorver a técnica moderna. Os *kulaks* começaram um projeto de sabotagem:

Durante os anos de 1934-35 os frequentes atos de sabotagem e roubo de bens *kolkhozianos* levaram ao recrudescimento das medidas de vigilância e coerção sobre os camponeses. Formaram-se sessões especiais nas Estações de Máquinas e Tratores, com participação de milhares de bolcheviques enviados das cidades para cumprir condições que permitiram, indiretamente, fiscalizar e controlar a produção camponesa. Além de que as disposições da lei de defesa da propriedade pública, de 7 de agosto de 1932, instauravam pesadas penas para coibir a sabotagem (MEYER, 1995, p. 125).

A questão central é que o Estado voltava a perder apoio do campesinato. A ideologia dos camponeses ainda era calcada na defesa da propriedade privada individual. Mesmo entre os camponeses mais pobres, ainda havia a contradição característica de possuírem propriedades privadas de um lado, e poderem usar sua produção de alimentos para especular, e, por outro lado, estarem sob o jugo da exploração do capital, pois sua propriedade era pequena e seus meios de produção arcaicos.

O instinto de propriedade era frequentemente tão forte entre os mais pobres quanto nos mais ricos e esse instinto e o bom senso se chocavam e revoltavam com a arbitrariedade e a desumanidade da coletivização. Não obstante, esses sentimentos foram perturbados e enfraquecidos pela fria reflexão dos camponeses, segundo a qual poderiam, afinal de contas, beneficiar-se com as desapropriações dos ricos e a fusão das fazendas. E quando já não havia dúvida sobre quem venceria, muitos acorreram para o lado do vencedor [...]. Assim, os impulsos e influências que determinaram o comportamento do camponês eram complicados e contraditórios [...] alimentando o

seu ressentimento numa submissão a contragosto (DEUTSCHER apud MEYER, 1995 p. 126).

O Estado respondeu a essas sabotagens e destruições produtivas aumentando a coerção sobre os camponeses. Além das expropriações e multas àqueles que não colaborassem, e do incentivo direto para mudança da propriedade individual para a coletiva, as execuções começaram a se tornar cada vez mais comuns, não apenas no interior do partido, com o desmantelamento da Oposição de Esquerda e a execução da maior parte dos antigos bolcheviques, mas também fora do partido entre camponeses e operários.

Muitas execuções e expropriações são levadas a efeito sob pretextos fúteis e sem nenhuma base legal. Numerosas operações servem para enriquecer alguns quadros locais ou para satisfazer vinganças. As autoridades superiores, geralmente, deixam correr ou encorajam mesmo essas práticas, porque tais operações (mesmo quando dão origem localmente a reações violentas) satisfazem o que é essencial: mantêm o terror e paralisam os camponeses. (BETTELHEIM, 1982 pp. 47-48).

A região da Ucrânia foi a mais atingida pela repressão do Estado policial da URSS. As requisições forçadas passaram a ser política oficial, e cada vez maiores, condenando os camponeses à fome. O caso mais característico foi o de Holodomor, que condenou milhões de ucranianos à morte pela fome. Apesar de ser possível atribuir a responsabilidade desse genocídio ao regime político soviético, como faz Werth (2000), ou responsabilizar apenas os *kulaks*, e redimir o stalinismo, como faz Martens (2003), a responsabilidade afinal recai sobre a disputa entre os dois lados, de um lado os *kulaks* e camponeses ao ocultar a produção e destruí-la, e de outro o Estado stalinista, pela resposta repressiva.

O processo acelerado de coletivização forçada mostrou-se um fracasso, os camponeses vendiam suas sementes e gado abaixo do preço ou abatiam pouco antes de entrar nos *kolkhozes*. Segundo Trotsky (2005), os 25 milhões de camponeses isolados, que eram o motor (ainda que fraco) da agricultura do país, foram substituídos de uma vez, pela burocracia, isto é, por 200 mil administrações de *kolkhozes*, desprovidos de meios técnicos, de conhecimentos agrônômicos e de apoio dos camponeses. Trotsky (2005) defendia que a coletivização deveria ter sido mais lenta, calculada e planejada; e esse tipo de coletivização forçada fez voltar ao clima da guerra civil.

A coletivização, no entanto, teve um propósito mais profundo: serviu para financiar o investimento na indústria, que foi o que impulsionou o crescimento do produto das indústrias de bens de produção. Villela (1964, p. 74) aponta que essa coletivização foi a responsável pelo avanço da indústria da URSS:

Embora Stálin não tenha contribuído para a análise teórica do debate sobre a industrialização e na realidade tenha utilizado o mesmo como um artifício para se livrar de seus inimigos e controlar o partido, foi ele quem fez a grande contribuição para fugir ao dilema existente – a coletivização da agricultura. Os agricultores foram colocados em fazendas coletivas onde seria muito mais fácil forçá-los ao sacrifício exigido para a industrialização. Nas *kolkhozes* (fazendas coletivas) seriam os representantes do partido que decidiriam sobre a parte da produção que seria consumida e implementariam as transferências para o setor urbano. Além do mais, o fato de se congregarem os milhões de agricultores em um número muito menor de fazendas coletivas facilitaria bastante a tarefa. (VILLELA, 1964 p. 74)

#### 4.2.2 Industrialização acelerada

Para a indústria russa, o crescimento foi muito mais consistente e acelerado se comparado ao da agricultura. O Estado mantinha a forte intervenção, para incitar a criação das premissas materiais para a acumulação, em um contexto de industrialização retardatária, como a russa. Esse processo foi, ainda, alimentado pelo capital estrangeiro, através de empréstimos robustos realizados pela URSS.

Até 1927, a luta contra o trotskismo, isto é, contra a Oposição de Esquerda, apresentou-se como luta contra a aceleração da industrialização. Stálin dizia ser absurdo, aventureiro ou ilusório afastar a grande indústria da agricultura e desprezar o ritmo de acumulação do próprio país. Alertava-se sobre o perigo que representavam os “superindustrializadores”, propondo investir excessivamente na indústria. Havia, até 1927, timidez nas projeções e elaborações do I Plano, por parte da direção. Não se desejava abandonar os investimentos na indústria, mas no orçamento do Estado não deveriam ser maiores que 16%, níveis até inferiores se comparados com os investimentos no período czarista, de 18% (TROTSKY, 2005).

A partir do XV Congresso do Partido, em 1928, há uma virada substancial acerca da caracterização da produção russa. Stálin afirmava haver superioridade técnica nas produções coletivas e do Estado, enquanto formas de produção mais elevadas, e sublinhava que esses tipos de propriedades produzem mais excedentes mercantis que as propriedades dos *kulaks*, no campo, e as indústrias privadas, na cidade.

A industrialização da URSS, da forma que propunha a Oposição de Esquerda, foi apropriada pela direção stalinista. O foco do projeto era no departamento I para conduzir o crescimento do departamento II. Portanto, o crescimento do setor de bens de produção realizou-se em detrimento da produção dos bens de consumo.

Durante os três anos seguintes [1927 a 1929] e com apenas a duvidosa exceção dos anos 1927-28, continuou aumentando a produção de inversões totais no setor A

[produtor de bens de produção] às custas do setor B [produtor de bens de consumo]. Como consequência de tudo isso, a capacidade produtiva elevou-se muito mais rapidamente nas indústrias do setor A do que nas do setor B, de forma que a participação das indústrias no setor A, no capital industrial fixo, subiu de 50,1% em 1º de outubro de 1925 para 61,2% em 30 de setembro de 1929 (CARR & DAVIES, 1980, p. 452).

Durante o processo de planificação, a organização política já estava completamente centralizada e o comando era efetivado pela burocracia da direção stalinista. Os soviets já não possuíam poder de decisão, e o partido definia a forma e a quantidade da produção.

O planejamento, organização e controle da economia soviética é liderado pelos altos escalões do Partido-Estado. A alta administração da economia soviética é composta do Comitê Central do Partido, o Conselho de Ministros da União e os executivos dos comitês econômicos especializados em planejamento, mão de obra, etc. (VILLELA, 1964 p. 23).

Os soviets tiveram existência muito curta. Anweiler (1975) aponta que, por volta de 1920, eles praticamente já não existiam enquanto organismos dotados de vida política. Retrocederam por diversos motivos: 1) pelas adversas condições de guerra, pelo quadro de carências, cansaço, recuo das massas e desmoralização dos quadros; 2) o estabelecimento de uma burocracia política que centralizava, militarmente, todos os organismos sociais existentes no país, suprimindo, politicamente, qualquer tipo de organização.

A direção econômica foi exercida pelos conselhos técnicos, que eram responsáveis por avaliar as condições e a tangibilidade daquilo que era imposto pelo PCUS. O Gosplan, por exemplo, recebia da Central Estatística (TSU) os dados e as informações das empresas, instituições e etc. e determinava em detalhes os novos investimentos e as trocas entre as repúblicas, e controlava “a alocação de suprimentos escassos de bens de produção e de consumo e fixa[va], além disso, a maioria dos preços.” (VILLELA, Ibid. p. 24).

Por fim, as vendas eram organizadas da seguinte maneira:

A administração operacional, ou seja, aquela ligada diretamente à venda de produtos é exercida quer pelos gerentes dos ramos nos ministérios da União ou nas indústrias no nível das repúblicas pelos conselhos econômicos regionais [...] e pelos gerentes das fábricas. No caso das pequenas indústrias e artesanatos (agrupados em cooperativas) as funções de administração são exercidas por órgãos dos soviets locais. (VILLELA, 1964 pp. 23-24).

A concepção do plano havia mudado, o PCUS o elaborava com base no cenário de crescimento traçado pelos técnicos. Os conceitos teóricos da Oposição de Esquerda foram

rapidamente inseridos. O clima era de otimismo exagerado e a centralização era vista como forma superior de organização econômica. Assim o plano era gerado da seguinte forma:

O primeiro plano quinquenal substituiu as diretrizes por diretivas. O plano traçou um cenário para o crescimento da economia. Na década de 1930, os ministérios estavam traduzindo o plano em prática, estabelecendo metas anuais de produção para setores da economia e parcelando-as a firmas individuais. Embora a produtividade, os custos e o emprego fossem todos direcionados, a produção recebeu o maior peso. “Balanços materiais” foram construídos em um esforço para garantir a consistência entre as empresas - seria planejada a produção de aço, por exemplo, haveria requisitos iguais de aço? Mas esses exercícios eram de utilidade questionável, já que as metas eram muitas vezes descumpridas. A fixação de preços também foi centralizada, mas os preços tiveram pouca relevância para a tomada de decisões ou alocação de recursos quando o planejamento se concentrou em metas de produção e alocação de investimento (ALLEN, 2003, p. 91 – tradução nossa).

Apesar do processo de burocratização, dados apontam para o grande crescimento econômico no período, cujo foco fora o Setor I da economia, produção de bens de produção. O sucesso do I Plano Quinquenal é vigoroso e pode ser ilustrado pelas projeções de crescimento de 25% e até 30% em alguns setores entre 1928 e 1932.

Allen (2003) caracteriza o Plano Quinquenal como uma revolução industrial sem precedentes. A planificação muda o caráter de economia baseada em lucros para economia baseada em metas anuais de produção. Ainda que para a produtividade, custos e emprego fossem traçadas metas, o planejamento era focado nas metas de produção.

A substituição de lucros por metas de produção como o principal objetivo das empresas teve implicações importantes. Por um lado, marcou o fim dos controles de custos na indústria. Uma vez que atingir metas poderia envolver lucros negativos e, como os preços não refletiam mais a escassez ou o poder de monopólio, um corolário do planejamento era a provisão liberal de créditos bancários para manter as empresas solventes. Assim, a restrição orçamentária branda, que surgiu pela primeira vez em meados da década de 1920, quando o estado tentou reduzir os preços industriais para incentivar o *marketing* agrícola [...], tornou-se uma característica geral da organização industrial soviética. (ALLEN, 2003 p. 92 – tradução nossa)

Esse otimismo da direção estava muito atrelado à pressão da concorrência com o capitalismo internacional. O socialismo de Stálin precisava se provar superior. Isso tornou-se um problema recorrente ao longo dos anos 1930, mas principalmente durante o I Plano, em vista da superestimação da produção soviética, ou das possibilidades de produção.

Os objetivos do plano eram irrealistas. O PCUS silenciava todos aqueles que alertavam que as medidas eram ambiciosas demais para serem cumpridas. No I Plano, estava previsto um salto na produção industrial de 136%, quando a produção da grande indústria, que teve maior aumento, subiu “apenas” em 72%. Algumas das taxas de crescimento oficiais foram: 86% na

hulha, 79% na eletricidade, 62% na fundição, 57% no aço, 54% nos laminados, 58% nos tecidos de algodão, 52% no papel e 32% no açúcar cristalizado. O exemplo mais visível foi para as quantidades de aço, que deveriam ter aumentado em 6,1 milhões de toneladas e tiveram aumento de apenas 1,6 milhões (BETTELHEIM, 1982).

Trotsky (2005) apontava que autoridades centrais perderam o metro e a escala, acreditavam que as leis de mercado, a lei do valor, estaria superadma após a NEP. Em verdade, o método da planificação era muito empirista e se tratava de um tateamento cego. Era a primeira vez na história que se tentava construir uma sociedade planificada, as autoridades soviéticas não tinham nenhum suporte empírico, de outras experiências, para prever os resultados produtivos da planificação. O que se podia prever, no entanto, era que as metas extremamente ambiciosas para a indústria significariam pesados sacrifícios para a agricultura, em um primeiro momento.

Depois de abril de 1929, a primeira alteração dos planos míticos fica ainda mais fantasiosa: “O primeiro Plano Quinquenal é revisto para cima de maneira drástica, sem que nada – do ponto de vista das possibilidades reais – justifique tais revisões” (BETTELHEIM, 1982, p. 272). Os primeiros planos já superestimavam as capacidades produtivas, mas o PCUS revê as primeiras metas e promete crescimento ainda mais ambicioso; havia um desligamento da realidade econômica.

Allen (2003), ao contrário de Bettelheim, pensa que o descumprimento das metas estava ligado à verdadeira função psicológica motivacional das meetas, para que os gerentes expandissem a produção industrial. Portanto, as metas intangíveis tinham caráter proposital:

Um fato notável era que as metas raramente eram atingidas. Estabelecer alvos em níveis inatingíveis - planejamento “tenso” - é a afirmação de que o planejamento soviético combinava com a produção e a utilização de materiais em toda a economia. Em vez disso, os alvos eram uma ferramenta motivacional. Esta foi uma característica marcante de 1928-32, quando as metas aprovadas do primeiro plano quinquenal foram rapidamente substituídas por metas cada vez mais altas nos planos anuais. A coerência deu lugar à exortação (ALLEN, Ibid. p. 93 – tradução nossa).

Allen (2003, p. 93) aponta que essas variantes ótimas eram intangíveis e raramente alcançadas, mas considera que cumpriram sua função motivacional. A estratégia é descrita como:

No curto prazo, a estratégia pode ter funcionado. Considere a indústria de ferro e aço, que era uma prioridade. Em 1927-28, a União Soviética produziu 3,3 milhões de toneladas de ferro-gusa. A primeira versão do Primeiro Plano previa que 8,0 milhões de toneladas fossem fundidas em 1932-33, a versão ótima elevou para 10 milhões, e isso foi novamente levantado em 1932 para 15-16 milhões de toneladas. Nenhuma

dessas metas foi realizada - 6,6 milhões de toneladas realmente feitas em 1932 -, mas uma duplicação da produção em pouco mais de quatro anos não foi uma conquista média. De fato, o alvo original foi atingido em 1933, e o alvo ideal em 1934 [...], então o desempenho não ficou muito atrás do planejado. O Segundo Plano reiterou a meta alterada de 1932 (16 milhões de toneladas) e a aplicou a 1937, e a produção real chegou perto de 14,5 milhões de toneladas.

Como as metas eram difíceis de alcançar, os gerentes corriam atrás de insumos para aumentar a produção. Isso colocava mais trabalhadores em função da realização da meta, desde que obtivessem produto marginal positivo.

Segundo Bettelheim (1982), entre 1928 e 1930 houve um abandono das políticas de controle absoluto da inflação, e o método *khozraschet* foi substituído por uma reforma de crédito que autorizava os bancos a abastecer as contas das empresas sem controle. O Estado começou a adotar restrições orçamentárias brandas para permitir que se expandisse o emprego além do ponto em que produto marginal igualava aos salários, em outras palavras, o orçamento flexível garantia que o custo não fosse um problema. No final de 1930, no entanto, a política se reverte novamente em favor do controle e da retomada do *khozraschet*.

Sempre que a produção crescia e aproximava-se da meta, uma nova meta maior era estabelecida. No entanto, se o produto não atingia a meta, essa era pouco aumentada ou até reduzida para o próximo balanço. A perspectiva de atender uma meta cada vez maior levava, por outro lado, os gerentes a acumularem mão de obra e equipamentos como reserva para reduzir a produção presente e conseguir cumprir a meta futura sem esforço. Esse comportamento reduziu a produtividade e contrariou o efeito motivacional.

A Tabela 24 apresenta essas variantes ótimas adotadas pelo PCUS. As estimativas originais não eram atingidas, mas em alguns casos o Estado previa superar o dobro da meta, como no caso da produção de máquinas e de material elétrico. Esses dados, portanto, se afastavam bastante da real produção soviética.

**Tabela 24 - Metas do Primeiro Plano Quinquenal 1928-1932 – Base 1928=100**

Setor Econômico	Estimativas Originais	Estimativas Corrigidas/ Variante Ótima
Carvão	155,0	202,5
Petróleo	166,0	266,0
Máquinas	198,8	482,1
Material Elétrico	235,8	590,5
Química	252,3	390,0

Fonte: Reis Filho (1997, p. 125).



Os dados de Bettelheim (1982, p. 277) apontam ainda que: “Doravante, trata-se de produzir, no fim do quinquênio, [...] 17 milhões a 20 milhões de toneladas de fundição (em vez de 10 milhões), 450 mil tratores (em vez de 55 mil).” Em suma, entre junho de 1931 até o final de 1932, houve a manutenção dos objetivos extremamente elevados e a formulação de objetivos completamente irrealistas. Esse período foi marcado por intensa inflação, que dobrou a circulação monetária entre 1931 e 1933, e pela fome.

Além disso, como aponta a Tabela 25, a maior parte dos investimentos totais realizados era proveniente de recursos do Estado. Até 1933, essa parcela crescia, até atingir 83,3% dos investimentos totais. A Tabela 26 apresenta o percentual da produção total da grande indústria por setor social, com a maior parte concentrada na indústria socializada (estatal e cooperativa), com 99,93% em 1933. Essa concentração foi ainda aumentada na parcela estatal, entre 1930 e 1933, quando passou de 90,9% para 92,76%. As pequenas parcelas para o setor privado, que chegou a 0,07% em 1933, denotam que o Estado controlava completamente a produção da grande indústria.

**Tabela 25 - Investimento Total em Indústria, Comércio, Estatais e Organizações de Abastecimentos e a Parte do Orçamento do Estado (em milhões de dólares de 2018)**

Ano	Investimentos totais	Parte procedente do orçamento do Estado
1931	230.027	181.687
1932	357.389	283.566
1933	284.717	237.264
1934	245.357	167.782

Elaboração do autor com base em Baykov, 1948 p. 393

**Tabela 26 - Produção Global da Grande Indústria por Setor social (em porcentagem)**

	1929	1930	1931	1932	1933
I. Indústria socializada	99,40%	99,70%	-	99,93%	99,93%
a) Indústria do Estado	91,10%	90,90%	-	92,52%	92,76%
b) Indústria cooperativa	8,30%	8,80%	-	7,41%	7,17%
II. Indústria privada	0,60%	0,30%	-	0,07%	0,07%

Fonte: Fernandes, 1991 p. 95

Meyer (1995) destaca que uma das motivações da rápida industrialização soviética era o receio de que desacelerar o processo poderia causar aumento na dependência externa. Esse receio da dependência poderia representar um isolamento soviético. A URSS preferia produzir a importar máquinas e utensílios mesmo que custo fosse, por exemplo, 100 ou 150 % maior, em outras palavras, a política era de substituir os importados da indústria estrangeira pela

produção de maquinaria nacional, mesmo que isso resultasse em máquinas menos produtivas e mais custosas.

Nesse ponto, a experiência soviética divergiu dos outros processos históricos de industrialização retardatária:

Esta contradição não se fazia presente nas experiências até então conhecidas de industrialização retardatária, já que nenhuma delas colocou com a mesma ênfase a perspectiva de autossuficiência industrial. Pelo contrário, em geral os ideólogos da industrialização retardatária entendiam como vantajosa a prerrogativa que tinham esses países de saltar etapas, absorvendo uma técnica já desenvolvida através do esforço secular dos países pioneiros (MEYER, 1995 p. 84).

**Tabela 27 - Importações em milhares de toneladas**

Ano	Toneladas importadas
1909/13	11.204,0
1913	153.428,0
1924/25	1.863,7
1925/26	1.547,3
1926/27	1.846,5
1927/28	2.014,3
1929	1.936,7
1930	2.855,9
1931	3.564,4
1932	2.322,1
1933	1.236,1
1934	1.025,2

Fonte: Baykov 1948, p. 280

A Tabela 27 apresenta os dados da importação soviética em toneladas. O que se destaca é o aumento da importação entre 1929 e 1931. A importação depois de 1931 é reduzida até que em 1934 atinge apenas 28,8% da importação de 1931 e 0,7% das importações de 1913. Esse fenômeno é explicado pela substituição pela produção nacional

A maquinaria necessária para a revolução industrial soviética poderia ter sido obtida de duas maneiras. A primeira era a exportação de grãos e manufaturas leves e o uso do câmbio estrangeiro para importar equipamentos de capital. A segunda era o desenvolvimento da indústria pesada na própria URSS, desde o início, usando os produtos da indústria pesada para expandir o estoque de capital daquele setor. O I Plano Quinquenal, adotado em 1928, exigia a prossecução de ambas as políticas e a exportação de produtos agrícolas e bens de consumo foi inicialmente promovida. As exportações de grãos foram aumentadas de 200 mil toneladas em 1929 para 5 milhões em 1930 e 1931. (ALLEN, 2003 p. 94 – tradução nossa).

A exportação de grãos para importar maquinaria era uma estratégia incentivada pela URSS, mas a crise dos anos 1929 tornou-a inaplicável. A URSS precisava de outros caminhos para superar o histórico atraso tecnológico e científico. A consolidação da industrialização

dependia da superação dessa carência. Entretanto, transcender à essa necessidade era uma tarefa que não poderia ser realizada a partir de um desenvolvimento tecnológico interno, pois as pressões dos países imperialistas, do proletariado e do campesinato, que almejavam melhora nas condições de vida, impunham uma restrição de tempo hábil para tais mudanças.

A única saída encontrada pelos bolcheviques foi a importação dessa tecnologia. No início dos anos 1930, mais da metade das exportações inglesas e dos Estados Unidos de máquinas eram para URSS (ALMEIDA JÚNIOR & GERMER, 2015; SUTTON, 1971). Essa relação extraordinária de importações é motivada, segundo Sutton (1971), pela exploração das condições de disputa e crise vividas pelas potências imperialistas nesse período.

Mesmo essas máquinas ainda eram insuficientes para os avanços necessários da produção russa, pois, devido ao seu atraso científico, era preciso contratar assistência técnica de grandes empresas desses países. Depois que a tecnologia era absorvida e seu aprendizado exercido, a URSS começava a reproduzir maquinaria semelhante e substituir a importação pela produção nacional.

A estratégia pensada originalmente por Preobrajensky para o financiamento dessas importações era a drenagem dos recursos agrícolas via preços relativos. Apesar dessa ideia, o Estado só controlava as vendas agrícolas compulsórias, que de fato não tiveram preços reajustados, os quais acabaram reduzidos pela inflação. Mas o excedente que o camponês tinha direito de vender no mercado coletivo não tinha controle de preços. A média ponderada de preços, exposta por Allen (2003), indica um reajuste de 2,4 nos preços dos produtos manufaturados, enquanto o fator de aumento dos agrícolas foi de 3,13. Ou seja, continuou a transferência de renda da indústria para a agricultura, que se manteve até o final do II Plano.

Para realizar o financiamento, o Estado manteve a proposta de taxaço direta dos camponeses:

Em 1937, por exemplo, as receitas da venda de roupas, pão, linguiça etc. somaram 110 bilhões de rublos. O custo de sua produção era 17 bilhões de rublos. Dos 93 bilhões restantes, apenas 17 bilhões foram apropriados pelo campo, e o Estado apropriou-se de 76 bilhões por meio da *turnover tax*. Neste mesmo ano, todas as agências públicas gastaram 118 bilhões de rublos, o que incluía investimentos na magnitude de 56 bilhões de rublos em capital fixo e circulante. A *turnover tax* financiou, portanto, a maior parte destes investimentos (ALMEIDA JÚNIOR; GERMER, 2015 p. 143).

Se por um lado a *turnover tax* financiava a maior parte dos investimentos, a outra parte era realizada mediante empréstimos com os bancos dos países capitalistas. Segundo Fernandes (1991) a dívida soviética saiu de 415 milhões de rublos em 1929 para 1,4 bilhões em 1931, com a maior parte composta de créditos de curto prazo. Quando a tecnologia passava a ser produzida

nacionalmente, no entanto, a importação tornava-se desnecessária. A dívida soviética caiu, em 1933, para 120 milhões de rublos, em virtude dessa substituição.

#### **4.2.3 Mercado de trabalho, coerção e qualidade de vida**

O censo operário de 1929, segundo Meyer (1995), mostrava que apenas 50% dos operários industriais haviam tido experiência industrial antes da revolução; em 1930, esse número cai para 42% em algumas regiões chega a 19,6%. As novas escolas de formação profissional não atendiam o crescimento do operariado. Os problemas atinentes à cultura industrial e à falta de experiência dos trabalhadores apontavam para uma baixa qualificação e baixa produtividade, ainda que com pleno emprego.

Na URSS, o mercado de trabalho e os salários não foram suprimidos como previam Marx e os socialistas pré-1917. Por pressões da burocracia, a pauta dos trabalhadores foi abandonada e substituída pela tecnocracia da máxima produção. O conteúdo era novo, o mercado fora substituído pelo plano, mas continuavam as velhas formas da exploração capitalista.

Nove (1963) descreve que, com o fim da NEP, algumas leis relacionadas à exploração privada do trabalho foram enrijecidas. Ainda era possível contratar alguns serviços “improdutivos”, como a contratação de datilógrafos pelos escritores ou serviços domésticos. Porém, a “exploração do homem pelo homem” era reprimida. Da mesma forma, era ilegal obter lucros por meio do comércio, isto é, comprar para revender mais caro, o cidadão soviético só poderia vender seus produtos se fossem por ele produzidos.

Logo no começo dos planos quinquenais, foi imposto à classe trabalhadora um regime de repressão e mobilização, quase militar, do trabalho e da produção. A mobilidade dos trabalhadores foi reduzida severamente a partir de 1932, proibindo-se a livre mudança de emprego. Também não havia possibilidade de mudança de domicílio sem autorização prévia do Estado. Os sindicatos não possuíam qualquer autonomia, estavam completamente submetidos ao PCUS. A legislação trabalhista tornava-se uma legislação penal: as greves foram proibidas, faltas eram punidas com perda de salário e até demissão, com julgamentos sumários e sem recursos, enquanto ocorria a transferência compulsória de trabalhadores por parte do Estado (HADDAD, 1992).

As relações de trabalho e categorias formadas no capitalismo mantiveram-se. É o caso da alienação do trabalho, isto é, o trabalhador ainda não tinha consciência produtiva, mas via seu trabalho como produto e força exteriorizados. Em outras palavras, os trabalhadores que,

segundo Marx (2012), se tornaram apêndices vivos das máquinas, no capitalismo, continuaram a cumprir o mesmo papel no socialismo soviético.

Um dos aspectos dessas relações produtivas que se manteve após a revolução, e que se aprofundou nos anos 1930, devido à ausência de experiência e cultura industrial por parte dos operários, foi a coerção (MEYER, 1995). O absenteísmo era uma das questões mais preocupantes nas relações de trabalho industrial. Os novos trabalhadores não estavam acostumados ao ritmo do trabalho industrial. Para garantir o pleno emprego, isto é, o trabalho não apenas como um direito dos operários, mas como uma obrigação, a burocracia do PCUS impôs pesadas penas ao não cumprimento das jornadas de trabalho.

As novas relações de trabalho traduziam-se em sobrecarga na exploração da força de trabalho, pelo aumento e forte intensificação da jornada, ou seja, pelas vias da mais-valia absoluta. Esse processo realizou-se pelo reforço ideológico e alienante, através do método das “brigadas de choque”, usado no primeiro Plano Quinquenal e no início do segundo. Esse método estava fundado na agitação, no exemplo pessoal, na pressão administrativa e em todas as espécies de encorajamento e de privilégios concedidos aos grupos (TROTSKY, 2005).

Preobrajensky (1979) apontava que, em sua forma inicial, o socialismo não pode desenvolver todas as suas vantagens inerentes, pois há ausência de premissas materiais para a estruturação da base técnica e de educação socialista dos trabalhadores. No entanto, na URSS ocorreu uma intensificação no controle, pela violência extra econômica. O socialismo de Estado não se movia em função do lucro máximo, mas por interesses sociais interpretados pelo Estado. O problema é que, nesse processo, o Estado não estava sendo suprimido, como as teorias socialistas apontavam, mas se ampliava e ganhava mais força (TROTSKY, 2005; MEYER, 1995).

Nas relações de trabalho capitalistas, a constituição do trabalhador coletivo, com produtividade social multiplicada (MARX, 2012), implica a ordenação criteriosa do conjunto, ou da totalidade, do trabalho humano que forma esse trabalhador coletivo na produção capitalista. A regularidade do funcionamento da unidade produtiva depende da regularidade do trabalho de todos. Isso implica na sujeição do trabalhador às tarefas determinadas que demanda o capital, no menor tempo possível. Marx reconhece a necessidade técnica da coordenação, mas denuncia o caráter despótico da direção do capital, voltado à máxima extração de sobretrabalho e, assim, marcado pelo antagonismo inerente à relação capitalista. Tal caráter despótico manteve-se na sociedade soviética e, dois movimentos importantes foram realizados para organizar o trabalho: o taylorismo e o stakhanovismo.

No início do século XX, a organização científica do trabalho, correspondente à forma mais desenvolvida do processo de trabalho capitalista, era o taylorismo. Taylor (1990) estudou, metodicamente, os tempos e movimentos necessários para que o operário realizasse cada um de seus trabalhos e reduzisse, assim, a porosidade da jornada de trabalho. Bettelheim (1983) aponta que, desde a NEP, a URSS tentava lidar com as formas de organização do trabalho e como implementar um taylorismo soviético.

A URSS não abandonou a ideia durante a NEP, mas não consolidou o taylorismo nesses anos. No entanto, instituiu, ao longo dos anos, diversas organizações de trabalho baseadas no taylorismo, como o pagamento por peças, a divisão hierárquica do trabalho, inclusive com salários diferenciados, e o incentivo na forma de bonificação salarial.

O taylorismo, enquanto movimento da administração científica, ganhou grande admiração de Lenin. Após sua morte, a ideia de avançar um modelo de taylorismo soviético foi continuada para controlar o tempo de trabalho e reduzir sua porosidade, aumentando a eficiência do operário.

Enquanto a burocracia forçava a aplicação dos métodos tayloristas, junto com a coerção extra econômica, surge um novo movimento no interior do operariado, que usava a força da ideologia e do “exemplo” para aumentar a produtividade do trabalho: o stakhanovismo.

“Stakhanov é um mineiro de carvão que consegue o seu primeiro recorde de rendimento em 31 de agosto de 1935 na mina Tsentralmüa-Irmino.” (BETTELHEIM, 1982 p. 184) Através desse método, o rendimento médio individual na mina passava de 11 toneladas para 32 toneladas por dia, portanto, o método stakhanovista de intensificação de trabalho multiplicava a produtividade por três. O método stakhanovista baseava-se numa reorganização do trabalho e redução da porosidade do mesmo, suprimindo gestos supérfluos. Isso permitiu liberar operários qualificados a outras tarefas, otimizar a utilização de máquinas-ferramenta, que passavam a ser usadas em tempo integral, e reduzir o tempo de execução das tarefas, ao eliminar a porosidade do trabalho, forçando a aceleração do ritmo de trabalho do operário.

Esse movimento é, a partir de 1935, transformado em campanha nacional produtivista, pelos sindicatos e pelo PCUS. Aqueles que tentassem advertir sobre os efeitos adversos tanto na qualidade dos produtos quanto na qualidade de vida desses trabalhadores, foram atacados pela imprensa e tratados como inimigos dos trabalhadores.

O stakhanovismo tende a transformar o processo de produção, o lugar e o papel dos diferentes agentes da produção, e tudo isto com base na iniciativa operária. Deste ponto de vista, o stakhanovismo reveste carácter revolucionário, embora também seja acompanhado por uma intensificação do trabalho e pela acentuação dos traços capitalistas da produção. (BETTELHEIM, 1982 p. 184)

Esses dois métodos formaram a chave das relações de trabalho e constituíram a forma de enfrentar a falta de cultura industrial e a inexperiência do operariado. O aumento da eficiência do trabalho era visto como forma de aumentar o excedente industrial. Outra questão importante era a discussão salarial na URSS.

Durante primeiros anos da NEP, os salários eram estabelecidos por meio de contratos individuais ou coletivos, sem intervenção do Estado, que a partir de 1926 começou a intervir.

Em fins de 1928, a regulação estatal dos salários dos empregados se havia introduzido já praticamente em todas as instituições públicas da URSS e das repúblicas russas da Ucrânia e da Rússia Branca; nas demais repúblicas o processo foi mais lento e escalonado [...]. O porta-voz do *Narckomtrud* (Comissariado do Povo para o Trabalho) afirmou (no 8º Congresso Sindical, em dezembro de 1928) que 94,9% dos empregados dependentes de orçamentos estatais de toda a URSS, e 73,8% dos dependentes dos orçamentos locais, se encontravam já sob o sistema de regulação estatal; era fundamental ampliá-lo em 1928-29 a todo o pessoal das “instituições que empregam o sistema do *khozraschet*, dos sindicatos e dos estabelecimentos bancários” em que se seguia tropeçando em resistências. (MEYER, 1995 p. 105).

Essa intervenção do Estado estava respaldada na formulação dos planos e os salários fixados eram fundamentais para sua constituição financeira:

A planificação dos salários é uma das etapas mais importantes na formulação do plano financeiro e da produção industrial. Os planos anuais para o desenvolvimento da indústria estipulam sempre um aumento de salários, especificando os percentuais. De acordo com o fundo geral de salários se formulam os planos para os bancos de poupança, o movimento do comércio interior, receitas procedentes do imposto sobre o movimento comercial e de empréstimo do Estado, e outros planos financeiros-distributivos para economia nacional (BAYKOV, 1948 p. 357).

A maioria dos pesquisadores entende que houve queda nos padrões de vida da população soviética durante o período dos Planos. Ao longo do I Plano Quinquenal, os rendimentos reais dos operários empregados caíram à um nível de cerca de 40% do nível de 1928. Houve uma pequena recuperação ao longo do II Plano, mas calcula-se que entre 1928 e 1937 tenha havido redução de 50% dos rendimentos em média (ALMEIDA JÚNIOR; GERMER, 2015).

Fernandes (1991) aponta, no entanto, que os dados apresentados por Stálin e pela direção do partido revelam uma outra realidade. O PCUS atestava um aumento de 67% no valor nominal do salário anual médio dos trabalhadores da grande indústria, ainda durante o I Plano. Esses dados não têm consonância com os anteriores, considerando que a Agência Central de Estatística da URSS apontou que a inflação, nesse período, foi de 52,46%. Ainda que se considere somente os trabalhadores da grande indústria, esse valor é muito diferente daqueles

apresentados pelos economistas ocidentais, nos quais há uma queda para metade dos níveis de 1928.

Allen (2003) aponta que houve uma queda de 23% no rendimento real dos trabalhadores em geral, mas essa redução foi impulsionada especialmente no campo, enquanto os rendimentos nas cidades eram consideravelmente maiores. Como, ao longo da rápida industrialização, houve um número cada vez maior de trabalhadores migrando do campo para os centros urbanos, em busca desses trabalhos, a renda desses trabalhadores teve um aumento médio de 26% entre 1928 e 1937. Os dados da Tabela 28 mostram o aumento desses trabalhadores urbanos, principalmente na indústria, em 2,65 vezes.

**Tabela 28 - Divisão da Classe Trabalhadora na URSS (em milhares)**

Tipos de trabalhadores	1928	1932	1937
Total de empregos (trabalhadores e funcionários)	10.800	20.600	26.700
Total de trabalhadores	6.800	14.500	17.200
Trabalhadores na indústria	3.124	6.007	7.924
Trabalhadores na construção	630	2.479	1.875
Trabalhadores nas fazendas estatais	301	1.970	1.539

Fonte: Lewin (1975, p. 225).

Esse aspecto, no entanto, ainda é insuficiente para compreender o que ocorreu com o padrão de vida dos trabalhadores. O argumento principal que surge nessa discussão, apontado por Hernández (2008), é de que os rendimentos dos trabalhadores não podem ser contabilizados apenas por seus salários reais, contrapartidas individuais pelo trabalho, mas também pelo salário social. Os bens de fornecimento público (estatal) que acresciam o salário do trabalhador soviético incluíam: serviços de saúde, educação remunerada, transporte, moradia, acesso à arte e cultura para o operariado. O Estado soviético também prestava serviços que liberavam as mulheres do trabalho doméstico: lavanderias e restaurantes públicos.

O grande problema aqui, contudo, é que nós particularmente consideramos que toda esta discussão está fora de foco. Ocorre que o salário na URSS não tinha o mesmo significado que o salário nos países ocidentais. Lá, parte do salário não era paga sob a forma de remuneração. Atendimento médico, educação, entre outros serviços e bens de consumo que nem sempre são oferecidos gratuitamente nos países capitalistas, eram, na URSS, bancados pelo Estado. É neste sentido que devemos, na verdade, dar mais atenção à evolução do consumo da população soviética, ao invés de nos atermos aos rendimentos auferidos por esta. (ALMEIDA JÚNIOR; GERMER, 2015 p. 139).

Allen (2003) contesta os índices apresentados sobre os rendimentos reais e aponta que, entre 1928 e 1937, há um aumento no consumo real de 30%, isto é, um crescimento médio de



2,66% ao ano. O que se aproxima dos dados apresentados pelo PCUS para o aumento de salário real. Almeida Júnior e Germer (2015, p.141) concluem que: “Assim, é possível que, neste relatório, os soviéticos tenham considerado o salário com o significado que ele possui na economia socialista e os demais pesquisadores, não.”

Portanto, a industrialização soviética, no aspecto salarial, não há como afirmar que houve queda salarial ou redução nos padrões de vida dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o aumento do departamento II, em menor lapso de tempo do que esperado, mostrou que a fórmula de Fel'dman ainda estava subestimada. No entanto, a agricultura apresentou recuos importantes.

### 4.3 II PLANO QUINQUENAL

Na Seção 4.3 será discutido o II Plano Quinquenal, instituído entre 1932 e 1937. Na primeira subseção, o debate ficará em torno da recuperação do consumo e da queda na produção agrícola; na segunda subseção, será abordado a manutenção do projeto de industrialização com metas mais realistas e a estrutura do investimento soviético; e na terceira subseção, os resultados do II Plano serão apresentados e discutidos.

#### 4.3.1 Consumo e queda na produção agrícola

O Estado soviético precisava aumentar o consumo dos operários para conservar o poder político e a ordem social e, para isso, a manutenção do consumo era uma variável fundamental.

Se há algo que possa ser considerado como uma “suposição historicamente fundada”, parece que é o seguinte: o atraso da revolução industrial foi responsável por uma revolução política no curso da qual o poder caiu nas mãos de um governo ditatorial que, a longo prazo, ganhou a oposição de a grande maioria da população. Uma coisa é que tal governo tome o poder em um momento de profunda crise; outro que é capaz de preservar o poder por um longo tempo. Não importa o quanto a força do exército e a onipresença da polícia secreta à disposição de tal governo, seria ingênuo pensar que esses instrumentos de opressão física são suficientes. Esse governo só pode permanecer no poder se conseguir convencer o povo de que está desempenhando uma importante função social que não pode ser consumada sem ele. (GERSHENKROM, 1968 p. 164)

O Estado detinha instrumentos para controlar preços, quantidades e qualidade do que era produzido. Assim como nas economias de mercado, na planificação havia complexidade na constituição deste controle, em especial na formação de preços.

Não havia democracia operária nas formações dos planos e dos projetos para a produção. Meyer (1995) aponta que havia convocatória pública para que os sindicatos participem da elaboração do II Plano Quinquenal, em 1932, o que em aparência contaria com a participação de operários, engenheiros e técnicos, mas a prática era outra: “Não obstante, as discussões nas bases mantinham-se inócuas, enquanto as decisões fundamentais eram assumidas de forma ultracentralizada, muitas exclusivamente no âmbito do Comitê Central do Partido” (p.141).

Como havia uma busca de organizar a produção social de modo distinto do mercado, negando a lei do valor, era preciso refletir sobre o estabelecimento dos melhores preços de acordo com os interesses nacionais. Esses preços eram divididos em três grupos: 1) produtos considerados mais importantes para a produção e para o consumo, representando 55-65% do total de produtos comercializáveis, cujos preços eram determinados pelo Comitê de Provisões comerciais para Trabalho e Defesa da URSS; 2) produtos menos escassos e menos importantes, representavam 10-12% e seus preços eram fixados pelas autoridades da República ou do Distrito encarregados de regular o comércio interior; 3) produtos comprados por organizações descentralizadas, cujos preços eram fixados pela própria organização e apenas confirmados pela autoridade reguladora do comércio no distrito (MEYER, 1995).

Para realizar essa manipulação de preços, o Estado utilizava o imposto sobre movimentação comercial, influenciando preços com os interesses da planificação. Na prática, o Estado não poderia simplesmente ditar o preço dos produtos sem a percepção de seu valor, uma vez que a URSS, inserida na competitividade e dependente de recursos do mundo capitalista, ainda estava vinculada à lei do valor. A saída encontrada pelo Estado era balizar os preços de acordo com os preços praticados nos países capitalistas.

Para eliminar as flutuações, tornou-se prática usar os preços de mercado capitalistas, ponderados pela média dos anos anteriores. Uma observação que me fez um economista tcheco pode ser citada neste contexto: quando a revolução mundial vier, teremos de preservar pelo menos um país capitalista. Senão, não vamos saber a que preço trocar (NOVE, 1989 p. 172).

Stálin (1989) reconhecia a lei do valor como atuante na URSS e afirmava que não poderia haver sociedade produtora de mercadorias sem a lei do valor persistir. No entanto, isso não seria um problema em si, pois os planejadores econômicos se encontravam no espírito da produção racional. O problema da economia soviética era justamente o contrário: os planejadores estudavam mal a lei do valor e não sabiam tomá-la em consideração em seus cálculos.

**Tabela 29 - Transição Urbana 1928-1937 (milhões de pessoas)**

	Urbana	Porcentagem	Rural	Porcentagem
1928	28,1	18,7%	121,9	81,3%
1929	29,5	19,3%	123,2	80,7%
1930	31,2	20,2%	123,6	79,8%
1931	34,2	21,8%	122,5	78,2%
1932	38,6	24,4%	119,4	75,6%
1933	41,6	26,3%	116,4	73,7%
1934	42,7	26,9%	116,3	73,1%
1935	45,4	28,4%	114,4	71,6%
1936	48,2	29,9%	112,8	70,1%
1937	50,2	30,8%	112,8	69,2%

Fonte: Allen, 2003 p. 107

A URSS urbanizava-se de maneira acelerada ao longo dos planos quinquenais. Os dados da Tabela 29 mostram que a população urbana aumentou de 18,7% para mais de 30% em 1937, ao final do II Plano. Essa nova população urbana demandava bens de consumo, portanto a expansão do departamento II e da produção agrícola da economia.

A Tabela 30 apresenta a variação na despesa em consumo das famílias soviéticas. A maior variação no consumo foi no mercado agrícola com aumento de quase cinco vezes, entre 1928 e 1937. Outra despesa significativa foi a de subsistência militar, que cresceu mais de três vezes no mesmo período. No geral, o consumo aumentou em 140,9% entre 1928 e 1937.

**Tabela 30 - Despesas do Consumo das Famílias Soviéticas, 1928-37 (bilhões de 1937 rublos)**

	Lojas	Mercado agrícola	Serviços e habitação	Subsistência Militar	Rendimento agrícola em espécie	Artesanato e fabricantes rurais	Total
1928	61,5	3,4	25,5	0,8	78,2	8,9	178,4
1929	63,9	3,8	27,2	0,8	85,0	8,2	188,9
1930	65,5	12,8	28,8	0,8	73,7	6,6	188,2
1931	69,4	9,9	30,5	0,8	61,4	4,5	176,4
1932	68,6	4,2	32,1	0,8	56,8	2,6	165,1
1933	68,2	4,3	33,8	1,0	58,8	2,3	168,4
1934	79,7	8,6	35,4	1,3	56,9	1,0	182,9
1935	87,2	12,6	37,1	1,6	63,2	1,2	202,8
1936	101,0	15,9	38,7	2,1	43,2	1,0	201,8
1937	110,0	16,0	40,4	2,6	81,2	1,0	251,3

Fonte: Allen, 2003 p. 216

Bettelheim (1982) aponta que, a partir de 1930, quando produzia 77,1 milhões de toneladas de cereais, houve queda significativa na colheita, com destaque para 1936, quando se passou a produzir 56,1 milhões. Em 1937 a produção subiu para 87 milhões, mas logo em 1938 caiu novamente para 67,1 milhões. Portanto, há crises específicas na produção agrícola, em especial nos anos de 1933 e 1936.

A transformação das estruturas agrárias não ocasionou o amplo desenvolvimento das colheitas e da criação de gado que o Partido esperava. Pelo contrário, foi acompanhada, globalmente, por uma crise da produção agrícola. Esta crise – que não termina nos anos 30 mas se prolonga muito para além deles – não afeta igualmente as diferentes produções da agricultura (algumas delas, particularmente favorecidas, até lhe escapam), mas atinge os seus ramos essenciais, em primeiro lugar o mais importante de todos: a produção de cereais (BETTELHEIM, 1982 p. 58).

Trotsky (2005) ressalta a queda na colheita de 16,2% entre 1930 e 1932. A produção de açúcar caiu, devido à queda na produção de beterraba, em 66% no mesmo período. A produção agrícola apresentava inconsistências e não era alavancada pelos aumentos produtivos no departamento I.

Na agricultura, ao contrário da subestimação do modelo de Fel'dman para o departamento II, houve uma superestimação. Esperava-se que o rápido crescimento do departamento I acelerasse não só a produção de bens de consumo, mas também a produção agrícola, mas os dados mostram o contrário. Almeida Júnior e Germer (2015) apontam que houve altos e baixos na produção agrícola entre 1928 e 1937.

No primeiro ano do I Plano, a produção agrícola era 24% maior do que os níveis de 1913, mas houve redução em média de 4% ao ano até 1933, quando atingiu patamares próximos aos níveis de 1913, novamente. Depois, há um crescimento entre 1933 e 1935, de 18%, quando uma nova queda, de 10% atinge a agricultura em 1936, para, por fim, dar lugar a novo e intenso crescimento em 1937, de 25%. Ao final do II Plano, a agricultura era, apenas, 10% superior ao nível de 1928.

Por que o setor agrícola não cresceu junto com o departamento II? Como abordado na seção anterior, o conflito agrícola com a coletivização e a destruição produtiva explicam parte do problema, que não pode ser menosprezada, como fazem Almeida Júnior e Germer (2015). No entanto, uma importante questão levantada pelos autores revela um problema mais profundo: não havia nem possibilidade de aumentar a produção com a mecanização da agricultura e nem biotecnologias melhores disponíveis.

No primeiro caso, havia excesso de mão de obra, o chamado desemprego oculto no campo. Segundo estimativa do Gosplan, na década de 1920, eram necessários 20,8 homens por

dia por hectare para realizar todas as tarefas necessárias, mas a população camponesa era certa de 2,2 vezes maior. Assim, mesmo na época das colheitas, quando era exigida maior quantidade de mão de obra, 18,6 milhões eram requeridos, mas havia 39,7 milhões de homens adultos disponíveis para o trabalho (ALLEN, 2003).

Caso o Estado soviético resolvesse fazer acelerado investimento na mecanização da agricultura, o resultado seria apenas o desemprego maciço. Essa economia requeria, portanto, um processo de mecanização agrícola progressivo para que, aos poucos, o desemprego oculto fosse absorvido pela indústria em rápida expansão.

Quanto à questão da biotecnologia presente na época, Allen (2003) compara a Rússia com a região das grandes planícies da América do Norte, entre os Estados Unidos e o Canadá, pelas condições climáticas e de solo. A conclusão irônica é que, apesar de realizar diversos testes de variedades de sementes, para que se pudesse controlar pragas e sementes, a região das grandes planícies norte-americanas importava as sementes russas, consideradas as de mais alta qualidade para aquele tipo de terreno. Vale ressaltar que a colheita atingia níveis mais elevados na própria Rússia do que nas grandes planícies.

A única possibilidade de aumentar a produção agrícola na Rússia era, portanto, a expansão da área agrícola, o que foi feito somente a partir dos avanços tecnológicos da década de 1950. O Estado soviético até então pouco realizou melhoramentos do solo e expansão dos projetos de irrigação para expandir as terras cultiváveis.

Almeida Júnior e Germer (2015) demonstram o aumento substancial no consumo de alimentos por habitante, mas somente a partir da década de 1950, o que os leva a concluir que, se havia necessidade, em uma economia socialista em que a produção é baseada nas necessidades, mas não houve anteriormente produção, portanto faltavam recursos para essa produção. Ao contrário do *big push* que os investimentos no departamento I podem causar no departamento II, para a produção agrícola, essa relação era inversa.

Os investimentos feitos no departamento I atraíram todos os recursos disponíveis e impediram que restassem quaisquer recursos para viabilizar aumento extensivo da produção no campo. Essas relações só podem ser analisadas, no entanto, sob a perspectiva pré-revolução verde, das décadas de 1950 e 1960, quando os avanços na tecnologia agrícola permitiriam um vasto aumento na produtividade.

Enquanto os soviéticos eram famosos por depreciar a importância dos serviços, sua produção aumentou cerca de três vezes durante 1928-1940. A atividade de construção – central para o movimento de investimento – foi intensa de 1928 a 1937, mas depois parou de crescer à medida que os preparativos de guerra recebiam prioridade. O transporte cresceu rapidamente ao longo do período. Os serviços de educação e saúde

criaram 12% ao ano [...]. O crescimento da habitação foi mínimo em todo o período, assim como o crescimento no varejo e restaurantes (ALLEN, 2003 p. 102 – tradução nossa).

A produção agrícola caía e o departamento II apresentava crescimento acima do esperado. Os soviéticos, no entanto, menosprezavam o papel dos serviços na economia. Houve importante crescimento, principalmente na construção:

#### 4.3.2 Estado e estrutura do investimento: manutenção da industrialização

O foco principal do investimento soviético continuou, ao longo do Segundo Plano, no departamento I. Ainda que o departamento II tenha recebido maior atenção e aumentado o consumo do operariado, no que se refere ao salário social. A Tabela 31 mostra a proporção entre os investimentos em bens de consumo e de produção. O que se nota é que a proporção do departamento II era muito mais significativa até 1927-1928, quando começam os planos quinquenais e, ao final do segundo plano, essa relação atinge 57,8% para o departamento I e 42,2% para o departamento II. A cada ano, a produção de meios de produção absorvia, portanto, a maior parte dos investimentos e constituía a maior parte do produto.

**Tabela 31 - Proporção da Investimentos em Bens de Produção e Bens de Consumo na URSS (em porcentagem)**

	1913	1927-28	1932	1937	1940
Bens de produção	44,3%	32,8%	53,3%	57,8%	61,0%
Bens de consumo	55,7%	67,2%	46,7%	42,2%	39,0%

Fonte: Cliff (1974, p. 35).

Junto aos investimentos no departamento I, e com a aproximação das tensões da II Guerra Mundial e ampliação do aparato policial repressivo da burocracia do PCUS, aumentou-se, consideravelmente, os gastos militares, em especial a partir do II Plano Quinquenal.

A estratégia de superindustrialização de Preobrajensky e Fel'dman exigia o reinvestimento da produção das indústrias de bens de produção em si mesmas, de modo que elas (e o estoque de capital) crescessem rapidamente. A maquinaria era a personificação dos bens de produção, e, de fato, a produção de maquinaria aumentou mais de 11 vezes entre 1928 e 1937. Em parte, porque começou a partir de um nível tão baixo, de toda forma, a produção de equipamento militar saltou 70 vezes de 1928 a 1940. Depois de 1937, a produção de máquinas caiu, com o aumento das armas à custa da economia civil. (ALLEN, 2003 p. 102 – tradução nossa).

A Tabela 32 aponta os dados das destinações do orçamento do Estado para diferentes áreas da economia. O aumento desse orçamento entre 1931 e 1937 foi de 4,3 vezes. O gasto com defesa entre 1931 e 1937 aumentou 13,5 vezes. Apesar desse nível considerável de aumento, esse gasto ainda foi aumentado intensivamente durante a II Guerra. Os gastos com educação aumentaram em 6,03 vezes e com o financiamento da economia nacional, apenas 2,63 vezes.

**Tabela 32 - Destinação do Orçamento do Estado Combinado - União e Repúblicas (em bilhões rublos)**

	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937
Financiamento da economia nacional	16,5	24,8	25,1	32,3	37,2	41,9	43,4
Serviços sociais e culturais	3,4	4,6	5,8	-	-	-	-
Educação	2,7	3,7	4,9	6,2	8,8	13,9	16,3
Defesa	1,3	1,3	1,4	5,0	8,2	14,9	17,5
Administração e justiça	1,2	1,5	2,0	3,0	4,4	5,2	-
Total de saídas	23,4	34,4	39,8	52,4	68,1	86,4	100,7

Elaboração do autor com base em Baykov 1948 p. 406

A forma de financiamento desse aumento de gastos é descrita na Tabela 33. A principal forma de receita do Estado soviético, durante os planos quinquenais, era o imposto sobre movimento comercial, que aumentou 6,5 vezes. A dedução de lucros também aumentou consideravelmente, em 2,7 vezes.

**Tabela 33 - Receita do Orçamento de Estado combinado (em bilhões de rublos)**

	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937
I. Receita da Economia Socializada							
a) Imposto sobre o movimento comercial	11,6	19,5	27,0	37,6	52,0	65,8	75,9
b) Dedução dos lucros	2,4	2,8	2,3	2,3	2,1	3,7	6,5
II. Mobilização dos recursos da população							
a) Empréstimos do Estado	3,3	3,9	4,4	4,3	4,8	4,9	6,0
b) Impostos e tributos	1,0	1,6	2,8	-	-	-	-

Fonte: Baykov 1948 p. 406

Outra importante fonte de financiamento do crescimento industrial e dos gastos militares foram os empréstimos. Existe imprecisão na historiografia construída pelo partido de que a URSS se apoiou unicamente nos recursos internos. É verdade que não houve exploração colonial, mas, ainda que majoritariamente a URSS tenha se apoiado em recursos e energias internas para crescer, também houve contratação de importantes financiamentos junto a bancos capitalistas.

O volume de crédito obtido durante os Planos Quinquenais foi substancialmente maior se comparado à NEP. “O endividamento da URSS com bancos capitalistas passou de 415 milhões de rublos-ouro, em 1929, para 1 bilhão e 400 milhões em 1931”. (FERNANDES, 1991 p. 98). A maior parte composta de créditos de origem alemã e de curto prazo para financiar a compra de equipamentos industriais.

A partir de 1931, a política mudou para restrição de créditos contraídos, com a meta de eliminá-los. Em 1933, a dívida externa caiu novamente para 415 milhões de rublos-ouro e, no final de 1933, a dívida atingiu 120 milhões de rublos-ouro, o que representava apenas 0,5% da média anual de investimentos do II Plano Quinquenal.

Em 1928, o governo da URSS tornou a moeda inconvertível. A ideia era reforçar ainda mais o monopólio do comércio exterior e impedir que flutuações de preços internacionais afetassem a economia da URSS.

A maior parte do comércio exterior da URSS estava voltado ao aumento da maquinaria. As exportações, normalmente de cereais, eram comercializadas para gerar divisas usadas para elevar a tecnologia produtiva de bens de produção russos. O Estado, no entanto, tinha o projeto de substituir as importações tecnológicas pela produção nacional; portanto, na medida em que o processo de aprendizagem era absorvido, a URSS suspendia essas importações. A Tabela 34 exhibe dados de importações e exportações. Destaca-se a redução no saldo da balança comercial entre 1928 e 1931, que seguiu negativo até 1932. A redução significativa das importações acontece em 1933 e atinge o ápice em 1934. As importações de 1934 representavam apenas 25,7% das importações de 1932.

**Tabela 34 - Comércio Externo URSS (em milhões de dólares de 2018)**

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1928	6.036,12	3.397,14	2.638,98
1929	7.025,76	6.701,04	324,72
1930	7.833,78	7.995,15	-161,37
1931	6.550,06	8.916,23	-2.366,20



Ano	Exportações	Importações	Saldo
1932	5.117,84	6.276,27	-1.158,40
1933	4.911,30	3.447,54	1.463,76
1934	4.110,80	2.294,40	1.816,40
1935	3.558,87	2.334,92	1.223,95
1936	6.291,76	4.920,01	1.371,75
1937	4.775,30	6.901,66	-2.126,40

Elaboração do autor com base em Fernandes, 1991 p. 103

Essa substituição de importação industrial era realizada ainda que houvesse grande perda na produtividade e na qualidade dos produtos. Para Rakovsky (1931), o sistema econômico soviético era caracterizado pelo avanço do volume de produção, de acordo com as elevadas metas que propunha, e, portanto, a coordenação da planificação exibia alta complexidade. No entanto, era uma produção praticamente sem controle de qualidade. Segundo Rakovsky: “Não estamos falando de defeitos específicos, mas da fabricação sistemática de produtos defeituosos” (RAKOVSKY, 1931 apud BLACKBURN, 1992, p. 145).

O II Plano Quinquenal, ao contrário do I, quando as metas para a indústria eram inalcançáveis, apresentou objetivos mais sólidos. As autoridades econômicas rebaixaram as expectativas, que ainda eram altas, mas agora traçavam um perfil mais próximo da realidade econômica soviética.

Quando se compara o planejamento dos anos de 1927 a 1931 ao dos anos posteriores, verifica-se que os primeiros anos são marcados por um extraordinário irrealismo, ao passo que os anos seguintes experimentam certo retorno (muito relativo) à realidade. A amplitude dos desfasamentos entre os planos e o movimento econômico real confirma, em todo o caso, a ausência de “comando” dos planos sobre esse movimento. (BETTELHEIM, 1982 p. 274)

No II Plano, havia um sentido maior da realidade e das condições concretas de crescimento da URSS. Em 1933 e 1934 são elaborados, primeiro um projeto e depois o Bettelheim (1982) apresenta uma Tabela com algumas das indústrias e qual porcentagem do aumento previsto no plano foi alcançada em relação à quantidade produzida. Nota-se o maior realismo no plano e naquilo que foi alcançado, com algumas das indústrias aumentando mais do que o previsto no plano, como calçados de couro, com 107%. A agricultura, pelo contrário, aumentou muito abaixo do esperado no plano. A colheita de cereais ficou com 76% do previsto no plano, enquanto a pecuária de bovinos atingiu 78%.

**Tabela 35 - Percentagens de realização dos objetivos de produção previstos pelo segundo Plano Quinquenal (1933-1937)**

Indústria	Porcentagem de Realização
Fundição	91%
Calçado de couro	107%
Tecido de algodão	64%
Papel	83%
Açúcar	104%

Fonte: Bettelheim, 1982 p. 280

A Tabela 35 indica esses dados compilados por Bettelheim (1982) para o nível de realização desses objetivos para alguns setores industriais. O que podemos notar é que a porcentagem de realização estava muito mais próxima do que efetivamente era produzido, com destaques positivos como açúcar e calçados de couro, que ultrapassaram as expectativas. Ainda havia, no entanto, objetivos que ficavam longe da meta, como no caso dos tecidos de algodão, com apenas 64% efetivado na produção.

**Tabela 36 - Objetivos e sua Realização: Indústria pesada**

	1927-28	1932-33	1937
1. Ferro Gusa			
meta	-	10,00	16,00
resultado	3,30	6,20	14,50
porcentagem de realização	-	62,00%	90,63%
2. Petróleo Bruto			
meta	-	21,70	44,30
resultado	11,70	21,40	28,50
porcentagem de realização	-	98,62%	64,33%
3. Cimento			
meta	-	6.271,00	7.500,00
resultado	1.849,00	3.478,00	5.454,00
porcentagem de realização	-	55,46%	72,72%
4. Energia Elétrica			
meta	-	22.000,00	38.000,00
resultado	5.050,00	13.540,00	36.173,00
porcentagem de realização	-	61,55%	95,19%
5. Carvão			
meta	-	75.000,00	152.500,00
resultado	35.400,00	64.360,00	127.968,00
porcentagem de realização	-	85,81%	83,91%
6. Veículos motorizados			
meta	-	130,00	200,00
resultado	0,70	23,90	199,90

	1927-28	1932-33	1937
porcentagem de realização	-	18,38%	99,95%
7. Máquinas-ferramentas			
meta	-	-	40.000,00
resultado	2.098,00	19.720,00	36.120,00
porcentagem de realização	-	-	90,30%

Elaboração do autor com base em Allen (2003) p.92

A Tabela 36 apresenta os resultados dessa realização produtiva para a indústria pesada. As metas que ao longo do primeiro plano chegaram a ser concluídas em apenas 18,38%, para os veículos motorizados, passaram a atingir índices de 99,95% para o mesmo setor, 95,2% para energia elétrica e 90,6% para produção de ferro gusa. O cumprimento da meta apresentou uma queda no carvão, de 85,8% para 83,9%; e ainda continuou distante no cimento, com 72,7%. Mas o resultado realmente negativo e que contrariou o movimento foi o do petróleo, cuja produção no primeiro plano correspondia a 98,6% da meta, caiu para apenas 64,3%, em outras palavras, projetava-se que a produção de petróleo dobrasse, mas ela aumentou apenas 33,2%.

Se ao longo do I Plano Quinquenal, o controle do Estado e das cooperativas sobre a indústria atingiu 99,9% de todo o setor, no II Plano, esse domínio se espalhou e se concretizou da seguinte maneira:

[...] no Segundo Plano Quinquenal (1933-1937): 98,7% dos meios de produção, incluindo 99,6% do capital fixo, estava sob controle do Estado ou das fazendas coletivas, gerando 99,1% da renda nacional, 99,8% da produção industrial, 98,5% da produção agrícola, e 100% da circulação de commodities (CHATTOPADHAYA, 1994, p. 101, tradução nossa).

O Estado controlava e socializava os meios de produção, ainda que de maneira burocrática e sem democracia operária na produção. O PCUS usava esse controle que tinha nos meios de produção para acelerar o crescimento industrial. A Tabela 37 apresenta os dados do percentual do investimento soviético em capital fixo. O aumento dos investimentos industriais pode ser notado a partir do I Plano, quando sobe de 15,8% para 39,1%. No II Plano, há uma ligeira queda do percentual de investimentos na indústria, para 38%. A pequena expansão do departamento II, em relação ao departamento I, no II Plano Quinquenal, também é notada pelo aumento de 6,2% para 6,6%.

Villela (1964) compara esses investimentos na época de Stálin com os enfoques dados no período de Lenin e aponta as mudanças, especialmente no que se refere à queda na construção civil, de 67,5% para 16,1%; enquanto os investimentos industriais subiram.

**Tabela 37 - Variação Percentual nas Despesas de Capital das Empresas, Cooperativas e Organizações Governamentais, Coletivos e Individuais por Setores da Economia da URSS**

	Comunismo de Guerra e NEP (1918-1928)	I Plano Quinquenal (1928-1932)	II Plano Quinquenal (1933-1937)
Total de despesas de capital (milhões de rublos a preços constantes)	4.087	7.423	16.811
1. Indústria	15,8	39,1	38,0
1.1 Departamento I	11,0	32,9	31,4
1.2 Departamento II	4,8	6,2	6,6
2. Agricultura	3,1	16,1	12,6
3. Transportes e comunicações	9,7	16,8	19,3
3.1 Ferrovias	7,8	9,9	10,3
4. Construção Civil	67,5	16,1	13,1
5. Outros	3,9	11,9	17,0

Elaboração do autor com base em Villela, 1964 p. 15

Almeida Júnior e Germer (2015) calculam com base na Tabela 38 que, pressupondo que a proporção dos investimentos totais seguisse a mesma lógica do capital fixo e permanecesse inalteradas, teríamos, considerando o modelo de Fel'dman, um  $e \geq 0,7$ . Esperava-se, a partir disso, uma estagnação do departamento II nos primeiros anos, o que não aconteceu, isto é, houve uma superação de expectativas do modelo. A Tabela 38 mostra que a produção global do departamento II não estagnou, mas cresceu mesmo nos períodos previstos de estagnação.

**Tabela 38 - Volume da produção global dos departamentos I e II da indústria da URSS (1913 = 100)**

Anos	1927-28	1932	1937
Departamento I	89,62	321,24	769,38
Departamento II	146,04	223,86	446,75

Fonte: Almeida Júnior; Germer, 2015 p. 132

A Tabela 39 apresenta a variação percentual das despesas por setores industriais. O departamento I, foco principal dos investimentos, apresentava a metalurgia pesada e as máquinas ferramentas como principais objetos de inversão. Enquanto o primeiro teve uma queda entre o primeiro e o segundo plano, de 15,2% para 13%, o segundo aumentou consideravelmente, de 18,1% para 29,5%. No departamento II, a indústria de alimentos apresentou uma queda significativa entre os primeiros planos da URSS para os planos quinquenais, de 20,7%, atingindo 8,1%.

**Tabela 39 - Variação Percentual nas Despesas de Capital das Empresas, Cooperativas e Organizações Governamentais por Setores da Indústria da URSS**

	Comunismo de Guerra e NEP (1918-1928)	I Plano Quinquenal (1928-1932)	II Plano Quinquenal (1933-1937)
1 Departamento I	69,6	84,1	82,6
1.1 Metalurgia Pesada	10,2	15,2	13,0
1.2 Química	5,6	7,9	5,2
1.3 Petróleo e Gás	3,7	7,1	7,5
1.4 Carvão	9,5	7,5	4,8
1.5 Equipamento Elétrico Pesado	15,4	8,7	6,9
1.6 Máquinas Ferramentas	10,1	18,1	29,5
1.7 Material de Construção	4,3	4,7	3,0
1.8 Floresta, Papel e Elaboração de Madeiras	5,2	6,0	4,7
2 Departamento II	30,4	15,9	17,4
2.1 Indústria Leve	9,3	7,6	7,7
2.2 Indústria de Alimentos	20,7	8,1	9,6

Elaboração do autor com base em Villela, 1964 p. 18

#### 4.3.3 Resultados econômicos e crescimento soviético

Fernandes (1991) aponta que o paradigma de industrialização soviético, apesar de apresentar suas nuances únicas, também reproduziu, e até acentuou, as características de cinco das proposições de Gershenkron acerca da industrialização atrasada:

1. A produção industrial saltou de 75,7 bilhões de dólares, em 1929, para 164,5 bilhões, em 1938<sup>15</sup>. A URSS aumentou a sua participação industrial em relação à produção global, de 2,8% para 5,6%. Esse aumento significativo representa uma industrialização com ritmos bastante elevados na expansão industrial;

2. A URSS deu prioridade à constituição de fábricas e empresas de grande porte em seu processo de industrialização;

3. O Estado realizou políticas de contenção do consumo e manipulação dos preços para viabilizar esses altos índices de crescimento. Ainda que haja controvérsias sobre o aumento real de salários dos operários ao longo dos planos, e que o salário social tenha apresentado aumento acelerado, estava claro que esses aumentos salariais se mantinham, consideravelmente, abaixo da progressão dos investimentos. Bettelheim (1982) aponta que essa progressão se manteve em

<sup>15</sup> Dólares em valores de 2018

14% ao ano, entre 1928 e 1940. A taxa de investimento em relação ao produto nacional passou de 7% para 21% entre 1928 e 1937;

4. Intervenção ativa do Estado teve papel fundamental para a industrialização;

5. A agricultura não teve papel ativo na industrialização soviética como mercado para a produção industrial, nem como zona de elevação da produtividade do trabalho. Mas Fernandes (1991) ressalta que essa característica se explica inversamente aos motivos apontados por Gershenkron: o problema fundamental não foi a continuidade do atraso associado à grande propriedade latifundiária, mas, no caso soviético, houve um deslocamento do excedente agrícola, através da coletivização da agricultura, para a industrialização. Esse era um dos pontos defendidos por Preobrajensky: expropriar o campesinato para acelerar a industrialização.

Neste modelo apresentado por Gershenkron, a URSS seria levada à uma nova fase de desenvolvimento capitalista “à moda inglesa”; no entanto, a industrialização soviética produziu um novo paradigma de desenvolvimento industrial. O primeiro aspecto é que a indústria não priorizava igualmente os bens de consumo e de produção. Também não havia expansão colonial. O Estado operário mantinha as características da acumulação socialista primitiva e, portanto, dominava a economia nos principais setores da produção, com planejamento central e monopólio do comércio exterior.

Gershenkron (1954) faz, ainda, duras críticas à superestimação dos índices, através da discussão do “efeito Gershenkron”, quando acusou a URSS de produzir índices baseados em Laspeyres, o que superestima as taxas dos anos finais em relação aos anos iniciais, causando a impressão de maior crescimento. Bettelheim (1982) também afirma que esses valores estão superestimados, mas destaca que, apesar disso, houve de fato aumento nos investimentos. Entre 1928-1932 o montante de investimento bruto era de 67,2 bilhões de rublos, comparado com 1933-1937, de 151,7 bilhões. Entre 1928 a 1940, a progressão de crescimento dos investimentos é elevada, em média, em 14% ao ano.

Os Estados imperialistas chamavam a URSS de aventureirismo bolchevique, mas tiveram de reconhecer mais que isso, diante do crescimento que a URSS apresentava, mesmo diante da crise de 1929 (HERNÁNDEZ, 2008). A Tabela 40 mostra o crescimento do PIB per capita da URSS de 1820 a 1940. O que podemos observar é que há o recuo econômico entre 1913 e 1928 determinado principalmente, como argumentamos, pela forte crise da guerra civil 1918-1921 e pelas práticas estabelecidas no Comunismo de Guerra. A recuperação econômica entre 1928 e 1940, mesmo com a crise mundial de 1929, mostra a efetividade na consecução dos planos quinquenais.

**Tabela 40 - PIB per capita no mundo 1820-1940 (em dólares de 2018)**

	1820	1870	1900	1913	1928	1940
URSS	1.464,45	1.994,85	2.375,10	2.901,60	2.671,50	4.180,80
Oeste Europeu EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia	2.519,40	4.114,50	6.029,40	7.222,80	8.320,65	9.556,95
Leste Europeu	2.349,75	4.758,00	7.842,90	10.212,15	12.439,05	13.285,35
América Latina – SUL	1.458,60	2.029,95	2.622,75	3.303,30	3.849,30	3.894,15
América Latina – Outros	-	-	4.763,85	6.706,05	7.751,25	7.649,85
Japão	1.409,85	1.413,75	1.753,05	2.135,25	2.597,40	2.891,85
China	1.372,80	1.444,95	2.213,25	2.601,30	3.738,15	5.391,75
China	1.019,85	1.019,85	1.271,40	1.341,60	1.519,05	1.517,10

Fonte: Elaboração do autor com base em Allen, 2003 p. 5.

Outra observação relevante, que podemos extrair da Tabela 40, é que o crescimento representado entre os anos 1928 e 1940, de 56,5%, é consideravelmente maior que as três décadas de maior industrialização do período czarista (1870-1900), de 19,1%. O que sugere que os projetos de planificação não representaram apenas uma recuperação, mas um efetivo salto no crescimento econômico. De acordo com dados apresentados por Segrillo (2000, p. 254), de 1928 a 1940, a média do crescimento real anual do Produto Material Líquido (PML)<sup>16</sup> da URSS foi de 14,62%.

Mesmo quando comparado a outros países, nenhum atinge crescimento análogo à URSS no período dos Planos Quinquenais (1928-1940). A que mais se aproxima é a economia japonesa com crescimento de 44,2%. O que mostra que a URSS sofreu pouco impacto com a crise de 1929 e superou o crescimento das maiores economias do mundo e de regiões estruturalmente semelhantes, como a América Latina – Sul, que decresce 2,3% no período.

A Tabela 41 apresenta os resultados do crescimento do PIB por setor comparado com 1928, ano de implementação do primeiro plano. O que se nota é uma primeira retração da agricultura em 20%, em 1932, com uma recuperação até 1937 de 10%. A produção industrial, por outro lado, cresce 50% até 1932 e triplica em 1937. Outro destaque foi o setor militar que aumentou em 25 vezes.

**Tabela 41 - Crescimento do PIB por Setor – 1928=1,0**

	1937 (valor agregado)	1932	1937
1. Agricultura	107,2	0,8	1,1
2. Indústria			
2.1 Fábrica de bens de consumo	15,4	1,1	1,8
2.2 Materiais	39,0	1,8	3,5

<sup>16</sup> Excluía o setor de serviços que não era utilizado diretamente na produção.

	1937 (valor agregado)	1932	1937
2.3 Máquinas	6,0	3,0	11,4
2.4 Militar	5,0	1,5	25,0
3. Serviços			
3.1 Construção	10,5	1,7	2,7
3.2 Transporte e comunicação	16,8	2,1	3,6
3.3 Comércio e restaurantes	86,4	1,2	1,7
3.4 Serviços do Governo	48,4	1,3	1,9
4. Produção Industrial	-	1,5	2,9

Fonte: Allen, 2003 p. 103

O rublo neste período ainda representava uma moeda pouco confiável. No primeiro plano, houve um aumento da inflação e, com a diversidade no controle de preços, as “brigadas de choque” apresentavam falhas, pois os prêmios recebidos pelos operários eram arbitrados pela burocracia sem uma real contrapartida. Esse método foi substituído ao longo do II Plano Quinquenal no cenário em que “somente a supressão das senhas de racionamento, o início da estabilização do rublo e da unificação dos preços permitiram o trabalho por produção ou por tarefa” (TROTSKY, 2005 p. 100). O trabalho pago por produção na URSS foi imposto com apoio nas ideias do Movimento *Stakhanovista*, cujas bases estavam sobre o prolongamento da jornada. De 1933 até a Segunda Guerra, paralelamente à redução do irrealismo dos planos, ocorre o abrandamento do ritmo da inflação.

O crescimento da URSS no período não foi uniforme ou constante. Bettelheim (1982) aponta uma recessão em 1933, marcada pela queda na relação investimento bruto e aumento da renda nacional, isto é, havia um limite acumulativo no qual o aumento do investimento bruto já não gerava aumentos na renda nacional. Em 1933, o investimento líquido em capital fixo, que havia aumentado em 1931 e 1932, reduziu-se 12%. Isso leva a concluir que se tratava de uma crise de sobreacumulação. No entanto, 1934 já apresentou sinais de recuperação, devido à entrada em uso de equipamentos que permitiam produzir mais a custo real menor.

No decurso do período de 1933-1936, o crescimento da produtividade do trabalho não é unicamente devido ao efeito mecânico de um melhor provisionamento em bens alimentares. Apoia-se também, cada vez mais, na progressiva entrada em serviço dos novos equipamentos (produzidos ou importados). Resulta igualmente do domínio progressivo destes equipamentos novos pelos trabalhadores e quadros. Resulta, finalmente, de uma política que acentua fortemente o rendimento do trabalho. (BETTELHEIM, 1982 p. 297).

A caracterização da recessão de 1933, no entanto, é importante, porque em 1937 uma crise nas relações investimento – renda nacional foi novamente sentida. Dessa vez, no entanto, a recuperação se posterga até 1940. O volume de investimentos de 1938 ainda é 7,9% menor



que em 1936. Há uma quase estagnação do emprego e da produtividade do trabalho. Bettelheim (1982, p. 317) conclui sua análise apontando as seguintes características da URSS:

[...] esmagamento dos camponeses, que são expropriados dos seus meios de produção e transformados em kolkhozianos e sovkhozianos, quando não são obrigados a exilar-se para as cidades ou não são deportados; expropriação dos artesãos, do pequeno comércio e da pequena indústria, em benefício do sector do Estado; destruição do que restava da independência (já muito limitada nos anos 20) das organizações sindicais operárias e transformação destas em meros apêndices das direções das empresas; submissão dos assalariados a um despotismo de fábrica de extrema brutalidade; aplicação de uma “legislação do trabalho” que é, na realidade, uma legislação penal; desenvolvimento de uma repressão de massa que permite impor, em larga escala, o trabalho penitenciário e de campo de concentração; centralização estatal do capital e tentativas de submeter a acumulação deste e o crescimento económico a um plano de Estado.

A Tabela 43 compila os dados das despesas nacionais brutas soviéticas. O total representa uma aproximação do PIB, uma vez que o comércio externo era pequeno na URSS. A queda no consumo das famílias em relação ao total é notável, de 89,2% para 68,1%, fruto da queda dos salários reais do período. Os gastos militares, que representavam apenas 0,5% do total, em 1928, foram elevados a 4,4%, em 1937, e atingiram 50% dos gastos do governo durante a guerra, quando representavam 10,9% do total. O investimento em capital fixo ficou inconstante ao longo do período, atingiu o pico de 14% em 1936 e depois caiu para 11% nos anos seguintes.

**Tabela 42 - Despesas nacionais brutas soviéticas 1928-40 (bilhões de rublos de 1937)**

	Consumo das famílias	Gastos do governo sem militares	Gastos militares	Investimento em Capital Fixo	Total
1928	178,4	9,4	1,0	11,3	200,1
1929	188,9	11,2	1,1	14,0	215,3
1930	188,2	14,8	1,4	19,4	223,9
1931	176,4	18,4	1,4	21,6	217,8
1932	165,1	21,7	1,4	22,4	210,7
1933	168,4	23,0	1,4	20,5	213,2
1934	182,9	24,5	4,7	23,5	235,6
1935	202,8	26,7	7,5	29,4	266,4
1936	201,8	29,4	13,2	39,9	284,2
1937	251,3	32,3	14,8	36,6	334,9
1938	245,2	34,9	19,9	38,1	338,1
1939	240,3	37,6	29,1	37,9	344,9
1940	253,2	40,3	40,5	37,8	371,9

Fonte: Allen, 2003 p. 217

## 5 CONCLUSÃO

Destruir as antigas relações monárquicas e eliminar os privilégios da nobreza foi o primeiro traço que marcou as transformações no modo de produção russo. Apesar de seu papel ativo na industrialização do país, no final do século XIX, sua presença limitava o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Realizando a revolução, os bolcheviques desafiaram as expectativas formadas pela teoria marxista e conduziram o país a um estágio de transição para o socialismo, sem passar por etapa desenvolvida do capitalismo.

A tomada do poder formou, de acordo com a teoria leninista, um Estado cujo sujeito social era representado pela classe trabalhadora, mais especificamente pelo operariado. A direção do país ficou a cargo do Partido Bolchevique, para que efetivasse uma ditadura do proletariado. Essa ditadura representava a forma política da transição socialista, em que as antigas leis do capitalismo, suas instituições e instrumentos, seriam substituídos pelas formas socialistas.

Como as ideias de Marx eram superar o modo de produção capitalista, emancipando o ser humano da alienação e da exploração do trabalho e extração e apropriação privada de sobreproduto, a meta inicial dos bolcheviques era extinguir as relações conformes à lei do valor e construir uma economia organizada e consistente, cuja produtividade pudesse atender as demandas dos trabalhadores, até que se completasse a revolução socialista mundial. Ao suprimir as antigas relações de exploração capitalista, o próprio Estado perderia o seu sentido e, progressivamente, deixaria de existir.

Para cumprir essa projeção, era fundamental que os bolcheviques não se rendessem às diversas tentativas de contrarrevolução. Desde a saída da Primeira Guerra Mundial até os embates durante os anos da Guerra Civil Russa, o objetivo maior era manter o Estado e o exército. Os bolcheviques usaram os recursos da indústria e a perseguição dos camponeses, com os confiscos, para manter o consumo nas cidades, para que não houvesse motivação operária para a contrarrevolução, e, principalmente, o consumo do Exército Vermelho.

A NEP nunca foi uma real expressão das convicções teóricas de Lenin e dos bolcheviques, mas uma concessão temporária. A necessidade de recuperar a economia destruída pelas guerras obrigou a abrir espaço ao mercado e incentivar a produção agrícola através dele. A fome era um dos principais receios do novo governo, mais do que a recuperação industrial.

Um dos aspectos mais importantes e gerais dos governos bolcheviques foi a sua rigidez teórica, mas a maleabilidade estratégica. Essa característica não nasceu junto com a revolução de 1917, mas foi processada ao longo da Guerra Civil. Os bolcheviques tinham consciência de

que abrir ao mercado fortaleceria as relações capitalistas, isto é, os *kulaks* e os *nepmen*, mas a necessidade de recuperar uma economia que havia retrocedido a 20% do que era em 1913, quando já era atrasada, compeliu a essa decisão.

Os critérios defendidos pelos bolcheviques e compilados por Mandel definiam um país em transição ao socialismo:

- a) Estado controla os meios de produção, isto é, produção, crédito e distribuição;
- b) planificação da economia;
- c) supressão progressiva da propriedade privada, juridicamente;
- d) monopólio do comércio exterior.

A União Soviética mantinha-se firme nesses critérios o que fez o próprio Trotsky qualificar o país, mesmo depois do seu exílio, como um Estado operário, ainda que degenerado pela burocracia.

Esses critérios são a chave da política econômica soviética. Por meio deles, e das concepções de fases do capitalismo traçadas por Lenin, isto é, do imperialismo como a última fase anterior ao socialismo, é possível entender quais as motivações das estratégias econômicas e quais processos levaram à planificação soviética da economia.

Quando, ao final da NEP, a economia apresentava recuperação total dos níveis de 1913, na maioria das indústrias e na produção agrícola, abriu-se a possibilidade de suprimir as concessões dadas ao mercado, os *kulaks* e os *nepmen*, e ainda imprimir um modelo que superava a anarquia do mercado e estabelecia uma produção cuja racionalidade impedia a destruição de capital através da guerra da concorrência.

O foco na produção de bens de produção possibilitava um grande avanço, que alavancava a produção de bens de consumo, ainda que num primeiro momento houvesse um *trade-off* entre escolher aumentar o departamento I ou o departamento II. Era um artifício perigoso, pois a URSS era um Estado formado a dez anos com a proposta de melhorar a vida dos trabalhadores, mas teve de apontar a necessidade de reduzir o consumo dos operários. No entanto, nem mesmo as previsões mais otimistas apontavam que o sacrifício não seria muito grande, uma vez que o impulso que o crescimento do departamento I forneceu ao crescimento do departamento II foi maior e mais rápido do que o esperado.

No final, o que o ocidente capitalista esperava era que o governo bolchevique não passasse de aventureirismo, pois segundo as teorias econômicas tradicionais, vigentes na época, a URSS não perduraria diante do capitalismo mundial e sucumbiria por sua improdutividade. A realidade, no entanto, não corroborou essas análises e a URSS durou 74 anos, apresentando períodos de intenso crescimento econômico. Depois da recuperação da economia na NEP, aos

níveis de 1913, quando houve um crescimento médio de 18% ao ano, a URSS apresentou, ao longo da planificação, um crescimento médio de 14% ao ano. Entre 1928 e 1970 seu crescimento foi superado apenas pelo Japão.

A economia soviética, portanto, apresentou crescimento robusto. Contudo, também mostrou graves problemas relacionados à produção. Enquanto ao longo do Comunismo de Guerra, quando se atravessava uma guerra civil, e na NEP, com a necessidade de se recuperar a indústria e a agricultura a qualquer custo, havia uma motivação para um enrijecimento da centralização política e econômica, no Estado, o mesmo não ocorria ao longo dos planos. Durante a planificação, a economia já se mostrava recuperada e crescendo, portanto, não havia justificativa para excluir o operariado das decisões produtivas, como fazia a burocracia.

As perseguições às antigas lideranças do partido não se justificavam nem por pressões internas e nem por pressões externas. O Estado policial montado pela direção stalinista era justificado apenas pela própria manutenção do poder e das formações burocráticas, que Mandel caracteriza como um estrato social que recebe vantagens sobretudo econômicas. Em outras palavras a perseguição política era injustificável do ponto de vista de proteger os interesses da revolução, tal como tornou-se injustificável excluir os operários das decisões produtivas.

Esses não foram os únicos problemas produtivos. Outras questões de cunho social ficaram fora do escopo deste trabalho e merecem destaque para possíveis ampliações futuras, em particular, as questões sociais como: a extinção de direitos conquistados na revolução pelas mulheres, como aborto; o Estado assumindo tarefas domésticas, socialmente designadas às mulheres; reformulação de um nacionalismo russo, com a aplicação da teoria do socialismo num só país, que mais tarde levou à elaboração da estratégia de coexistência pacífica; o desastre do ponto de vista ambiental que provocado pelo foco na modernização produtiva acima de tudo. A URSS apresentou um largo crescimento, com um Estado operário degenerado pela burocracia e não superou problemas históricos enfrentados também pelas sociedades capitalistas.

## REFERÊNCIAS

- ALLEN, R. C. **Farm to Factory**: A reiteration of the soviet industrial revolution. Nova Jérsei: Princeton University Press, 2003.
- ALMEIDA JÚNIOR, A. C. A Trajetória do crescimento econômico e as características do desenvolvimento da União Soviética. São Paulo: **IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**, 2012.
- ALMEIDA JÚNIOR, A. C.; GERMER, C. M. A Estratégia de Desenvolvimento da União Soviética: prioridade ao departamento I. **Revista da SEP**, n.41, jun./set. 2015.
- ANWEILER, O. **Los soviets en Russia, 1902-1921**. Madrid: Cero, 1975.
- BAHRO, Rudolf. **A alternativa para uma crítica do socialismo real**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BAYKOV, A. **Historia de la economía soviética**. México: Fondo de Cultura Económica, 1948.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Schwarcz, 1986.
- BERTELLI, A. R. **A Nova Política Econômica (NEP)**: Capitalismo de Estado, Transição e Socialismo. São Paulo: Global Editora, 1987.
- BETTELHEIM, C. **As Lutas de Classes na URSS: primeiro período**: 1917-1923. Rio de Janeiro: Editora Terra e Paz, 1979.
- BETTELHEIM, C. **As Lutas de Classes na URSS: segundo período**: 1923-1930. Rio de Janeiro: Editora Terra e Paz, 1983.
- BETTELHEIM, C. **As Lutas de Classes na URSS: 3º período**: 1930-1941 os dominados. Portugal: Europa-América, 1982.
- BLACKBURN, R. (org). **Depois da queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- BROUÉ, P. **El Partido Bolchevique**. Madrid: Editorial Ayuso, 1973.
- BUKHARIN, N. I. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- BUKHARIN, N. I.; PREOBRAJENSKY, E. **ABC do Comunismo**. Coimbra: Centelha, 1975.
- CARCANHOLO, M. D. Lei do Valor e a Economia Soviética: Implicações para o Debate sobre a transição. In: Demier, F. e Monteiro, M. L. (Org.). **100 Anos Depois**: a revolução russa de 1917. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

CARR, E. H. **A Revolução Bolchevique, 1917-1923**: História da Rússia Soviética. Porto: Afrontamento, 1977.

CARR, E.H.; DAVIES, R. H. **História de la Rusia Soviética**. Madrid: Alianza, 1980.

CHATTOPADHYAY, P. **The Marxian Concept of Capital and the Soviet Experience**: Essay in the Critique of Political Economy. Westport, CT: Praeger Security International, 1994.

CLIFF, T. **State Capitalism in Russia**. Londres: Pluto Press, 1974.

CONQUEST, Robert et al. **O grande terror**: Os expurgos de Stalin. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

DEUTSCHER, I. **O profeta armado**: 1879-1921. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DOBB, M. **Soviet economic development since 1917**. London: Routledge and Kegan, 1948.

FARBER, S. **Before stalinismo**. Nova Iorque e Cambridge: Verso Books, 1990.

FERNANDES, Luís. **URSS Ascensão e Queda**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

GERRATANA, V. Estado socialista e capitalismo de Estado. In: **A Nova Política Econômica (NEP)**: Capitalismo de Estado, Transição e Socialismo. São Paulo: Global, 1987.

GERSCHEKRON, A. El Atraso Economico en la Perspectiva Historica. **Investigación Económica**, Cidade do México, v. 28, n. 111/112, p. 141-165, 1968.

GERSCHEKRON, A. **Soviet heavy industry: a dollar index of output, 1927/28-1937**. California: Rand Corporation, 1954.

GREGORY, P. R.; STUART, R. C. **Russian and soviet economic performance and structure**. 3. ed., Nova Iorque: Harper, 1986.

HADDAD, F. **O Sistema Soviético: relato de uma polêmica**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

HERNÁNDEZ, M. **O Veredicto da História**. São Paulo: Sundermann, 2008.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

JONES, H. G. **Modernas teorias do crescimento econômico: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1979.

JORZOV, S. et al. **Economía Política: socialismo**. Moscou: Progreso, 1977.

KATORGUINE, I. I. Rumo à Nova Política Econômica. In: **A Nova Política Econômica (NEP)**: Capitalismo de Estado, Transição e Socialismo. São Paulo: Global, 1987.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

KURZ, R. **O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LENIN, V. I. **A Economia e a Política na Época da Ditadura do Proletariado**. Moscou: Edições Progresso, 1980.

LENIN, V. I. **Obras Escolhidas**. Vol. 3. Lisboa: Edições Avante!, 1977.

LENIN, V. I. **Obras Completas**. Tomo XXVIII, Madrid: Akal Editor, 1976.

LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN, V. I. **O Imperialismo, Etapa Superior Do Capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

LENIN, V. I. Sobre o imposto em espécie – o significado da Nova Política Econômica e suas condições. In: **A Nova Política Econômica (NEP): Capitalismo de Estado, Transição e Socialismo**. São Paulo: Global Editora, 1987.

LEWIN, M. **Russians peasants and soviet power**. New York: W.W. Norton & Company, 1975.

LÖWY, Michel. Dialética Revolucionária Contra a Ideologia Burguesa do Progresso. In Marx, K.; ENGELS, F. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

LYASHCHENKO, P. I. **History of the National Economy of Russia to the 1917 Revolution**. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1949.

MANDEL, E. Economic Problems of the Transition Epoch. Nova Iorque: **Fourth International**. Volume XIII, Number 6 (Total No. 119), November–December 1952. pp.179-192.

MANDEL, E. The Laws of Motion of the Soviet Economy. **The Review of Radical Political Economics**, Vol.13 No.1, 1981, pp.35-39.

MARTENS, L. **Stalin: um novo olhar**. Rio de Janeiro: Revan, 2003

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. v. 1. Disponível em: <[http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf/at\\_download/file](http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf/at_download/file)> acesso em 20 de janeiro de 2019.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997. v. 2.

- MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MEYER, V. **Determinações Históricas da Crise da Economia Soviética**. Salvador: EDUFBA, 1995.
- MIKHAILOVA, I. Da planificação socialista ao mercado capitalista: experiências da Rússia. **Pensamento & Realidade**, v. 28 n.3, p. 140-162, 2013.
- MONTEIRO, J. V. Um Precursor dos Modelos de Decisão: o modelo de Feldman. **Revista Brasileira Economia**, Rio de Janeiro, 24(1):87/97, jan./mar. 1970.
- NARZIKYLOV, V. **Como Surgiu a Direção Planificada da Economia**. Moscou: Edições Progresso, 1985.
- NETTO, J. P. Apresentação. In LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- NOVE, A. **A economia do socialismo possível**. São Paulo: Ática, 1989.
- NOVE, A. **An economic history of the USSR**. Londres: Penguin Books, 1990.
- NOVE, A. **A Economia Soviética**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- NOVE, A. **. Historia económica de la Unión Soviética**. Madrid: Alianza, 1973.
- OLIVEIRA, C. A. B. de. **Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- PAULINO, R. **Socialismo no século XX: o que deu errado?** Goiânia: Kelps, 2008.
- PRÉOBRAJENSKY, E. **A nova econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- REIS FILHO, D. A. **A Revolução Russa 1917**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- REIS FILHO, D. A. **Uma revolução perdida - A história do socialismo soviético**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- RIAZANOV, D. Vera Zaslitch e Karl Marx. In: MARX, K; ENGELS, F. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RODRIGUES, Robério P. **O Colapso da URSS: Um Estudo das Causas**. f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- RAKOVSKY, C. The five year plan in crisis. **Bulletin of the Opposition**, n. 25-26, 1931.
- SEGRILLO, Â. **O declínio da URSS: um estudo das causas**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.



SERGE, V. **O Ano I da Revolução Russa**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

SHEARER, D. "Stalinism, 1928-1940". In SUNY, R. G. (org) **The Cambridge History of Russia: Volume 3: The Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 194

SILVA, L. O. **Lenin: a questão agrária na Rússia**. Crítica Marxista (São Paulo), v. 31, p. 65-95, 2012.

STALIN, J. **Problemas econômicos do socialismo na URSS**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

STONE, David R. **A Military History of Russia: From Ivan the Terrible to the War in Chechnya**. Westport, CT: Praeger Security International, 2006.

SUTTON, A. C. **Western technology and soviet development**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

TAYLOR, F.W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

TCHEREVIK, E.; CHVIRKOV, IÚ. **O ABC da Planificação**. Moscou: Edições Progresso, 1982.

TROTSKY, L. **A Revolução Traída**. São Paulo: Sundermann, 2005.

TROTSKY, L. **A Teoria da Revolução Permanente**. São Paulo: Sundermann, 2010.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermann, 2007.

TROTSKY, L. Informe sobre a Nova Política Econômica soviética e as perspectivas da revolução. In: **A Nova Política Econômica (NEP): Capitalismo de Estado, Transição e Socialismo**. São Paulo: Global Editora, 1987.

VILLELA, A. O Desenvolvimento Industrial da Rússia, 1860-1913. **Revista Brasileira de Economia**. v. 24, n. 1, 1970.

VILLELA, A. Os Métodos de Planejamento na URSS. **Revista Brasileira Economia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, 1964.

WERTH, N. Um estado contra o povo. In: COURTOIS, S. et al. (org.). **O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

ZASULITCH, V. Carta a Karl Marx, 16 fev. 1881. In: MARX, K; ENGELS, F. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.